

## Ponto de Vista

Valdir Cimino, presidente do Viva e Deixe Viver, fala sobre voluntariado no Brasil

## Especial

Deficientes ainda encontram dificuldades no mercado de trabalho

## Meio Ambiente

Desastres naturais abalam cidades e colocam em pauta a relação do homem com a natureza

Brasil – Edição 50 – Jan./Fev. – 2011



# A UNIÃO



# FAZ A FORÇA

Entidades do Terceiro Setor se unem por meio de parcerias e fusões com o objetivo de potencializar o alcance e o impacto de suas ações

Ator fala sobre a criação da Universidade Livre do Circo e relata a importância da arte circense para o desenvolvimento de crianças e jovens

Entrevista  
Marcos Frota



# A gestão contábil de sua organização levada a sério

## SERVIÇO PERSONALIZADO E ESPECIALIZADO NO TERCEIRO SETOR

- Contabilidade gerencial com análise por orçamentos e por projetos
- Planejamento tributário, objetivando economia de forma legal
- Serviços contábil, fiscal, trabalhista e financeiro
- Auditoria e validação em arquivos eletrônicos para fiscalização (Sintegra, IN86)
- Controle e renovação de Certidões Negativas
- Consultoria e auditoria preventiva
- Intercâmbio de dados com qualquer sistema de gestão
- Informações pela web com total segurança

Três décadas  
de tradição, inovação,  
informação e agilidade



# Sumário



04

## Entrevista

### Marcos Frota

Ator conta como começou seu envolvimento com o Circo e fala da arte como meio de desenvolvimento social



26

## Administração

### Lei do Menor Aprendiz

Lei aprovada há dez anos ainda tem baixa adesão de empresas e está longe da meta estabelecida pelo governo



34

## Capa

### Parcerias e fusões

Instituições do Terceiro Setor realizam parcerias e até fusões para unir estratégia, expertise e área de atuação, alavancando o impacto dos projetos desenvolvidos



41

## Especial

### Inclusão

Após 20 anos da criação da Lei de Cotas, deficientes ainda enfrentam dificuldades para entrar no mercado de trabalho

Acontece	07	Meio Ambiente	50
Ponto de Vista	14	Case Empresarial	52
Captação de Recursos	16	DataFilantropia	56
Contabilidade	20	Serviços	58
Voluntariado	22	Geração de Renda	62
Legislação	28	Reflexão	64
Sustentabilidade	46		



**Redação:** imprensa@revistafilantropia.com.br

**Publicidade:** filantropia@revistafilantropia.com.br

**Assinaturas:** assinaturas@revistafilantropia.com.br

Tel. (11) 2978-6686



**Zeppelini Editorial Ltda.**  
Rua Doutor César, 530, cj. 1.308  
CEP 02013-002  
São Paulo/SP – Brasil  
PABX (11) 2978-6686

Editor-chefe  
Marcio Zeppelini (MTB 43.722/SP)  
Coordenação de Gestão Social  
Thaís Iannarelli (MTB 46.415/SP)  
Gestão Social  
Ana Luisa Moraes do Nascimento  
Juliana Fernandes  
Maurício Dias Lopes  
Rogério Ramos Costa  
Administração  
Mauro Zeppelini  
Stefany Martins  
Comercial  
Hilton Rocha da Justa  
Atendimento  
William Pires  
Raquel Siqueira Gomes  
Colaboradores  
Luciano Guimarães  
Paula Craveiro

Coordenação de Arte  
Rafael Tadeu Sarto  
Assistentes de Arte  
Cristiane Gonçalves Cabral  
Ruben Moreira da Silva  
Diagramação  
Daniela Veronica Lima  
Janaina Beltrame dos Santos  
Thaline Aguiar Turchiari  
Viviane Siqueira Vilela  
Controle Editorial  
Karina Watanabe  
Coordenação de Revisão  
Viviane Rodrigues  
Revisão  
Ana Maria Tomasevicius  
Melina Marin de Castro

Conselho editorial deliberativo  
Marcelo Monello  
Marcio Zeppelini  
Marcos Biasoli  
Mauro Zeppelini  
Ricardo Monello

Conselho editorial de pauta  
Anísia Sukadonnik  
Antonio Brito  
Custódio Pereira  
Eduardo Sabo  
Felipe Mello  
Fernando Credidio  
Lívio Giosa  
Marcelo Estraviz  
Miliú Villela  
Roberto Ravagnani  
Synésio Batista da Costa

Os artigos assinados são de responsabilidade do autor, não caracterizando necessariamente a filosofia da revista. Direitos autorais reservados à Zeppelini Editorial Ltda. A publicação de parte ou íntegra de qualquer texto desta revista em outra mídia impressa, eletrônica ou qualquer outro meio só será permitida mediante autorização por escrito da editora.



# Editorial

## A conquista de 2010

### *Metas estabelecem mudanças desejadas. Marcos estabelecem mudanças não necessariamente previstas*

A frase acima apareceu em um de meus editoriais no início de 2010, quando relatei os marcos que a vida nos imprime. Vários deles estariam presentes no ano passado na vida da Revista Filantropia e daqueles que fazem parte de sua história.

Janeiro de 2011. Com um mês de atraso do que o inicialmente previsto, abrimos as portas de nossa nova "casa", que abrigará não somente a equipe que produz nossa estimada publicação, bem como os responsáveis pela edição das outras 39 revistas técnicas e científicas produzidas atualmente pela Zeppelini Editorial, que hoje completa dez anos de vida e é a grande precursora de todo esse legado.

A edificação é uma sede própria, conquistada com o suor desses dez anos de trabalho, e representa o maior marco conquistado pela Zeppelini Editorial até hoje.

Além de abrigar toda a estrutura editorial, a nova sede abriga também a Diálogo Eventos, responsável pelas marcas Diálogo Social, Diálogo Público, Diálogo Técnico e Diálogo Digital, contando com um auditório para treinar até 100 pessoas simultaneamente.

Esta sala foi carinhosamente batizada por mim e pelo meu irmão (e sócio) de Auditório Eng<sup>o</sup> João Francisco Zeppelini, em homenagem a nosso pai, falecido repentinamente em 2009. O "Johnny, como era mais conhecido pelos íntimos, não tinha absolutamente nenhum vínculo com as áreas de atuação de nossas empresas, mas sempre foi grande entusiasta de nossas conquistas e admirador assíduo da evolução das iniciativas que hoje se juntaram, formando o Grupo ZP.

Alguns podem achar que foi sorte nossa; outros, fruto de nosso trabalho. Se levamos em conta que sorte não existe, já que esta nada mais é do que a junção de oportunidade e capacidade, concluo que todos têm razão. Esse marco se deve à união da capacidade (saber fazer), oportunidade (poder fazer) e de nosso trabalho (querer fazer).

Tenho certeza que desse marco se desmembrarão outros vários, e espero que todos vocês, amigos e leitores, estejam ao nosso lado para brindarmos juntos cada conquista.

Conquistas estas que atribuo à humanidade, já que nossas publicações e treinamentos visam sempre um aprimoramento do ser humano como pessoa, como profissional e, principalmente, como cidadãos do universo que aqui têm uma missão.

Boa leitura a todos!

Marcio Zeppelini  
marcio@zeppelini.com.br



Exposição de quadros do projeto Fabricando Arte, realizada pela Amanco, que teve como tema a água e contou com a participação de 100 estudantes de duas escolas públicas de São Paulo.



Não basta fazer o bem, é preciso fazer bem feito.  
Aprimore-se lendo a **Revista Filantropia**.

#### Idealizadores



www.economica.com.br



www.sergiomonello.com.br



www.zeppelini.com.br

#### Parceiros Institucionais



www.revistafilantropia.com.br





Só nos sentimos completos quando  
completamos a vida de quem tem fome.

Médicos Sem Fronteiras é uma organização médico-humanitária independente que leva ajuda a pessoas onde quer que estejam e torna públicas as situações que presencia em campo. Veja o dia a dia desses profissionais na exposição "Experiências de vida - Olhares sobre a atuação de Médicos Sem Fronteiras" que percorrerá o país e conheça a história desses brasileiros que diariamente completam a história de milhares de pessoas.

A fome marca a história da humanidade. Médicos Sem Fronteiras marca a história das pessoas.

# EXPERIÊNCIAS DE VIDA

OLHARES SOBRE A ATUAÇÃO  
DE MÉDICOS SEM FRONTEIRAS

CONHEÇA A EXPOSIÇÃO VIRTUAL  
E SE PROGRAME PARA VISITAR A  
EXPOSIÇÃO ITINERANTE.

[WWW.EXPERIENCIASDEVIDA.ORG.BR](http://WWW.EXPERIENCIASDEVIDA.ORG.BR)

APOIO:



Estação



STAMPPA  
GRUPO GRÁFICO

filantropia  
gestão social

aw  
comunicação

REALIZAÇÃO:



MEDECINS SANS FRONTIERES  
MÉDICOS SEM FRONTEIRAS

[www.msf.org.br](http://www.msf.org.br)







# A magia do Circo

## Um espetáculo de arte, cultura e cidadania

Por Juliana Fernandes

**H**á 25 anos, Marcos Frota dedica-se à arte circense. Sua paixão pelo circo teve início durante as gravações da novela Cambalacho, na qual interpretava o trapezista Rick. A partir dessa experiência, o ator se envolveu diretamente com a área e criou o Grande Circo Popular do Brasil. Na década de 1990, o projeto, que era originalmente artístico, voltou-se para o universo social com a fundação do Instituto Cultural e Assistencial São Francisco de Assis (Icasfa).

A instituição, que trabalha para promover o desenvolvimento humano e a inclusão social, contribuiu para a criação da Universidade Livre do Circo Marcos Frota (Unicirco), iniciativa que transforma jovens, crianças e portadores de necessidades especiais em artistas circenses por meio de oficinas livres, desenvolvendo não só a técnica, mas principalmente a educação e a atuação dos participantes na sociedade.

Em entrevista à **Revista Filantropia**, o embaixador do circo no Brasil avalia a importância social da cultura e comenta a atuação do Terceiro Setor para o desenvolvimento das atividades relacionadas à arte. ▶

E a minha luta é levar o circo com excelência artística para discutir a maioria das coisas que envolvem a cultura brasileira

**Revista Filantropia: Pelo 8º ano, a Unicirco promove o evento Somos Todos Brasileiros, em comemoração ao Dia Internacional da Pessoa com Deficiência. O que o motivou a direcionar o projeto para a causa?**

**Marcos Frota:** Eu acho que a presença da pessoa com deficiência impregna alegria, que é a marca maior do circo, a essa questão séria e delicada. Isso poderia despertar um olhar espiritualizado. Por isso que a gente começou, desde 2003, a realizar o Somos Todos Brasileiros, que é um espetáculo de celebração dos Direitos Humanos e de afirmação da cidadania da pessoa com deficiência. O espetáculo é feito por essas pessoas, com a participação deles em cena, até na concepção, e compartilhado com instituições de amparo e reabilitação.

**RF: Na teledramaturgia, você já interpretou alguns personagens portadores de necessidades especiais. Como você avalia a questão da inclusão?**

**MF:** Eu realmente tive quatro personagens com algum tipo de deficiência na minha carreira. Um no teatro e três na televisão. Em todos eles eu esbarrei com o maior obstáculo, que é a questão do preconceito. O Brasil, apesar de ser um país aberto, mais jovem, multirracial e de atividade cultural muito grande, ainda tem um preconceito com as diferenças. As pessoas com deficiência sofrem muito com essa questão. O preconceito na rua, no trabalho, na escola, no namoro, em todas as classes sociais. E esse preconceito é materializado através da falta de acessibilidade. Então, a acessibilidade e o combate ao preconceito foram os motivos que me levaram a colocar a minha atividade artística em função dessa causa.

**RF: Uma de suas lutas é para que o circo seja igualmente prestigiado como os demais segmentos artísticos do Brasil. De maneira geral, como você vê a situação da cultura no país?**

**MF:** O Brasil já tem uma maturidade muito grande na área cultural. O público brasileiro tem, com relação à sua cultura e às manifestações culturais, o apreço, a admiração e o apoio efetivo. Nós não somos mais um país que não diz nada na área da cultura. E a minha luta é levar o circo com excelência artística para discutir a maioria das coisas que envolvem a cultura brasileira, principalmente a cultura popular brasileira. De que forma? Concebendo espetáculos de excelência artística e revelando novos talentos.


**RF: E a importância do Terceiro Setor para o desenvolvimento das atividades relacionadas à arte?**

**MF:** O nosso país vive, apesar de todas as dificuldades e diferenças, um momento muito bom e de um olhar muito respeitoso com o todo. Isso foi fruto do trabalho de todos nós. Acho que não podemos só olhar as questões ruins da parte governamental e nem desprezar a imensa e importantíssima contribuição das instituições não governamentais no processo de desenvolvimento do país como um todo. As ONGs têm uma força importantíssima de propor e facilitar o diálogo e diluir os abismos na construção da cidadania brasileira. Existem questões complexas que, se não fosse a benemerência dessa atividade, nós não conseguiríamos ter um olhar, um encaminhamento de solução. Eu tenho trabalhado com muita gente séria e comprometida, e sem eles não teria chegado aonde eu cheguei.

**RF: Você defende que a arte circense é um poderoso recurso para a formação integral do cidadão. De que maneira isso acontece?**

**MF:** O circo é um provocador de disciplina, reflexão, companheirismo e reconhecimento da importância do trabalho em grupo. Isso tudo acaba refletindo na vida cotidiana de um jovem, adolescente ou adulto. Muitas mães me dão depoimentos dizendo que o filho era bandido há quinze dias e, de repente, o circo despertou outro tipo de sentimento. Em relação às pessoas com deficiência, elas se sentem confortadas e incluídas. Então, o circo para mim, hoje, é muito mais que um espetáculo. É realmente o exercício da cidadania, do crescimento e aprimoramento espiritual, o fato de compartilhar essa responsabilidade de oferecer o circo como opção. Há o encaminhamento de jovens e a possibilidade da realização de sonhos.

**RF: Em sua opinião, qual é a importância de pessoas que têm visibilidade na mídia se engajarem em projetos sociais?**

**MF:** Eu acho que principalmente aqueles que já receberam muito em termos de carinho, respeito e reconhecimento material e profissional têm de retribuir. Não dá para ficar realmente olhando para o próprio umbigo, apostar somente no seu sucesso ou ficar sustentado em tronos que a carreira artística, esportiva ou a área da comunicação, de maneira geral, oferecem. Nós, humanos, temos que olhar para o outro e reconhecer a presença de Deus. Às vezes uma palavra, uma presença, um exemplo e até ações mais efetivas são muito bem-vindos. Nós estamos em uma luta muito grande para conduzir o Brasil a ser uma grande nação do terceiro milênio. O comodismo, o egoísmo e a falta de olhar não cabem mais. 





Novo auditório da Diálogo Social

# De casa nova

Grupo ZP, composto pela Diálogo Social Eventos, Revista Filantropia e Zeppelini Editorial, ganha nova sede

**D**e casa nova, a Revista Filantropia, a Zeppelini Editorial e a Diálogo Eventos – empresas que compõem o Grupo ZP – começam 2011 com muitos desafios e novidades pela frente.


Concretizando o sonho de unir todas as iniciativas, o Grupo ZP começa 2011 com uma sede própria, situada à rua Bela Cintra, no centro de São Paulo. “A Revista Filantropia, a Zeppelini e a Diálogo Eventos estão em uma nova fase, de mais independência, com mais mobilidade, e o principal é que concretiza um sonho antigo de ter uma sede maior. Agora podemos oferecer novos modelos de cursos, noturnos, aos sábados, com outras formatações”, conta Marcio Zeppelini, diretor executivo do Grupo ZP. Além disso, o novo auditório facilitará a realização de mais cursos e a vinda de palestrantes. “Tenho muito interesse em fazer cursos gratuitos e internacionais”, completa.

Na nova sede, a Diálogo Social ganhou um auditório próprio. O auditório “Engº João Francisco Zeppelini” foi batizado em homenagem ao pai dos fundadores do Grupo ZP – Marcio e Mauro Zeppelini –, falecido em 2009. Zeppelini, o pai, era engenheiro mecânico e dedicou boa parte de sua vida profissional à construção do Metrô de São Paulo. Não tinha grandes conhecimentos nas áreas editorial, social ou de treinamentos, mas sempre foi grande apoiador e admirador das realizações de seus três filhos, acompanhando sempre de perto sua

evolução profissional. Zeppelini faleceu em 15 de julho de 2009, deixando esposa, três filhos e quatro netas (uma sem tê-la nos braços), e a certeza: de que a vida digna vale a pena.

As três empresas têm histórico e objetivos diferenciados, mas se uniram para formar o Grupo ZP após alguns anos de existência. A Zeppelini Editorial, especializada na produção de publicações científicas e não-científicas, está no mercado há dez anos e, hoje, edita 40 títulos de revistas, produzindo desde a edição, tradução, revisão, diagramação, impressão e distribuição das publicações.

Em 2002, nasceu a Revista Filantropia, publicação própria da Zeppelini Editorial voltada para a gestão do Terceiro Setor. À época, a área social no Brasil estava começando a se profissionalizar, e a revista surgiu como uma ferramenta de distribuição de conhecimento e divulgação de iniciativas interessantes. Ainda com esse foco na área social, em 2006, Zeppelini criou a Diálogo Social Eventos, especializada em promover treinamentos com foco também na gestão do Terceiro Setor. A empresa oferece cursos, treinamentos e eventos de maior porte, com temas sobre captação de recursos, contabilidade, comunicação, voluntariado, entre outros.

Para saber mais sobre os próximos treinamentos da Diálogo Social, os temas abordados na Revista Filantropia e atividades da Zeppelini Editorial, acesse os sites do Grupo ZP ou faça uma visita. 

## Links

[www.dialogosocial.com.br](http://www.dialogosocial.com.br)  
[www.revistafilantropia.com.br](http://www.revistafilantropia.com.br)  
[www.zeppelini.com.br](http://www.zeppelini.com.br)

## Endereço

Rua Bela Cintra, 178  
São Paulo/SP



Nova presidenta do Brasil, Dilma Rousseff, toma posse



O ex-ministro da Justiça, Luiz Paulo Barreto, e o ex-presidente Lula durante lançamento no Ministério da Justiça



Atividade artística realizada no Parque Villa Lobos



O material da campanha foi distribuído a passageiros no Aeroporto Internacional Juscelino Kubitschek

## Dilma Rousseff toma posse como presidenta do Brasil

No dia 1º de janeiro de 2011, Dilma Rousseff tomou posse como a primeira mulher a se tornar presidenta do Brasil. Em seu discurso, falou sobre o desafio de erradicar a miséria e transformar o Brasil em um país de classe média sólida e empreendedora. Uma das marcas do início do seu mandato é o grande número de mulheres ocupando cargos ministeriais, como a nova ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello, e a ministra da Cultura, Ana de Hollanda. Ao se despedir, o ex-presidente Lula abraçou as pessoas que acompanhavam a cerimônia. O público que compareceu, segundo a Polícia Federal, foi de 30 mil pessoas.

[www.agenciabrasil.gov.br](http://www.agenciabrasil.gov.br)

## Governo lança documento de identidade com chip

Em 2011, 2 milhões de brasileiros poderão substituir a cédula do Registro Geral (RG) pelo cartão de Registro de Identidade Civil (RIC). De acordo com o Ministério da Justiça, os moradores de Brasília, Rio de Janeiro e Salvador serão os primeiros convocados para substituir a identidade ainda no primeiro trimestre. Com o novo documento, cada cidadão será reconhecido nacionalmente por um único número, vinculado às suas impressões digitais e registrado em um *chip* presente no cartão. A cerimônia de lançamento do RIC foi realizada em Brasília e contou com a presença do ex-presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e do ex-ministro da Justiça, Luiz Paulo Barreto.

[www.mj.gov.br](http://www.mj.gov.br)

## São Paulo realiza a 1ª edição da Virada Inclusiva

Para comemorar o Dia Internacional da Pessoa com Deficiência, a cidade de São Paulo realizou a primeira edição da Virada Inclusiva. O evento, promovido pela Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência em parceria com a Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida, contou com mais de 60 opções de atividades esportivas, culturais e de lazer. Entre as atrações estavam palestras, oficinas, mostras teatrais, shows, apresentações e gincanas. O objetivo foi "aumentar a visibilidade do deficiente enquanto pessoa", explica a curadora do Memorial da Inclusão e uma das coordenadoras do evento, Elza Ambrósio.

[www.pessoacomdeficiencia.sp.gov.br](http://www.pessoacomdeficiencia.sp.gov.br)

## Campanha contra a exploração sexual de crianças no turismo

Mobilizar a sociedade para prevenir a exploração sexual infantojuvenil no setor de turismo. Esse é o objetivo da campanha Um Gol pelos Direitos de Crianças e Adolescentes, lançada no Aeroporto Internacional Juscelino Kubitschek, em Brasília. O projeto acontece simultaneamente em todas as cidades que sediarão os jogos da Copa de 2014, além de João Pessoa, na Paraíba. Segundo a coordenadora geral do programa, Elizabeth Salvador, os gastos totais com o projeto em todo país devem chegar a R\$ 3,7 milhões. A iniciativa também está sendo divulgada nas mídias sociais. "Só no Twitter, por exemplo, temos mais de 6 mil seguidores desde quando começamos a divulgação", explica a representante.

[www.turismo.gov.br](http://www.turismo.gov.br)





Representantes do governo durante a cerimônia do novo projeto

## Governo lança cadastro único dos programas sociais

Os sete anos do Programa Bolsa Família foram comemorados com o lançamento da nova versão do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico). O projeto funciona como um instrumento de identificação e caracterização socioeconômica das famílias brasileiras de baixa renda e será utilizado, obrigatoriamente, para a seleção de beneficiários e para a integração de programas sociais. Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), a iniciativa permite a identificação de famílias moradoras de rua, indígenas, quilombolas, sem registro de nascimento e com crianças submetidas ao trabalho infantil. A nova versão será implantada em 258 municípios e, depois, no restante do país.

[www.mds.gov.br](http://www.mds.gov.br)



Alexandre Padilha detalha ações do plano de controle da dengue

## Ações do plano de controle da dengue

Em reunião realizada em Brasília, o ministro da Saúde, Alexandre Padilha, convocou empresas e a sociedade para atuarem na prevenção da dengue. O governo federal elaborou diversas ações para que as empresas se tornem parceiras do Ministério da Saúde, entre elas, a sugestão para que os rótulos e embalagens de alimentos e produtos de higiene chamem atenção da sociedade no combate à doença. O objetivo é reforçar a responsabilidade social das companhias, promovendo uma ação integrada de prevenção e promoção da saúde. Entre as ações que os parceiros irão desenvolver está a divulgação de informações sobre sinais e sintomas da doença e como eliminar criadouros do mosquito transmissor.

[www.saude.gov.br](http://www.saude.gov.br)

## Lista suja de trabalho escravo

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) atualizou em seu site o cadastro de empregadores flagrados explorando mão de obra escrava no país. Conhecida como lista suja, a relação inclui principalmente engenhos de açúcar, fazendas, madeireiras, construtoras e indústrias têxteis. De acordo com o ministério, essa é a maior inclusão desde o início do estudo, em 2003. Além de diversas multas, as empresas relacionadas no documento têm acesso vetado às linhas de crédito dos bancos públicos e não podem vender sua produção para as instituições estatais. A partir da atualização, a lista passou a conter 220 infratores entre pessoas físicas e jurídicas – sem computar os casos de exclusão por força de decisão judicial.

[www.mte.gov.br](http://www.mte.gov.br)

## Dilma cria PAC contra a pobreza

A ministra do Desenvolvimento Social, Tereza Campello, anunciou a determinação da presidenta Dilma Rousseff de criar um “PAC contra a miséria” – programa que reunirá estratégias para erradicar a pobreza extrema no Brasil. Nos moldes do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o projeto terá um comitê gestor e definirá metas e condições de monitoramento das políticas sociais. Entre as possibilidades estudadas pelo governo está o reajuste do Programa Bolsa Família e a busca de alternativas para que os atuais cadastrados possam ter condições de abrir mão do benefício. De acordo com a ministra, “a principal frente é a inclusão produtiva e a ampliação da rede de serviços”.

[www.mds.gov.br](http://www.mds.gov.br)

## MDS define procedimentos para certificação de entidades assistenciais

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) definiu os procedimentos relativos à certificação de entidades no campo da assistência social. A pasta detalha e orienta as entidades e organizações de direito privado, sem fins lucrativos, que realizem ações socioassistenciais de forma gratuita, continuada e planejada, no âmbito da política pública de assistência social. Os procedimentos definidos pelo MDS atendem à lei nº 12.101, de 30 de novembro de 2009, e ao decreto nº 7.237, de 21 de julho de 2010. A legislação transferiu para o MDS, ministérios da Saúde e da Educação a competência para conceder ou renovar o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, conhecido como Cebas.

[www.mds.gov.br](http://www.mds.gov.br)

## Emissão de boletos em Braille

Em Pernambuco, foi sancionada a lei estadual nº 14.262, que assegura aos portadores de deficiência visual o direito de receber os boletos de pagamento das contas de água, energia elétrica e telefonia em Braille. De acordo com o deputado Sívio Costa Filho, autor do projeto que originou a lei, o objetivo é regulamentar esse serviço. “Algumas empresas já emitem os boletos em Braille, mas não podemos ficar à mercê da boa vontade delas. Por isso, a lei foi aprovada por unanimidade.” Em Recife, 2% da população é deficiente visual total e 4% tem algum tipo de deficiência parcial. A fiscalização da lei será responsabilidade da Comissão de Cidadania da Assembleia Legislativa de Pernambuco, da Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor (Procon) e do governo do Estado.

[www.pe.gov.br](http://www.pe.gov.br)



Foto: Pina

Reserva Salto Morato, no litoral norte do Paraná, mantida pela Fundação Grupo Boticário de Proteção à Natureza

## Fundação O Boticário adota nova identidade

A Fundação O Boticário de Proteção à Natureza inicia o ano com mudanças no nome e na logomarca. A partir de agora, a organização passa a se chamar Fundação Grupo Boticário de Proteção à Natureza, em referência ao Grupo Boticário, instituído em 2010. A iniciativa busca ainda atingir públicos diversos. Segundo a diretora executiva da Fundação, Malu Nunes, o que se pretende é que “a conservação da natureza seja incorporada à vida das pessoas, empresas e outras organizações para que o equilíbrio na vida do planeta seja cada vez mais possível”. A nova identidade visual da organização também sofreu alterações e desvinculou-se dos elementos da natureza para sinalizar que a causa, agora, defende o equilíbrio na relação homem-natureza.

[www.fundacaoboticario.org.br](http://www.fundacaoboticario.org.br)



José Pedro Ucham

Cerimônia de entrega dos certificados no Teatro do Sesc Gravataí

## GM forma mais de 600 jovens para o mercado de trabalho

A General Motors do Brasil, em parceria com o Sindicato dos Metalúrgicos de Gravataí, realizou a formatura de 614 jovens integrantes do Projeto FOCO – Formação com Competência. Ao todo, estudantes de 33 turmas receberam certificados de conclusão nos cursos de Mecânica Veicular, Eletroeletrônica, Inglês, Informática, entre outros. A cerimônia aconteceu no Teatro do Sesc Gravataí e contou com a presença do vice-presidente da GM do Brasil, José Carlos Pinheiro Neto, e do presidente do Instituto General Motors, Edson Vaz, além de representantes das demais instituições envolvidas nos projetos e familiares dos formandos. Na ocasião, a empresa também oficializou a formatura de outros 20 jovens pelo Programa de Aprendizagem Industrial.

[www.chevrolet.com.br](http://www.chevrolet.com.br)



Divulgação

Dia do Voluntariado Pfizer reúne colaboradores em prol da Casa Ondina Lobo

## Pfizer realiza ações para comemorar Dia do Voluntariado

A Pfizer comemorou o Dia do Voluntariado dedicando um dia de trabalho a quem precisa. Os colaboradores da companhia, em São Paulo, deixaram sua rotina corporativa e uniram esforços para a revitalização da Casa dos Velhinhos Ondina Lobo. Desde 2008, a empresa contribui com o projeto para oferecer uma melhor qualidade de vida aos moradores atendidos pela entidade. Na ocasião, foram realizadas a pintura da fachada interna e externa, pequenas reformas nas paredes, além de atividades lúdicas e de recreação. De acordo com o diretor de assuntos corporativos da Pfizer, Ciro Mortella, “um dos valores globais da empresa é o apoio à comunidade”. A companhia também mantém e acompanha projetos sociais voltados para educação e saúde no país.

[www.pfizer.com.br](http://www.pfizer.com.br)



Divulgação

Evento cultural realizado pelo projeto Repórter Comunidade

## NET comunidade completa um ano

O programa de responsabilidade social NET Comunidade, desenvolvido pela NET em parceria com as prefeituras de São Paulo e Campinas, Instituto Asas e a ONG Cidade Escola Aprendiz, comemorou seu primeiro aniversário. O trabalho já beneficiou mais de 2.200 pessoas, com oficinas gratuitas nas áreas de Jornalismo, Fotografia, Mídias Digitais e Linguagem Audiovisual. De acordo com a gerente de Comunicação Interna e Responsabilidade Social, Daniely Gomiero, o trabalho é feito “para revelar talentos e despertar em cada indivíduo o espírito de comunidade”. Atualmente, a iniciativa acontece na cidade de São Paulo, no bairro do Cambuci, e em Campinas, na Vila União. Em 2011, a empresa pretende ampliar a atuação para mais cidades brasileiras.

[www.neteducacao.com.br](http://www.neteducacao.com.br)





Crianças beneficiadas pelo Projeto Brincar, da Fundação Volkswagen

## Volkswagen beneficia mais de 200 mil estudantes em 2010

Em 2010, os projetos educacionais da Fundação Volkswagen – Brincar, Entre na Roda e Estudar pra Valer! – beneficiaram 204 mil estudantes. O número é 92% maior do que o alcançado em 2009, proporcionando formação pedagógica complementar para 1.700 educadores. Com 31 anos de atuação completados em novembro, a Fundação Volkswagen coordena e executa os investimentos sociais da Volkswagen do Brasil. O número de municípios atendidos pela instituição no ano passado cresceu 15%, somando 94 cidades. No período de 2003 a 2010, os projetos educacionais da Fundação Volkswagen foram levados a 700 mil estudantes, 9.400 educadores e 242 municípios de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Paraná.

[www.volkswagen.com](http://www.volkswagen.com)



Ana Helena de Moraes Vicintin, vice-presidente do Instituto Votorantim, e Elvio Gaspar, diretor do BNDDES

## BNDDES e Instituto Votorantim firmam acordo

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDDES) e o Instituto Votorantim firmaram um acordo de cooperação técnica e financeira para apoiar projetos de estruturação de atividades produtivas e qualificação profissional em municípios com indicadores sociais críticos nas cinco regiões do país. O primeiro plano de investimentos prevê cerca de R\$ 62 milhões em um prazo de quatro anos. Na região Sul, as cidades contempladas com parte dos recursos são Arrio Grande, Capão Leão e Pinheiro Machado. De acordo com a vice-presidente do Instituto Votorantim, Ana Helena de Moraes Vicintin, a atuação das duas instituições tem o propósito de “desenvolver e gerar riquezas nas localidades, além de fortalecer o processo de organização e articulação da sociedade”.

[www.institutovotorantim.org.br](http://www.institutovotorantim.org.br)

## Fundação Telefônica produz especial sobre o Suas

A Fundação Telefônica lançou no portal Pró-Menino um especial sobre o Sistema Único de Assistência Social (Suas). O conteúdo englobou uma série de atividades, como vídeos, ilustrações, entrevistas, matérias, palestras e um “Fórum Tira-dúvidas”. De acordo com o diretor-presidente da Fundação, Sergio Mindlin, o objetivo da ação foi “promover um debate mais aprofundado sobre o processo de implementação do Suas e compartilhar tais informações com os internautas”. A programação de estreia contou com uma entrevista da ex-ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Márcia Lopes, e um vídeo de uma palestra da ex-secretária Municipal de Assistência Social de São Paulo e professora da PUC-SP, Aldaiza Sposati.

[www.fundacaotelefonica.org.br](http://www.fundacaotelefonica.org.br)

## Instituto Arcor apoia projetos de educação

O Programa Minha Escola Cresce, do Instituto Arcor Brasil, dará apoio a 23 projetos de escolas públicas nos Estados de São Paulo, Minas Gerais e Pernambuco. Essa é a oitava edição do projeto, que visa dar respaldo técnico e financeiro a iniciativas relacionadas ao meio ambiente, comunicação, cultura e incentivo à leitura. O objetivo é estimular o protagonismo juvenil e promover uma maior participação das famílias e da comunidade na vida escolar, além de fortalecer as escolas públicas como espaço de geração e disseminação do conhecimento. Os projetos beneficiados foram escolhidos após avaliação realizada por uma equipe de especialistas. As cidades que recebem o benefício são de regiões onde estão localizadas as cinco plantas industriais da Arcor.

[www.institutoarcor.org.br](http://www.institutoarcor.org.br)

## Projeto de Inclusão Digital vai para Moçambique

A Fundação Vale e a Odebrecht, em parceria com a Microsoft Brasil, Hewlett-Packard (HP) e a companhia de Transporte Aéreo Portuguesa (TAP), lançaram o projeto de inclusão digital Caia na Rede. A iniciativa acontece em Moçambique e consiste na montagem de ambientes com computadores ligados à internet. Nesses espaços são aplicados conteúdos formativos e informativos adaptados aos perfis das comunidades beneficiadas. A proposta pedagógica inclui dois módulos, sendo um básico, voltado para a alfabetização digital, e outro focado na utilização de serviços on-line e programas do sistema Office. No Brasil, o projeto já beneficiou mais de 10 mil pessoas. A meta é atingir 22.500 nacionalmente.

[www.odebrecht.com](http://www.odebrecht.com)

## Instituto GOL é lançado em Belo Horizonte

A Gol acaba de lançar o Instituto Gol, com o objetivo de promover a capacitação e a qualificação de profissionais do setor da aviação, além de incentivar a inclusão social e o desenvolvimento socioeconômico de Belo Horizonte. Inicialmente, os cursos são voltados para a manutenção de aeronaves. As primeiras aulas acontecem no município de Lagoa Santa, cuja prefeitura é parceira no projeto. De acordo com o presidente do instituto e diretor de colaboradores e gestão da empresa, Felipe Sommer, o projeto investe em jovens “que tenham estudado em escolas públicas, e alguns deles serão contratados para trabalhar no Centro de Manutenção de Aeronaves”. O objetivo é capacitá-los para que possam ingressar no mercado de trabalho.

[www.voegol.com.br](http://www.voegol.com.br)



Fernando Cordeiro

Evento de assinatura do protocolo de cooperação dos parceiros aconteceu no Salão Nobre do Grupo RBS

## Instituto Crack Nem Pensar é lançado no RS

Sete entidades públicas e privadas do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina lançaram o Instituto Crack Nem Pensar. O objetivo da organização é o desenvolvimento de ações de ensino, pesquisa e extensão, além do apoio a iniciativas da sociedade civil para o enfrentamento do consumo do crack e outras drogas. A iniciativa pretende ainda amplificar o mutirão social. Uma das primeiras medidas será instalar um observatório que contará com um banco de dados para mapear as práticas no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina e no resto do país. As informações serão centralizadas em um site com indicadores sobre o assunto. O instituto terá sede inicial em Porto Alegre e reforçará a campanha que vem sendo promovida desde maio de 2009 pela RBS.

[www.clicrbs.com.br](http://www.clicrbs.com.br)



Divaldo Reis

Evento reuniu mais 2.500 participantes em Copacabana

## Fundação do Câncer realiza caminhada pela vida

Cerca de 2.500 pessoas participaram da II Corrida e Caminhada Com você, Pela Vida – Doe medula óssea, realizada pela Fundação do Câncer. Entre os participantes estavam atletas amadores e profissionais, famílias, grupos de amigos, ex-pacientes e portadores de necessidade especiais. A renda obtida com a venda dos kits de participação foi revertida integralmente para o Centro de Transplante de Medula Óssea (Cemo), do Instituto Nacional do Câncer (Inca). Na ocasião, também foram realizados cadastros para a doação de medula óssea. “O cadastro para doação voluntária é um pequeno gesto que pode salvar muitas vidas”, declarou o presidente do Conselho de Curadores da Fundação do Câncer, Marcos Moraes.

[www.cancer.org.br](http://www.cancer.org.br)



Liliane Figueiredo

Monitoramento realizado por integrante do projeto A Mata Atlântica é aqui

## SOS Mata Atlântica analisa fontes de água no país

Uma pesquisa da SOS Mata Atlântica mostrou que as fontes de água no país estão cada vez mais poluídas e que, diante disso, a saúde da população corre risco. Com base em parâmetros definidos pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), o estudo revelou que em 70% das coletas feitas em rios, córregos, lagos e outros corpos hídricos, a qualidade da água foi considerada regular; em 25%, ruim; e em 5%, péssima. Das 43 coletas analisadas, o pior resultado foi constatado no Rio Verruga, em Vitória da Conquista (BA), e no Lago da Quinta da Boa Vista, no Rio de Janeiro. Em condição melhor, mas ainda considerada regular, estavam as amostras coletadas no Rio Doce, no município de Linhares (ES), e na Lagoa de Maracajá, em Lagoa dos Gatos (PE).

[www.sosmatatlantica.org.br](http://www.sosmatatlantica.org.br)



Liliane Figueiredo

Durante o evento foram realizadas atividades de saúde e bem-estar

## Imama promove Dia do Autocuidado

O Instituto da Mama (Imama-RS) realizou o Dia do Autocuidado. O evento contribuiu para disseminar a informação sobre a importância do diagnóstico precoce do câncer de mama e do autocuidado com a saúde. A iniciativa aconteceu no Mercado Público de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. Na ocasião, também foram realizadas oficinas gratuitas que abordaram a importância da prevenção do câncer de pele, além de como realizar uma alimentação saudável e os riscos do tabagismo. “Acreditamos que deve ser uma das prioridades de nossos governantes, do setor privado e da própria mulher a obrigação pessoal e social de investir e cuidar de sua própria saúde”, declarou a médica Maira Caleffi, presidente do Imama-RS.

[www.institudamama.org.br](http://www.institudamama.org.br)





Dudação

Crianças beneficiadas pela Fundação Criança

## Fundação Criança amplia projetos

A Fundação Criança realizou em 2010 cerca de 9 mil atendimentos. De acordo com o presidente da entidade, Ariel de Castro Alves, “houve uma reestruturação para ampliar o número de projetos a fim de atender de forma efetiva e qualificada as demandas da população infantojuvenil do município”. Em 2010, a Cidade dos Direitos da Criança e do Adolescente sediou inúmeros encontros na área da infância, adolescência e direitos humanos. Além disso, aconteceram atividades recreativas, espetáculos circenses, apresentações de música e teatro. Também foram ampliados o número de projetos em parceria com o governo federal e a iniciativa privada.

 [www.fundacaocrianca.org.br](http://www.fundacaocrianca.org.br)



Fotos: Verão FFW

A presidente da ONG, Monica Serra, e a top Gisele Bundchen

## SPFW e Instituto Se Toque

Considerado o maior evento de moda da América Latina, neste ano a edição de Inverno do São Paulo Fashion Week também vai direcionar seus holofotes para uma causa social relacionada ao público feminino. Além dos tecidos, cores e modelagens, a iniciativa coloca novamente em pauta a prevenção do câncer de mama. Em sua segunda participação no evento, o Instituto Se Toque, que atua na educação sobre o câncer de mama, espalha pela Bienal seu balão rosa, na cor ícone dessa causa que nunca sai de moda. A nova identidade visual do instituto foi lançada na última edição do São Paulo Fashion Week, com a presença de personalidades como Hebe Camargo e Monica Serra, presidente da ONG.

## Rede mundial de associações terá sede no Brasil

A *Worldwide Initiatives for Grantmaker Support (Wings)*, rede global de associações de apoio a investidores sociais privados, terá uma sede fixa na cidade de São Paulo. Criada em 2000, a Wings pretende fortalecer a cultura da filantropia internacional por meio de programas de aprendizado, intercâmbio de conhecimento e aprimoramento profissional. A organização valoriza ações realizadas de forma local, regional e global. Ao todo, são mais de 140 membros de 55 países. Segundo o secretário-geral do Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (Gife), Fernando Rossetti, “a Wings reúne associações de diferentes países para trocarem experiências práticas”. Para Rossetti, a vinda do escritório para o Brasil reflete a presença e a voz do país na comunidade internacional.

 [www.wingsweb.org](http://www.wingsweb.org)

## Banco de Alimentos comemora dez anos de atuação

O Banco de Alimentos, vinculado à Fundação Gaúcha dos Bancos Sociais, completou uma década dedicada ao combate à fome. Em dez anos de atividades, foram arrecadados 16 milhões de quilos de produtos alimentícios, distribuídos a 331 entidades assistenciais. Para comemorar a data e os resultados, uma série de atividades foi promovida na sede da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (Fiergs). Entre elas, palestras com a presença da norte-americana e presidente da *Global FoodBanking Network*, Chris Rebstock, e a pesquisadora Denize Ziegler, que palestrou sobre Inovação Tecnológica a Serviço da Segurança Alimentar do país. Também houve uma sessão de autógrafos do livro *Jogos de Ensinar*.

 [www.bancodealimentos.org.br](http://www.bancodealimentos.org.br)

## Unicef realiza campanha contra o racismo na infância

Durante o ano de 2011, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) promove a campanha Por uma infância sem racismo. O objetivo é trabalhar o conceito em escolas públicas, comunidades de baixa renda e ONGs para reduzir a discriminação entre crianças e adolescentes. De acordo com o coordenador do Unicef nos Estados de Alagoas, Paraíba e Pernambuco, Salvador Soler, ainda é preciso avançar os debates sobre o tema. Para ele, “o Brasil vem melhorando seus indicadores sociais, mas ainda falta muito para crianças negras e indígenas alcançarem os mesmos direitos das brancas”. O representante ainda ressalta que o Unicef irá buscar novas parcerias para dar mais visibilidade à iniciativa.

 [www.unicef.org](http://www.unicef.org)

## Ethos reformula indicadores de RSE

O Instituto Ethos está promovendo uma ampla reformulação nos Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial (RSE). O objetivo é auxiliar empresas a incorporarem conceitos e compromissos em prol da responsabilidade social e do desenvolvimento sustentável. O processo de revisão dará origem aos Indicadores Ethos 3ª Geração, que têm lançamento previsto para outubro de 2012, cuja principal proposta é estimular as empresas a avançarem em direção a uma economia verde, inclusiva e responsável. Entre os objetivos centrais estão: manter-se como ferramenta de gestão para diagnóstico e planejamento das práticas de RSE e tornar-se uma plataforma de práticas para a implementação da Norma de Responsabilidade Social, ISO 26.000.

 [www.ethos.org.br](http://www.ethos.org.br)



# Do faz de conta para a realidade

Aproveitando o mundo dos livros e da leitura, Valdir Cimino, presidente do Viva e Deixe Viver, iniciou a ação que modifica vidas de crianças, adolescentes, familiares e profissionais da saúde com o apoio de voluntários bem preparados

Por Thaís Iannarelli

**C**ontar histórias de forma lúdica e divertida e levar ao ambiente hospitalar criatividade e interação por meio da ação de voluntários são as principais atividades do Viva e Deixe Viver, instituição fundada por Valdir Cimino em 1997, que tem como missão levar educação e cultura para a área da Saúde.

Publicitário, Cimino já trabalhou em empresas como C&A, Rede Globo e MTV, sempre com comunicação e marketing, mas passou a conhecer mais sobre o Terceiro Setor em viagem aos Estados Unidos, quando atuou como voluntário na instituição English in Action. Nessa instituição, que atendia o público de Terceira Idade, estrangeiros conversavam com os idosos e liam para os acamados – ao mesmo tempo em que praticavam a língua, faziam companhia para as pessoas. Porém, para se tornar voluntário havia um processo seletivo extenso e detalhado, com o objetivo de conhecer muito bem o perfil das pessoas.

Esse processo acabou sendo usado como inspiração por Cimino e colocado em prática também no Viva, com adaptações. Em entrevista à **Revista Filantropia**, celebrando a Década do Voluntariado, ele fala sobre o voluntariado na sua instituição, no país e no mundo.

**Revista Filantropia: Como a experiência nos Estados Unidos despertou seu interesse pelo voluntariado e pelo Terceiro Setor?**

**Valdir Cimino:** A organização da ONG de lá me chamou muito a atenção. Para ser voluntário, passei por entrevista, dinâmica, um processo longo, e perguntei quando seria voluntário. Disseram-me que estavam traçando meu perfil, precisavam saber o que eu gostaria de saber, quanto tempo teria para disponibilizar, além da responsabilidade de colocar um voluntário dentro da casa de alguém, ou seja, não dava para ser um processo corrido. Foi aí que percebi a importância do processo de profissionalização do ato voluntário.

**RF: Você considera importante profissionalizar o voluntariado?**

**VC:** Sim. Podem dizer que voluntário não é profissional, mas é, sim. Quando o indivíduo faz bem feito, focado, é treinado para aquilo. A gente quer um retorno, e esse retorno pode ser a melhora de uma pessoa, a economia de esparadrapo, o que for, tudo exige técnica. Então, isso me chamou a atenção, o fato de fazer um treinamento, com muita informação. Além disso, trazia muita consciência de como cuidar da sua própria saúde. Achei interessante, porque é uma ONG que promove a saúde da própria pessoa que é voluntária.



**RF: E como surgiu a ideia de fundar o Viva e Deixe Viver?**

**VC:** Voltei a trabalhar na Rede Globo e, de 1992 até 1997, dediquei-me ao voluntariado de forma passiva. Contribuíamos com dinheiro e bens materiais, como brinquedos e materiais escolares para as crianças do Hospital Emílio Ribas, em São Paulo. Quando entrei no hospital, fiquei até com desgosto, não tinha brincadeira, nem espaço para as crianças estudarem. Então a criança ficava doente, três meses internada já perdia a escola, estímulo para leitura, tudo. Então pensei que, se pudéssemos promover a leitura, trazer a escola e o brincar, seria interessante. O Viva começou assim, testando. No fim, o ato de brincar entrou para levar o lúdico e para transformar o livro em uma coisa gostosa.

**RF: Que tipos de informação são passadas no treinamento dos voluntários?**

**VC:** Começamos a investir na causa da saúde, achamos importante cuidar da nossa saúde também. Trazemos informações sobre como é estar dentro de um hospital, preparar o lado psicológico, a administração do tempo. Fomos acumulando técnicas e, em paralelo, atividades lúdicas, como o ato de contar histórias, a importância do livro, a imitação de voz. Fomos ganhando força e também sensibilizando os profissionais de saúde. Percebemos que, com as histórias, você pode tranquilizar as crianças e encorajá-las também.


**RF: Como é a atuação do Viva e Deixe Viver no Brasil?**

**VC:** Temos uma rede de 83 hospitais, em sua maioria, públicos. Estamos em 21 cidades e temos 1.200 voluntários. Porém, o trabalho voluntário no Brasil ainda tem esse ranço do 'faço quando quero, quando estou afim'. Então, nesses 14 anos de existência da instituição, para se ter uma ideia, mais de 17 mil pessoas passaram pelo processo de seleção. Percebemos que quem fica, fica para mudar mesmo, se enquadra no perfil do voluntário que queremos.

**RF: Em 2011, comemora-se a Década do Voluntariado, lembrando a data instituída pelas Nações Unidas em 2001. Como você vê a década e o desenvolvimento das ações de voluntariado no Brasil?**

**VC:** Eu acho que o Ano do Voluntariado, em 2001, ajudou as empresas a acordarem para a questão. Começaram a construir departamentos, mas depois que a 'bolha' passou, começaram a rever tudo isso. Não adianta você montar um departamento para cuidar disso quando, na verdade, pode-se delegar para uma ONG, ou abraçar uma causa. Então, acho que temos muito a andar, mas esses dez anos trouxeram mudanças significativas, principalmente na sensibilização do próprio cidadão. Além disso, o assunto está dentro das escolas, do ensino fundamental, já envolve as crianças. De cara posso dizer que houve uma conscientização muito maior sobre como podemos ajudar o próximo. O que falta agora é essa visão da constância das ações. Como falei, o voluntariado no Brasil é muito 'faço quando quero', então o indivíduo às vezes quebra uma corrente, porque começa e não termina. Por isso as ONGs devem estar preparadas para saber qual o perfil que procura.

**RF: Em momentos de tragédia, como a que recentemente aconteceu no Rio de Janeiro, vemos uma grande mobilização da população brasileira em termos de voluntariado. Qual é a sua opinião sobre esse tipo de ação voluntária?**

**VC:** Temos que imaginar que, no meio desses voluntários, há os constantes e os não constantes. O que acontece nas grandes tragédias é que aflora o lado humano do indivíduo. Nesses momentos percebemos como somos, de fato, doadores. É doação de tudo quanto é lado, então o indivíduo se coloca no lugar do outro. Porque, em uma tragédia, você pensa que poderia ser você naquela situação. No nosso dia a dia não somos acordados para isso. Nesses momentos é que percebemos o quanto a humanidade se ama, quanto as pessoas são próximas umas das outras. 

O voluntariado no Brasil é muito 'faço quando quero', então o indivíduo às vezes quebra uma corrente, porque começa e não termina. Por isso as ONGs devem estar preparadas para saber qual o perfil que procura

  
www.vivaedeixeviver.org.br

# Senhor Sustentável

## Uma mochila, um planeta, uma pergunta: O que é 'SER Sustentável'?

[www.senhorsustentavel.org](http://www.senhorsustentavel.org) • [www.twitter.com/srsustentavel](https://www.twitter.com/srsustentavel) • [www.facebook.com/senhorsustentavel](https://www.facebook.com/senhorsustentavel)

Apoio: 

Parceiros:  instituto de design para desenvolvimento sustentável





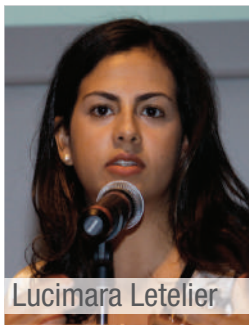
 play rethink the eco-design game

 HUB



# Mudanças na Lei

Mais importante do que as mudanças nas regras da Lei Rouanet são as mudanças nas regras dos gestores de cultura no Brasil



Lucimara Letelier

[mcbcr@managementcenterbr.com](mailto:mcbcr@managementcenterbr.com)

Diretora do Management Center Brasil, consultoria de planejamento estratégico em Captação de recursos, Marketing e Comunicação para organizações culturais e sociais. Mestre em *Arts Administration* pela Boston University (EUA) e professora do MBA em Gestão Cultural da Universidade Cândido Mendes (RJ).

**Colaboração:**  
Cristiana Oliveri

O ano de 2011 é um marco de mudanças para o setor cultural. Além da nova ministra da Cultura e das novidades na Lei Rouanet (as que já sabemos e as que estão por vir), o setor também é impactado pelas transformações da economia brasileira e do mercado consumidor, com consequências diretas na forma como as organizações de cultura cuidam de sua sustentabilidade financeira.

A Lei Rouanet é, sem dúvida, o mecanismo mais utilizado para o financiamento da cultura no Brasil, disponibilizando anualmente cerca de 1 bilhão de reais para os projetos via renúncia fiscal. Mesmo diante dos benefícios, a lei não resolve e não totaliza por si só o que uma política pública de cultura pode e deve contemplar para o desenvolvimento sustentável do setor cultural de qualquer país.

Observando outros países, como França, Inglaterra e Estados Unidos, a política cultural pública deve tanto incentivar a participação da iniciativa privada (empresas e pessoas físicas) quanto se comprometer com aportes diretos a áreas de extrema relevância, porém, desinteressantes ao investidor privado, como:

- Capacitação e formação dos gestores culturais e artistas;
- Ampliação do acesso à produção cultural a comunidades excluídas;
- Defesa do patrimônio histórico e bibliotecas públicas;
- Atividades artísticas em regiões de menor visibilidade e menor poder de consumo;

- Arte experimental, áreas de inovação e itinerância de projetos;
- Arte-educação e atividades de formação artística de excelência.

Além disso, é preciso considerar outros aspectos do contexto do mercado cultural, como a correlação entre os Ministérios da Cultura, Educação, Turismo e Fazenda, que poderiam trazer oportunidades transformadoras para a sociedade e, ao mesmo tempo, favoráveis à economia do país. Um exemplo é o apoio às indústrias criativas que movimentam a economia de países no mundo inteiro e, agora, também tomam força no Brasil. Outra questão é capacitar as organizações para o relacionamento com o público, que, além de ser o foco prioritário da atividade artística, é também fonte de financiamento. Hoje, a classe C emergente consome cultura como nunca antes no país, com muitas pessoas capazes de frequentar e financiar ações culturais, assim como as poucas, porém muito ricas, do topo da pirâmide social do Brasil, também podem representar uma mudança significativa no setor. São 146 mil milionários e 18 bilionários com os quais as organizações culturais podem estabelecer uma relação direta de envolvimento com a causa, e consequente compromisso financeiro.

A Lei Rouanet, portanto, lida apenas com uma parte da questão, que é o incentivo às empresas para que apoiem projetos culturais via renúncia fiscal. Em 20 anos de lei, basicamente limitados a esse lado da moeda, o setor cultural não desenvolveu várias possibilidades para

# Rouanet



sua sustentabilidade financeira, que agora começam a avançar diante das mudanças.

Uma questão chave desse modelo é que a Lei Rouanet não previa a distinção entre a forma de financiamento de projetos culturais (pontuais) e instituições culturais perenes. E, por isso, a maioria das instituições de cultura lida com a captação de recursos de uma forma não institucional, ou seja:

- Dependem de terceiros para elaborar e captar seus projetos;
- Limitam a captação de recursos em arrecadação de dinheiro pontualmente, sem extrapolar para outros benefícios de longevidade e posicionamento institucional;
- Não criam equipes e estruturas perenes profissionalizadas voltadas a fontes diversas de financiamento (fundações, governos, empresas, pessoas físicas, receitas próprias com vendas, licenciamento de marca e serviços);
- Captam recursos de forma muito distinta das demais organizações sem fins lucrativos de meio ambiente/saúde/educação, com as quais poderiam aprender muito.

Algumas das mudanças na Lei Rouanet com a instrução normativa de outubro de 2010 e com o projeto da Nova Lei de Cultura, enviada ao Congresso Nacional, trazem alguns avanços, mas podem evoluir nessas áreas em que o Brasil ainda precisa caminhar muito, como:

## As mudanças na Lei Rouanet com a instrução normativa

Claramente, os incentivos fiscais (federal, estaduais e municipais) se tornaram os grandes financiadores de projetos culturais nas últimas duas décadas, e têm representado um papel importante no financiamento de instituições e de programas culturais e sociais.


A última gestão do Ministério da Cultura, assim como as secretarias de alguns Estados, procurou fortalecer outros mecanismos de financiamento à cultura de forma a tornar as instituições e os produtores menos reféns do patrocínio incentivado. O Fundo de Cultura (federal), por exemplo, passou a ser não contingenciável, deverá ter uma verba importante a partir de 2011 e se destinará majoritariamente aos projetos de instituições sem fins lucrativos. Ainda dentro dessa filosofia de fortalecer os mecanismos de financiamento à cultura, encontra-se em análise no Congresso Nacional um novo projeto de lei de incentivo fiscal, além da criação do Vale Cultura.

Não obstante os avanços de outros mecanismos, a Lei Rouanet continuará a ser ferramenta muito importante no levantamento de recursos, e deverá ser incluída no planejamento estratégico das instituições. As alterações de procedimentos trazidas pela instrução normativa 1 de 05/10/2010 (alterada pela instrução normativa 3 de 30 de dezembro de 2010) são benéficas às instituições culturais, uma vez que, entre outras medidas, focará a prestação de contas nos resultados dos projetos, valorizando os índices de cumprimento de objetivos, público atingido, impacto social, capacitação de comunidades etc., em vez de privilegiar as questões contábeis.

- Incentivo para criação de fundos de *endowment* com aplicações de longo prazo;
- Menor burocracia para doação de pessoas físicas, tanto pequenas contribuições mensais quanto grandes montantes de famílias ricas;

- Profissionalização das equipes das instituições para que saibam atuar tecnicamente com o desenvolvimento e a fidelização de público para novas plateias;
- Mecanismos de intermediação entre as empresas patrocinadoras e as instituições para valorizar benefícios mútuos, tangíveis e intangíveis do patrocínio cultural, hoje pautado por uma relação desigual de poder com as empresas e reduzido da sua real dimensão;
- A importância de um planejamento estratégico mais aprofundado que contemple a longevidade das instituições, em vez de “contar as moedas” a cada início de ano para definir que projeto vai fazer ou cancelar. Isso também ampliaria a qualidade dos

projetos (hoje muito baixa: apenas 5% dos aprovados na lei são realizados).

Esse é o desafio da nova ministra ao avaliar o que permanecerá igual no Plano Nacional de Cultura, lançado em dezembro/2010, para os próximos dez anos e o que será aprimorado. O debate não pode se restringir apenas ao percentual de incentivo, à permanência dos pontos de cultura e à garantia do direito autoral. Precisa expandir para outras áreas voltadas ao longo prazo, com a valorização do papel das organizações culturais no desenvolvimento do setor como um todo, iniciando pelo seu próprio fortalecimento institucional. E esse também é o desafio dos gestores de cultura, que, diante desse novo cenário, começam a rever suas próprias regras. 

## Links

www.cultura.gov.br  
www.managementcenterbr.com  
www.olivieriasociados.com.br

### Instrução normativa 01 (05/10/2010) alterada pela Instrução normativa 03 (30/12/10)

- Apresentação de projetos de fevereiro a novembro de cada ano, com 90 dias de antecedência ao início do cronograma;
- Contratação de profissionais locais/regionais: 20% dos custos no local;
- Custos de captação: 10% do valor do projeto (teto: R\$ 100.000,00), mas é parte dos custos administrativos (está incluído no limite de 15% da verba administrativa);
- Democratização do acesso com atividades inclusivas, gratuitas e que possibilitem ampliação do acesso (transporte, divulgação em internet) e capacitação;
- Despesas administrativas: discriminadas na íntegra da normativa e limitadas a 15%;
- Despesas proibidas: taxas de administração, festas, passagens de primeira classe, taxas bancárias, entre outras;
- Direitos de autor: a instituição se responsabilizará formalmente pela obtenção de autorização e pagamento de autores;
- Diversidade de fornecedores: contratação de mais de cinco produtos/serviços do mesmo fornecedor deverá ter justificativa comprovada de melhor economicidade para o projeto;
- Documentos obrigatórios: definidos por atividade artística;
- Enquadramento: propostas que contenham diversas ações que se enquadrem nos artigos 18 e 26 serão enquadradas em apenas um dos dispositivos, em razão das ações principais da proposta;
- Layout do material de divulgação: enviar para pré-aprovação do Ministério da Cultura (MinC) em cinco dias;
- Plano anual aprovado: instituições não podem apresentar projetos adicionais, salvo casos excepcionais. A transferência de recursos entre projetos anuais pode ser autorizada pelo MinC;
- Prestação de contas com relatórios trimestrais no Salicweb;
- Prorrogação de prazo solicitado com 30 dias de antecedência;
- Remanejamento de despesas solicitado até 30 dias antes do final do projeto (até 15% de cada item pode ser remanejado sem autorização);
- Remuneração do proponente: limitado a 10% do total (teto: R\$ 100.000).



## Palestras e oficinas Canto Cidadão

### Bom humor e alegria como estratégias de desenvolvimento pessoal e profissional

Atuando junto a empresas, instituições de ensino, grupos abertos e órgãos sociais ou do governo, nossas palestras e oficinas tratam principalmente de temas como:

- a responsabilidade social e a motivação para o voluntariado nas empresas
- os direitos e deveres do cidadão
- a gestão de ONGs
- humanização hospitalar e qualidade de vida

E tudo sempre numa linguagem clara e muito divertida.

Mais informações: (11) 3259-8021 / (11) 3256-7296 ou [www.cantocidadao.org.br](http://www.cantocidadao.org.br)







Tem certeza de que você sabe  
o que está fumando?

INSTITUIÇÃO  
**PADRE HAROLDO**

A questão das drogas deve ser encarada de frente pelas famílias, pela sociedade, por todos nós. Por isso, a Instituição Padre Haroldo, pioneira, há mais de 30 anos dedica-se a prevenir e recuperar crianças, adolescentes e adultos através de técnicas cientificamente reconhecidas de tratamento para dependência de drogas e álcool, além de cursos profissionalizantes e acompanhamento familiar. Um trabalho de muita sensibilidade e ética que já ajudou mais de 70 mil pessoas e fez da Instituição um nome conhecido e reconhecido mundialmente.

**Instituição Padre Haroldo.**

**Vida e dignidade livre das drogas.**

Saiba mais sobre esse trabalho reconhecido pela ONU e pela Casa Branca e ajude a eternizar essa causa.

[www.padreharoldo.org.br](http://www.padreharoldo.org.br)

# Aspectos peculiares de gestão das entidades beneficentes e demais organizações



Sergio Monello

atendimento@sergiomonello.com.br  
Advogado, contabilista e professor



Ricardo Monello

atendimento@sergiomonello.com.br  
Advogado, auditor contábil e professor

**V**amos destacar alguns aspectos peculiares das entidades beneficentes para os quais seus gestores e administradores deverão estar sempre atentos e vigilantes. Tais orientações se aplicam à maioria das entidades do Terceiro Setor.

## Associações, organizações religiosas e fundações

As entidades beneficentes são organizações do Terceiro Setor e se constituem em associações, fundações ou, ainda, organizações religiosas. Da última forma trataremos mais especificamente nos próximos artigos.

Para início de nossos comentários, apresentamos algumas diferenciações que devem ser observadas na redação do Estatuto Social. As associações possuem “associados (as)”. As organizações religiosas e as fundações possuem “membros”.

## Do Livro ou ficha de associados (as) ou de membros

Toda entidade deve possuir controle preciso de seus associados ou membros de conformidade com sua categoria “associativa” em plena sintonia com o Estatuto Social, por exemplo, requisitos de admissão, condições, prazos, direitos e obrigações do interessado. Os associados ou membros devem ser devidamente identificados e qualificados no Livro ou fichas de associados ou membros. Vale ressaltar que detalhes e categorias dessas pessoas devem constar nessa documentação. O ideal é que o Livro ou ficha de associados ou membros seja rubricado por seu diretor presidente e, se possível, registrado

em Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas. O ato jurídico de se associar ou de se integrar a uma entidade deve ser formalizado pelo próprio interessado.

## Do Livro ou listas de presença nas Assembleias Gerais

Sempre que houver Assembleia Geral, todos os associados e membros presentes devem assinar o Livro ou a lista de presença. Caso haja a presença de convidados, é oportuna a assinatura também desses participantes. Se, eventualmente, na primeira chamada da Assembleia Geral não houver quórum suficiente de acordo com as exigências contidas no Estatuto Social, deverá haver duas assinaturas no Livro ou na lista de presença, caracterizando e comprovando os associados ou membros presentes na primeira e na segunda chamada. Para decisão de qualquer órgão da Entidade deve ser observado rigorosamente o quórum de associados ou membros e demais determinações previstas no Estatuto Social. Os Cartórios de Registro de Pessoas Jurídicas exigem a comprovação das presenças em Assembleia Geral por meio de listagem. O fato de haver uma lista não impede que também se tenha o Livro.

## Das atas da Assembleia Geral, da diretoria, do conselho fiscal e de outros órgãos

A entidade comprova sua vida, sua existência, sua gestão e suas atividades por meio de atas. As atas, além dos aspectos jurídicos e legais, também se constituem na expressão histórica da entidade. Quanto maior o número de órgãos contidos no



Estatuto Social, maior a quantidade de atas que devem ser elaboradas. As atas ou o Livro de Atas, hoje, se constituem em documental de grande responsabilidade legal e administrativa. E mais, essas atas, em sua maioria, podem trazer reflexos e consequências jurídicas e contábeis.

A administração dessas entidades deve atentar para que todos os desembolsos financeiros que não se constituem em desembolsos ou despesas ordinárias sejam realizados mediante autorização do órgão competente da própria instituição. Da mesma forma, a alienação, a venda, a locação de bens móveis e imóveis e o assumir de obrigações e encargos econômicos e financeiros deve resultar em atas consonantes às disposições estatutárias. Essas atas devem ser registradas no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas onde está registrado o Estatuto Social. É importante destacar que as atas podem ser feitas manual ou eletronicamente. Se feitas eletronicamente, é importante que, a cada período de mandato da diretoria, seja feita a encadernação dessas atas, constituindo-se o Livro de Atas do período encadernado.

## Dos documentos idôneos

Todos os documentos de uma entidade beneficente devem ser válidos em conformidade com a lei. Assim, toda e qualquer despesa deve estar revestida de nota fiscal ou recibo, ou qualquer documento fiscal aceito de acordo com a lei. Exemplo: se a entidade compra ou vende um imóvel, a venda deve ser procedida por escritura ou por Compromisso de Compra e Venda; se a entidade compra materiais de limpeza, de escritório e outros, deve possuir a nota fiscal, fatura, duplicata, recibo ou quitação; se paga um profissional liberal, este, regra geral, é dispensado de emissão de nota fiscal de serviços, mas deve fornecer recibo revestido de todas as formalidades exigidas por lei, inclusive com eventuais retenções tributárias.

## Da contabilidade


Hoje, a contabilidade é um instrumento de gestão, administração e prestação de contas. A contabilidade,

conforme a lei nº 12.101/2009 e o decreto nº 7.237/2010, constitui-se em exigência fiscal e legal, além de presuposto e condição para a Certificação de Entidade Beneficente e sua isenção tributária. Essas normas legais também estabelecem que a contabilidade deve ser elaborada em pleno atendimento aos Princípios e Normas Contábeis emanados do Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Da contabilidade são extraídas todas as demonstrações exigidas pela maioria dos órgãos e repartições públicas. Para obtenção de empréstimos e financiamentos, a instituição necessita essencialmente da transparência. Para obter demais títulos, certificações e o reconhecimento de sua imunidade tributária e isenções, necessita essencialmente da contabilidade. Hoje, é imprescindível e indispensável a presença da auditoria externa independente para atestar a regularidade contábil e documental, bem como as demonstrações contábeis das entidades beneficentes.

Hoje, é  
imprescindível  
e indispensável  
a presença da  
auditoria externa  
independente  
para atestar a  
regularidade  
contábil e  
documental,  
bem como as  
demonstrações  
contábeis das  
entidades  
beneficentes

## Do cumprimento das obrigações tributárias acessórias

A instituição deve estar sempre atenta ao cumprimento das obrigações tributárias acessórias. O fato de uma entidade ser imune de impostos não lhe dispensa o cumprimento das obrigações tributárias acessórias. Esse disciplinamento é previsto no Código Tributário Nacional. Exemplo: emissão de notas fiscais quando proceda a venda de produtos; emissão de notas fiscais de serviços pelo recebimento de recursos pela prestação de serviços; escrituração de livros fiscais; informações exigidas pela União, Estados e municípios.

É certo que a precisão na organização dos controles internos, a segurança e a prevenção na gestão administrativa e legal da entidade beneficente vão garantir melhores resultados no atendimento de suas finalidades institucionais e segurança na continuidade operacional. 

# Avaliação e monitoramento de programas de voluntariado

**N**os últimos anos, com o crescimento do Terceiro Setor, cada vez mais nota-se a importância da avaliação e do monitoramento de projetos sociais. Quando se fala sobre o assunto, um erro frequente aparece entre as organizações: o esquecimento das análises do time de voluntários e do programa de voluntariado em si.

Boas avaliações garantem o sucesso de todo o processo do programa de voluntariado, identificando pontos fortes e questões a serem melhoradas. O principal objetivo da avaliação é ajudar quem participa de um programa ou serviço a perceber que seus esforços têm sucesso por meio do reconhecimento do seu progresso. Com a análise efetiva do resultado das atividades realizadas pelos voluntários descobre-se, por exemplo, se as tarefas executadas enriqueceram, ampliaram ou agregaram valor à organização.


Todos os processos de monitoramento e de avaliação devem ser explicitados, e qualquer dúvida ou temor, esclarecidos. Quando um voluntário é avaliado, ele deve conhecer previamente os tópicos considerados. Importante é entender que a avaliação é uma referência para o aprendizado dos voluntários e da organização social.

Mas o processo só surtirá efeito se as pessoas envolvidas tiverem retorno. É o que chamamos de *feedback*. Todos devem ser informados sobre a própria atuação. Na conversa com os voluntários, a organização deve dizer se as expectativas em relação às atividades realizadas foram atingidas e como melhorar as futuras tarefas.

Mas se algo não saiu como o previsto, nada de desânimo. Cabe à organização social encontrar meios de motivar a equipe de voluntários. Uma conversa franca entre as duas partes poderá ajudar.

Instrumentos de autoavaliação e um formulário previamente elaborado, no qual se consideram alguns indicadores como a confiança e a seriedade, as relações com os beneficiários e com os profissionais, as relações com os outros voluntários, a disposição para aceitar objetivos e métodos, a assistência a reuniões do grupo, sensibilidade, criatividade e realização dos deveres específicos de cada ação devem ser levados em conta, e também saber se as necessidades dos voluntários estão sendo satisfeitas conforme suas expectativas.

O Centro de Voluntariado de São Paulo (CVSP) realiza a cada dois anos um processo de certificação dos programas de voluntariado nas organizações sociais, e percebeu, entre as instituições reconhecidas, a importância do emprego de ferramentas para melhoria da gestão de seus voluntários, o que, com certeza, contribui para a permanência das pessoas que doam seu tempo, trabalho e talento à causa e ao projeto.

Segue, para inspiração, um modelo de pesquisa que foi aplicada aos 35 voluntários do Programa Coração Voluntário, do CVSP, para avaliar as questões ligadas à motivação e à comunicação no programa, uma maneira de monitorar as atividades, atualizar banco de dados e avaliar o programa, para mudanças e fortalecimento da ação. 



O Planeta é  Voluntário



Link   
www.cvsp.org.br

e-mail @  
facaparte@cvsp.org.br



## Modelo de pesquisa do Programa Coração Voluntário

**Sexo:** ( ) Feminino ( ) Masculino

### Idade

- a. Até 30 anos
- b. 30 a 40
- c. 40 a 50
- d. 50 a 60
- e. Mais de 60

### Formação

- a. Ensino fundamental; médio incompleto
- b. Ensino fundamental; médio completo
- c. Ensino superior incompleto
- d. Ensino superior completo

### Já fez algum outro tipo de trabalho voluntário sem ser na entidade?

- a. Sim
- b. Não

### Se sim, descreva a experiência:

---

---

---

---

### Equipe em que atua na entidade

- a. Apoio administrativo e atendimento
- b. Palestrante
- c. Apoio de palestras
- d. Visitas a organizações sociais
- e. Apoio a comunicação e eventos

### Por que o voluntariado entrou na sua vida?

- a. Tempo livre
- b. Retribuir algo que recebeu
- c. Vontade de ajudar
- d. Prática de cidadania
- e. Motivações religiosas

### Como conheceu a entidade?

- a. Site
- b. Palestra
- c. Indicação de amigo
- d. Em outra organização social
- e. Outro: \_\_\_\_\_

### Por que escolheu a entidade para realizar seu trabalho voluntário?

- a. Fácil acesso
- b. Causa abrangente que atende sua expectativa
- c. Atividades interessantes
- d. Perto de casa
- e. Outra

Motivação: \_\_\_\_\_

### Há quanto tempo realiza atividade voluntária?

- a. Mais de 8 anos
- b. Mais de 5 anos
- c. Entre 2 anos e 5 anos
- d. Há 1 ano
- e. Começou em 2011

### Como você avalia seu ano de voluntariado na entidade?

- a. Não consegui realizar tudo que queria
- b. Consegui realizar parcialmente
- c. Consegui realizar
- d. Poderia ter realizado mais
- e. Realizei um bom trabalho e pretendo realizar também em 2011

### O que espera do Programa de Voluntariado da entidade para 2011?

- a. Capacitação
- b. Eventos de integração
- c. Relatórios dos resultados
- d. Ferramentas de comunicação exclusivas para o programa
- e. Atividades diferentes

### Comentários e observações:

---

---

# Conquistas e desafios do voluntariado empresarial

Dez anos após a implementação do Ano Internacional do Voluntariado, os resultados da ação em empresas já são visíveis. Mas quais são os desafios para o setor?

**A**pós 2001, Ano Internacional do Voluntariado, o movimento ganhou mais visibilidade com diálogos sobre sua importância e sobre como otimizar as ações realizadas individualmente. Nas empresas, esse movimento ganhou ainda mais força e representatividade com a criação dos programas empresariais de voluntariado.


Recursos foram investidos, setores foram criados, processos foram estabelecidos e muitas ações foram realizadas. Atividades voluntárias que eram individuais ganharam novas adesões; pessoas que queriam realizar ações dessa natureza encontraram seu lugar por meio de ações em grupo ou capacitações.

Podemos dizer que o voluntariado organizado, principalmente nas empresas, ganhou estrutura e hoje é uma realidade. Muitas ideias trabalhadas na implantação de um programa de voluntariado se tornaram resultados reais, como a integração dos voluntários e colaboradores, humanização das relações no ambiente de trabalho, desenvolvimento de novas habilidades, respeito em relação à empresa e impacto direto nas comunidades e ONGs atendidas.

Com tantas conquistas e um diálogo mais amplo entre as empresas que promovem o voluntariado, alguns desafios se fazem presentes nessa nova etapa do voluntariado no Brasil. Para isso, a Rede Brasil Voluntário, que é formada pelos Centros de Voluntariado do país, está organizando uma série de atividades neste ano, que culminará com uma Conferência Internacional em dezembro.

Haverá atividades regionais durante o ano todo, criando ótimas oportunidades para dar ênfase ao tema e, como empresa ou ONG, pensar nas práticas. Um meio para isso é o questionamento. Perguntas como:

- Por que as empresas promovem o voluntariado empresarial?
- Qual o papel das empresas na promoção do voluntariado?
- As empresas devem organizar ações para seus colaboradores aderirem?
- As empresas têm capacidade de possibilitar que os voluntários identifiquem seus desejos de transformação, executem e se organizem?
- Os resultados das ações voluntárias podem ser medidos pelo desenvolvimento humano dos colaboradores e comunidade?
- Existem resultados ideais para um programa de voluntariado empresarial?
- Como incluir essas discussões nas pequenas e médias empresas?

Muitas perguntas já foram respondidas há muito tempo e podem continuar ajudando a nos manter focados. São as perguntas e respostas que fizeram o movimento do voluntariado ganhar representatividade e se organizar nesses últimos dez anos, e serão novas perguntas que nos farão crescer e entender cada vez mais o papel do voluntariado na sociedade brasileira. Você tem alguma pergunta? 



Link 

[www.acaovoluntaria.org.br](http://www.acaovoluntaria.org.br)

e-mail 

[acao@acaovoluntaria.org.br](mailto:acao@acaovoluntaria.org.br)

Telefone 

(41) 3322-8076





## Para a Asplan o Terceiro Setor está sempre em primeiro lugar.

As soluções e a confiabilidade dos sistemas da Asplan são referência entre as principais organizações do terceiro setor, pois atende organizações de pequeno, médio e grande porte, com o completo gerenciamento de associados, total controle financeiro e todas as obrigações fiscais específicas.

A Asplan entende as suas necessidades e tem uma política diferenciada para um setor tão especial. Entre em contato conosco para obter mais detalhes sobre as nossas soluções.



Soluções Inteligentes na  
Gestão de Informações

Asplan Softwares de Gestão • Rua Loefgreen, 1387 • Vila Mariana • São Paulo/SP • Brasil  
Fone: +55 11 5081-9800 / FAX +55 11 5081-9804

Organizações que utilizam Asplan:  
Instituto Ethos • Fundação Abrinq • Fundação Bial • instituto HP • Fundação Diaconia

# Bem longe da meta

Uma década após sua aprovação — e apesar de obrigatória —, Lei do Aprendiz ainda registra baixa adesão de empresas na contratação de jovens

Por Luciano Guimarães

Com pouco mais de 205 mil jovens contratados como aprendizes em 2010 (dados oficiais do período entre janeiro e setembro), o Brasil ficou muito aquém de atingir a meta de 800 mil vagas preenchidas até o final do ano passado, estabelecida em 2008 pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

Estima-se hoje que cerca de 1,2 milhão de jovens entre 14 e 24 anos incompletos poderiam estar no mercado de trabalho se a Lei do Aprendiz (10.097/2000), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e o decreto nº 5.598/2005, entre outras regras, fossem devidamente respeitados pelas empresas. A lei nº 10.097 alterou os artigos 428 a 433 da CLT, gerando grandes modificações na aprendizagem profissional.

De acordo com o portal Conexão Aprendiz, com base nos números da Relação Anual de Informações Sociais (Rais), de 2005 a 2009 São Paulo foi o Estado que mais contratou aprendizes, com 188.629 empregos. Em seguida, aparecem Rio de Janeiro (mais de 50 mil) e Minas Gerais (quase 49 mil). Números tão baixos em relação à projeção traçada revelam duas possibilidades: desconhecimento sobre a legislação ou descumprimento puro e simples.

Para incentivar a contratação de aprendizes, o Governo de São Paulo lançou, no segundo semestre de 2010, o Aprendiz Paulista, programa gerenciado pela Secretaria Estadual do Emprego e Relações do Trabalho (SERT) em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento. Dentro das regras da lei federal, o objetivo é auxiliar os estudantes do Centro Paula Souza na busca por um trabalho compatível com os cursos em que estão matriculados. Estima-se que só o Estado de São Paulo tem capacidade de contratar 320 mil jovens.

“Embora a contratação de aprendizes seja obrigatória, exceto em relação às microempresas (ME) e às empresas de pequeno porte (EPP), vários empregadores

deixam de observar tais regras, gerando autuações impostas pelos auditores fiscais do trabalho e ônus financeiros”, afirma a advogada Alessandra Costa, gerente de conteúdo trabalhista e previdenciário da FISCOsoft Editora.

Diferentemente da Lei do Estágio, a Lei do Aprendiz obriga todas as grandes e médias empresas a contratarem o jovem, desde que ele esteja cursando, no mínimo, o ensino fundamental e não faça hora-extra, ainda que seja compensado. Além disso, o contrato não pode ultrapassar o período de dois anos, e a carga horária não deve ser superior a seis horas diárias.

Pela lei, as empresas devem ter no seu quadro de funcionários de 5 a 15% de aprendizes, com base nas funções que demandam formação profissional, de acordo com a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), sendo que cargos que necessitam de ensino superior ou técnico não podem ser incluídos nessa contagem. A contratação de aprendizes é facultativa para as micro e pequenas empresas.

“Algumas empresas contratam aprendizes pelo projeto social, e outras para cumprir a cota imposta. Mas em ambos os casos, o importante é que os jovens tenham a oportunidade de ingressar no mercado de trabalho. Então, a obrigação é, sim, necessária, pois eleva o número de vagas destinadas aos jovens e oferece oportunidades que, talvez, sem a obrigação, eles não teriam”, argumenta Hélcio da Silva, presidente do Círculo de Amigos do Menor Patrulheiro de Santos (Camps).

Fundada em 1966, a tradicional entidade já formou mais de 80 mil patrulheiros, capacitando os jovens aprendizes com disciplinas adequadas ao mercado de trabalho e de acordo com a exigência da lei, sob fiscalização do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Santos. O Camps serviu de modelo para diversas outras instituições similares pelo Brasil e, atualmente, tem 1.200 jovens em regime de aprendizagem.



## Contratação e ensino

A contratação de um jovem aprendiz é muito fácil. Em primeiro lugar, é feito um contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado, sendo que ele precisa estar inscrito em um programa de aprendizagem ou formação profissional.

Paralelamente, é necessário elaborar um plano de aprendizagem em conjunto com uma organização formadora, ou seja, uma ONG, uma escola técnica ou alguma entidade do Sistema S – Senai, Senac, Senar, Senat e SESCOOP. O registro na carteira de trabalho do aprendiz pode ser feito tanto pela empresa quanto pela organização formadora, exceto no caso do Sistema S, no qual a empresa fica obrigatoriamente responsável por isso.

Pensando nessa sinergia entre empresas, o ex-jogador e idealizador da Fundação Gol de Letra, Raí Oliveira, atleta associado e diretor da ONG Atletas pela Cidadania, assim como o advogado Victor Barau, consultor da mesma organização social, acreditam que a expansão da oferta de cursos de aprendizagem profissional por todo o território nacional é outro imperativo.

“São necessários mecanismos que superem o desafio da distância e dos custos de formação do jovem aprendiz. Dados do Ministério do Trabalho indicam que, além dos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem – com representação física em menos de 20% das cidades brasileiras –, há menos de mil escolas técnicas e entidades cadastradas e autorizadas a desenvolver cursos de aprendizagem em nosso território”, salientam.

Assim como um trabalhador normal, o aprendiz tem direito à carteira de trabalho registrada, aos direitos trabalhistas e previdenciários e a um salário mínimo/hora. Entretanto, diferencia-se em certos aspectos, pois são excluídas da base de cálculo da cota de aprendizagem funções que exigem formação de nível técnico ou superior e os cargos de direção, de gerência ou de confiança, os empregados em regime de trabalho temporário e os aprendizes já contratados.

Até mesmo a carga horária pode ser diferenciada no regime de contratação do jovem aprendiz. Se estiver cursando o ensino fundamental, deve ter uma carga horária de no máximo seis horas diárias. Mas caso tenha finalizado esse nível, fica aberta a possibilidade de a jornada chegar a até oito horas – porém, devem ser incluídas as aulas de aprendizagem teórica.

Além do lado social que envolve a Lei do Aprendiz, uma das vantagens para a empresa é que, dependendo




Raí Oliveira, da ONG Atletas pela Cidadania: a Lei da Aprendizagem tem um potencial ainda pouco explorado

## Vantagens de se contratar um aprendiz

- Oferecer uma oportunidade ao adolescente e inseri-lo no mercado de trabalho.
- Jovens treinados e motivados.
- Atender à cota obrigatória de aprendizes estipulada pela lei nº 10.097.
- Caso a cota mínima de aprendizes não seja preenchida, a empresa fica sujeita à multa.
- Ganhos de imagem junto à sociedade pelo apoio a um Programa Social.
- Apenas 2% de FGTS (redução de 75% da contribuição normal).
- Empresas registradas no “Simples” que optarem por participar do programa não terão acréscimo na contribuição previdenciária.
- Dispensa do aviso prévio remunerado.
- Isenção de multa rescisória.

Fonte: Conexão Aprendiz

da dedicação do aprendiz, ela pode optar por efetivá-lo em seu quadro funcional a partir dos 16 anos, com o benefício de que não precisará gastar tempo em ensinar um novo colaborador, já que o aprendiz conhece as rotinas da empresa e as atividades a serem executadas.

Em suma, é consenso entre as ONGs que a Lei do Aprendiz tem grande potencial transformador na vida do jovem e traz benefícios para a empresa empregadora. Essa potencialidade, assim como diversos exemplos positivos já registrados no país e não valorizados devidamente, ainda é pouco explorada no Brasil. 

## Links

[www.atletaspelacidadania.org.br](http://www.atletaspelacidadania.org.br)  
[www.camps.org.br](http://www.camps.org.br)  
[www.conexaoaprendiz.org.br](http://www.conexaoaprendiz.org.br)  
[www.empregasaopaulo.sp.gov.br](http://www.empregasaopaulo.sp.gov.br)  
[www.emprego.sp.gov.br/pat](http://www.emprego.sp.gov.br/pat)  
[www.fiscosoft.com.br](http://www.fiscosoft.com.br)  
[www.mte.gov.br](http://www.mte.gov.br)  
[www.placardoaprendiz.org.br](http://www.placardoaprendiz.org.br)



# As relações



**Marcos Biasioli**

marcos@mbiasioli.com.br

Advogado em São Paulo, titular da M.Biasioli Advogados, pós-graduado em Direito Empresarial pela The European University, administrador de empresas pelo Mackenzie/SP, consultor jurídico de entidades do Terceiro Setor e idealizador e membro do Conselho Editorial da Revista Filantropia.



**Talita Falcão**

talita@mbiasioli.com.br

Advogada em São Paulo, integrante da banca jurídica da M.Biasioli Advogados, mestre em Educação pela Universidade de Sorocaba.

Dentro do ordenamento jurídico pátrio, a Igreja não é tida como associação, tampouco como fundação ou sociedade. Com o advento da lei nº 10.825/03, que alterou o artigo 44 do Código Civil, a Igreja passou a ocupar uma nova classificação: a de organização religiosa, dada a sua especificidade, que difere substancialmente das outras pessoas jurídicas, em especial no que diz respeito às relações com a mão de obra.

É tênue a linha que separa o trabalho religioso do trabalho civil, pois o marco inicial para essa distinção está preso, especialmente, à soma de dois ingredientes: (i) o *animus contrahendi*, isto é, a intenção de contratar das partes; (ii) a missão verdadeiramente religiosa da Igreja. Em outras palavras, o empregado, quando procura um trabalho, visa a uma contrapartida, que é a remuneração; já a empregadora busca a tomada do serviço mediante o custo do salário.

Quando procura a Igreja, o religioso busca a comunhão com Deus e outros ideais que não o salário, ainda que haja o financiamento do seu mister religioso; e a Igreja, quando agrega um religioso ao rol dos seus membros, busca alguém vocacionado para dar seguimento ao legado de Cristo, difundindo o seu ensinamento.

Qualquer desvio de finalidade de uma das partes pode causar uma confusão na relação. A Igreja não pode traduzir em lucro a palavra de Deus, pois, se assim o fizer, estará mais para uma sociedade de fato do que para uma organização religiosa, o que dá ensejo ao religioso pugnar por relação de emprego, cuja reivindicação tem sido acolhida por nossos tribunais: “... Apenas no caso de desvirtuamento da própria instituição religiosa,

buscando lucrar com a palavra de Deus, é que se poderia enquadrar a igreja evangélica como empresa e o pastor como empregado”<sup>1</sup>.

No entanto, o trabalho do religioso não se resume tão somente ao trabalho eclesiástico, pois pode ser destacado a cuidar das finanças da ordem, do patrimônio, da relação de pessoal etc., o que não desnatura sua missão como religioso nem viola a natureza de sua admissão na vida consagrada. A teoria do *jus variandi*, ou seja, aquela que outorga o direito ao empregador de variar a função do empregado sem que isso represente mudança no seu contrato, também se aplica à Igreja, que pode variar a missão do religioso desde que seja para o fim e missão primeira, que é a profusão da fé.

A Igreja erigida sem ligação com nenhuma ordem, sem a construção de um rumo para o dogma, sem o estreitamento dos objetivos espirituais – e mais, que recorra ao recurso do devoto – está sujeita a ser desmitificada mediante a proteção do Estado, com o reconhecimento do religioso como obreiro.

Por outro lado, o religioso que fez os votos professos de fé e renunciou bens efêmeros e a vida fora dos vínculos com a Igreja não pode, de repente, pugnar relação de emprego.

Assim, o corpo social de uma organização religiosa é composto por membros tipicamente eclesiásticos, os quais possuem direitos e deveres recíprocos com a organização. Os vocacionados, por sua vez, são o principal capital humano da organização, exercendo trabalho qualificado e especializado em benefício de sociedade particular e universal, com base fundamentalmente na



# de trabalho da Igreja

dedicação integral à missão vocacional e institucional da mesma.

No seio da organização, seguem jornada tracejada por dedicação e lealdade total, o que vai além dos direitos previstos na legislação trabalhista, surgindo, então, o dever como forma de contrapartida, do sustento dos missionários.

Segundo Delaméa<sup>2</sup>, em sua obra *Contabilidade Eclesiástica*, o sustento do vocacionado é um dever da organização e não deve ensejar qualquer tipo de repressão: “Esse honesto sustento presume garantias de sustento para toda a vida desses membros, o que significa, além dos custos cotidianos que recaem sobre as aziendas dessas entidades, a formação de um fundo para assegurar seu continuado sustento na idade avançada, ou na invalidez, tendo presente que se trata de pessoas que se doam por inteiro às respectivas entidades, à Igreja e ao bem comum da sociedade”.

Alice de Barros Monteiro<sup>3</sup>, em seu artigo sobre trabalho voluntário e trabalho religioso, conclui que: “[...] nos serviços religiosos prestados ao ente eclesiástico, não há interesses distintos ou opostos, capazes de configurar o contrato; as pessoas que os executam o fazem como membros da mesma comunidade, dando um testemunho de generosidade, em nome de sua fé. [...] Em consequência, quando o religioso, seja frei, padre, irmã ou freira, presta serviço por espírito de seita ou voto, ele

desenvolve profissão evangélica à comunidade religiosa a que pertence, estando excluído do ordenamento jurídico-trabalhista, ou seja, não é empregado”.

Muito embora seja clara a ausência de direito trabalhista do vocacionado, exceto nos casos das Igrejas em que Deus é produto e não Santidade, é inteligente examinar também que a Igreja não está impedida de formalizar um contrato de cunho religioso e um de natureza genuinamente trabalhista com a mesma pessoa, pois a lei social veda a dualidade do contrato de trabalho, mas

não aquele de natureza diversa. No entanto, é imprescindível que haja o preenchimento dos demais requisitos que ensejam a consumação da relação de trabalho, tais como: salário, subordinação, pessoalidade, *animus*, não eventualidade, pois assim nossos tribunais têm entendido: “A atividade de gravação de CDs em estúdios da

*igreja não se insere no espectro das funções eclesiásticas, razão pela qual, uma vez caracterizados os requisitos do art. 3º da CLT, não há obstáculo ao reconhecimento de vínculo de emprego entre o pastor e sua igreja no trabalho como músico.”*<sup>4</sup>

Enfim, o *animus contrahendi* da Igreja e o do religioso deve ser uníssono, e o desvio de finalidade e transparência da relação por uma das partes nos remete à lembrança do magistério de São Lucas: “Não podeis servir simultaneamente a Deus e a Mamom. (S. LUCAS, cap. XVI, v. 13.)”.

A Igreja não pode traduzir em lucro a palavra de Deus, pois, se assim o fizer, estará mais para uma sociedade de fato do que para uma organização religiosa

<sup>1</sup> TST, Processo: AIRR - 365200-63.2002.5.05.0900, 4ª Turma, DJ 09/05/2003.

<sup>2</sup> Delaméa, Elenita. *Contabilidade Eclesiástica*. São Paulo: Loyola, 2001.

<sup>3</sup> BARROS, Alice Monteiro de. *Trabalho voluntário e trabalho religioso. Síntese Trabalhista*. Porto Alegre, nº 130, p. 10, abr. 2000.

<sup>4</sup> ACO 08298 - 2004 - TRT 9ª Região - Relatora Juíza Sueli Gil El-Rafihí - Publicado no DJPR em 14/05/2005.



### Ensino em casa

O Senado concluiu a votação de projeto de lei que garante educação em domicílio a deficientes que, por incapacidade física de locomoção, não possam frequentar a escola regularmente. O projeto de lei foi aprovado em caráter terminativo na Comissão de Educação e, agora, vai à apreciação na Câmara dos Deputados. O autor do projeto, Augusto Botelho (sem partido-RR), destacou que a legislação brasileira que trata da educação da pessoa com deficiência em escolas especiais e em instituições hospitalares onde o aluno esteja internado nada diz sobre o aluno com deficiência que não tenha condições de sair de casa para frequentar a escola.

[www.correioweb.com.br](http://www.correioweb.com.br)

### Captação de recursos

O Fundo Nacional de Saúde (FNS) publicou em 2010 o Guia de Orientação sobre Captação de Recursos na Saúde, que tem por finalidade orientar entidades públicas e privadas sobre a captação de recursos, bem como os tipos de transferências realizadas, as descrições das ações pertinentes a essas transferências e modalidades de aplicação até o momento de fechamento de convênio, contrato de repasse ou fundo a fundo. Esse material se reporta, exclusivamente, ao ano de exercício 2010, no que tange às regras a ele vinculadas. Para ter acesso ao Guia, acesse:

[http://bvmsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia\\_captacao\\_recursos\\_legislacao.pdf](http://bvmsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_captacao_recursos_legislacao.pdf)

[www.saude.gov.br](http://www.saude.gov.br)

### Tabela do Imposto de Renda

O Governo Federal manteve a mesma tabela progressiva mensal para o cálculo sobre os rendimentos pagos a pessoas físicas para o ano-calendário de 2011, conforme a tabela a seguir:

Base de cálculo (R\$)	Alíquota (%)	Parcela a deduzir do imposto (R\$)
Até 1.499,15	-	-
De 1.499,16 até 2.246,75	7,5	112,43
De 2.246,76 até 2.995,70	15	280,94
De 2.995,71 até 3.743,19	22,5	505,62
Acima de 3.743,19	27,5	692,78

[www.iof.com.br](http://www.iof.com.br)

### Horas extras

A Seção I Especializada em Dissídios Individuais decidiu, por maioria, que o abatimento dos valores correspondentes às horas extras já pagas ao trabalhador deve levar em conta todo o período não prescrito do contrato (ainda no prazo para ser reivindicado na Justiça). Não deve, assim, ser calculado mês a mês, forma que seria mais favorável ao empregado.

[www.tst.gov.br](http://www.tst.gov.br)

### Universidade Aberta SUS

O governo federal oficializou em dezembro de 2010 a Universidade Aberta do Sistema Único de Saúde (SUS), que oferece cursos de especialização a distância aos profissionais da rede pública. Instituições e estudantes interessados terão acesso livre ao material dos cursos e mais universidades podem aderir ao programa. O sistema é integrado por 12 universidades públicas, cinco núcleos do Telessaúde Brasil, Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP) e secretarias de Saúde da Bahia e de Minas Gerais. A coordenação fica a cargo do Ministério da Saúde e da Fiocruz.

<http://agenciabrasil.ebc.com.br>

### Procedimentos para certificação

As entidades com atuação preponderante na área de assistência social deverão encaminhar ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) requerimento e demais documentos nos moldes exigidos pela IN 1/2010, nos casos em que pleiteiem a concessão ou a renovação da certificação. As entidades devem ainda observar os anexos inseridos pela nova norma (Instrução Normativa nº 01, de 30 de dezembro de 2010), que estabeleceu os procedimentos relativos à certificação de entidades beneficentes de assistência social.

[www.mds.gov.br](http://www.mds.gov.br)

### Novo registro do cidadão

O Governo Federal lançou no final de 2010 o cartão de Registro de Identidade Civil (RIC), que substituirá a cédula do Registro Geral (RG). A previsão é que este ano 2 milhões de brasileiros recebam o documento, que fará com que cada cidadão seja reconhecido nacionalmente por um único número, vinculado diretamente às suas impressões digitais e registrado em um chip presente no cartão. A nova identidade, que será emitida pelos próximos dez anos até substituir as já existentes, incluirá nome, sexo, data de nascimento, foto, filiação, naturalidade, assinatura, impressão digital do indicador direito, órgão emissor, local e data de expedição e de validade.

<http://agenciabrasil.ebc.com.br>



## Isenção para remédios

A Câmara analisa o projeto de lei nº 7.898/10, do deputado Manoel Junior (PMDB-PB), que permite a aposentados e pensionistas com 60 anos ou mais deduzir do Imposto de Renda as despesas com medicamentos para uso próprio. O gasto deverá ser comprovado com receituário médico e nota fiscal em nome do beneficiário. A proposta inclui a medida na lei nº 9.250/95, que trata do Imposto de Renda, na parte que lista as deduções possíveis. Atualmente, podem ser deduzidos da declaração pagamentos efetuados a médicos e dentistas e a outros profissionais da saúde, entre outras despesas. O projeto, que tramita em caráter conclusivo, será analisado pelas comissões de Seguridade Social e Família; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

 [www.camara.gov.br](http://www.camara.gov.br)



## Deficiência e capacidade laborativa I

Tramita na Câmara o projeto de lei nº 7.218/10, do deputado Ricardo Berzoini (PT-SP) e outros, que diferencia a pessoa com deficiência do trabalhador com redução de capacidade laborativa adquirida já na condição de segurado. O objetivo é acabar com conflitos de interesse entre os dois tipos de segurados. O projeto define vários procedimentos obrigatórios para reinserir no trabalho as pessoas com deficiência. As regras são similares às existentes na lei, só que separadas em uma seção sobre “habilitação profissional e social”, em contraposição à seção que trata da habilitação e da reabilitação profissional.

## Deficiência e capacidade laborativa II

O texto mantém a obrigação da empresa com cem ou mais empregados de preencher entre 2% e 5% de seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, na seguinte proporção: até 200 empregados: 2%; de 201 a 500: 3%; de 501 a 1.000: 4%; e de 1.001 em diante: 5%. A proposta tramita com o PL 7.699/06, do Senado, que institui o Estatuto dos Deficientes. Os textos estão na pauta do Plenário.

 [www.camara.gov.br](http://www.camara.gov.br)

## Dissídio coletivo I

O ajuizamento de um dissídio coletivo de natureza econômica na Justiça do Trabalho depende de comum acordo das partes. Essa formalidade foi estabelecida pela Emenda Constitucional nº 45/2004, ao dar nova redação ao artigo 114, parágrafo 2º, da Constituição Federal. Justamente por causa da ausência de prova de comum acordo a Seção de Dissídios Coletivos do Tribunal Superior do Trabalho (TST) negou provimento ao recurso ordinário do Sindicato dos Professores do Sul Fluminense (Sinpro).

## Dissídio coletivo II

O entendimento unânime do colegiado seguiu voto de relatoria da ministra Dora Maria da Costa. O resultado prático dessa decisão é que o dissídio coletivo apresentado pelo Sindicato não será analisado pela Justiça trabalhista. O processo será extinto, sem julgamento do mérito, pois a Fundação Educacional Dom André Arcoverde manifestou expressamente discordância com relação à instauração do dissídio.

 [www.tst.gov.br](http://www.tst.gov.br)

## Comissão integral ao captador

O Ministério da Cultura reviu sua decisão anterior e decidiu que o captador de recursos poderá receber pela sua prestação de serviços até 10% dos valores captados (até o teto de R\$ 100 mil) em vez dos polêmicos 7,5%, que geraram descontentamento e discussões acaloradas. A alteração foi possível graças à Instrução Normativa nº 3, de 30 de dezembro de 2010, que revogou o parágrafo 2º do artigo 15 da IN nº 1, de 5 de outubro do mesmo ano.

 [www.cultura.gov.br](http://www.cultura.gov.br)

## Seguro-desemprego

A parcela mínima de seguro-desemprego a ser paga ao trabalhador dispensado sem justa causa é de R\$ 540,00 e a parcela máxima não excederá a R\$ 1.010,34. Esses valores entraram em vigor no dia 31 de dezembro, após serem publicados no Diário Oficial da União, e têm validade para 2011. Para faixas de salário médio de até R\$ 891,40, chega-se ao valor da parcela multiplicando-se o salário médio por 0,8 (80%); mais de R\$ 891,40 até R\$ 1.485,80, multiplica-se R\$ 891,40 por 0,8 (80%) e o que exceder a R\$ 891,40 por 0,5 (50%), somando-se os resultados. E, acima de R\$ 1.485,83, o valor da parcela será de R\$ 1.010,34, invariavelmente.

 [www.iob.com.br](http://www.iob.com.br)

**1** **Após a publicação da lei nº 12.101/2009 e do decreto nº 7.237/2010, devo protocolar o pedido de renovação do certificado de entidade filantrópica no Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) com seis meses de antecedência? Qual o prejuízo do não protocolo?**

O requerimento de renovação de certificação será considerado oportuno quando protocolizado com antecedência mínima de seis meses do termo final da validade da certificação em vigor. Quando o pedido de renovação for tempestivo, a certificação da entidade permanecerá válida até a data da publicação da decisão no Diário Oficial da União. Em contrapartida, se o requerimento de renovação for protocolizado após os seis meses do termo final de validade da certificação, a instituição não usufruirá os efeitos da certificação no período compreendido entre o término da validade da certificação e a data de publicação da decisão, independentemente do seu resultado.

**2** **O certificado da minha entidade, protocolado já na vigência da nova lei, foi indeferido pelo MDS. Que medidas devo adotar?**

Em relação à decisão que indeferir o pedido de concessão, de renovação ou que determinar seu cancelamento, caberá recurso ao MDS no prazo de 30 dias contados da data da publicação da portaria no Diário Oficial da União. Importante ressaltar que a entidade deve possuir cópia integral do processo, a fim de pautar a construção da defesa, bem como o parecer que impulsionou o indeferimento, com vistas a promover a acareação dos pontos destacado pelo analista.

**3** **Uma instituição de ensino que não conseguiu cumprir com a carga horária contratualmente estabelecida pode ser penalizada?**

De fato, é possível que essa instituição sofra algum tipo de ação para fins de ressarcir alunos pelas aulas cobradas e não lecionadas. Mesmo que os alunos concluam determinada etapa de ensino, eles ainda podem exigir indenização por carga horária do curso não ministrada pela instituição de ensino. Esse entendimento foi inclusive endossado pela Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) que, em processo movido por ex-alunos de uma instituição de ensino de Santa Catarina para obter ressarcimento por horas-aula não ministradas, manifestou que uma vez estabelecida a prestação de serviço e, sendo esta recebida, há de se cumprir com o avençado.

**4** **Posso retificar a Carteira Profissional de um funcionário que trabalhou na minha entidade?**

A retificação é devida quando for constatado algum erro ou se tratar de determinação judicial. Contudo, pelo fato de a anotação ser realizada em documento público, visando evitar prejuízos futuros ao trabalhador e o cometimento de ilícito pelo empregador, é vedado a este consignar na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) que a anotação e/ou retificação restou determinada em sede judicial. Essa indevida referência pode provocar dificuldades na tentativa de recolocação do trabalhador no mercado de trabalho, além de que a inobservância desse procedimento pode acarretar a determinação de atuação da Delegacia Regional de Trabalho (DRT) para as providências cabíveis, em especial aquelas atinentes à eventual penalidade por rasura na CTPS, sem prejuízo de possível interposição pelo trabalhador de ação de reparação por dano.

**5** **Nossa entidade contratou um menor aprendiz e, ultimamente, ele não tem comparecido ao trabalho. Já conversamos e até o advertimos sobre o que isso pode acarretar. O que mais podemos fazer?**

O art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) preconiza que cabe ao aprendiz executar, com zelo e diligência, as tarefas necessárias à sua formação técnico-profissional. Se demonstrada a ausência de diligência do aprendiz, já que se ausentava das atividades, é legítima a ruptura contratual antecipada do contrato de aprendizagem, por insuficiência de desempenho.

**6** **Estamos sendo cobrados pela prefeitura para pagar uma contribuição de melhoria. Isso é devido?**

Em linhas gerais, a contribuição de melhoria tem como fato gerador a valorização do imóvel em decorrência da realização de obra pública, limitada à base de cálculo pelo custo da empreitada e pela efetiva valorização do imóvel. Não é admissível a cobrança da contribuição de melhoria quando a Administração Pública deixa de apurar o valor do imóvel antes e depois da obra, uma vez que se torna impossível a constatação da efetiva valorização do imóvel, a qual não se presume, competindo ao ente público sua demonstração.

Fevereiro

Dia	Obrigações	Fato gerador
7	Cadastro Geral de Empregados e Desempregado (Caged - 1ª via)	Enviar ao Ministério do Trabalho a relação de admissões e desligamentos ocorridos em janeiro/11
	FGTS	Depósitos relativos à remuneração de janeiro/11
	Dacon mensal	Dacon de pessoa jurídica obrigada a entregar a DCTF mensal referente a dezembro/10
	GPS	Envio da cópia da Guia da Previdência Social (GPS) relativa à competência janeiro/11 ao sindicato representativo da categoria profissional mais numerosa entre os empregados
15	Previdência Social	Recolhimento em GPS da competência janeiro/11 das contribuições devidas pelos contribuintes individuais, pelos facultativos e pelo especial que tenham optado pelo recolhimento na condição de contribuinte individual, bem como o empregador doméstico (contribuição do empregado e do empregador)
	CSLL, Cofins e PIS/Pasep	Pagamento dos valores retidos da CSLL, da Cofins e da contribuição para o PIS/Pasep sobre os pagamentos a pessoas jurídicas ocorridos no período de 16 a 31 de janeiro (art. 74 da lei nº 11.196/05)
18	Previdência Social (INSS)	Recolhimento das contribuições previdenciárias relativas à competência janeiro/11 devidas pelas empresas, inclusive a retida sobre cessão de mão de obra ou empreitada e a descontada do contribuinte individual que tenha prestado serviço à empresa
	IRRF	Pagamento do Imposto de Renda Retido na Fonte correspondente aos fatos geradores ocorridos em janeiro/11 (conforme redação dada pela lei nº 11.196/05 em seu art. 70, item I, alínea d)
23	DCTF mensal	Prazo de entrega da declaração pela internet, sem multa referente aos fatos geradores ocorridos em dezembro/10
25	Cofins Código: 2172	Pagamento da contribuição cujos fatos geradores ocorreram no mês de janeiro/11
	PIS/Pasep	Pagamento da contribuição cujos fatos geradores tenham ocorrido em janeiro/11
28	Contribuição sindical	Recolhimento da contribuição sindical descontada de empregados em janeiro/11
	DES	Entrega da Declaração Eletrônica de Serviços (município de São Paulo), correspondente aos fatos geradores ocorridos em dezembro/10
	Comprovante anual de rendimentos de pessoas físicas	Fornecimento do comprovante de rendimentos pagos e de retenção do Imposto de Renda na Fonte, relativos aos rendimentos pagos em 2010 às pessoas físicas beneficiárias
	DIRF	Declaração de Imposto de Renda Retido na Fonte referente ao ano de 2010
28	Relação Anual de Informações Sociais (Rais)	Prazo final para entrega da (Rais) ano-base 2010. Deve declarar a Rais todo estabelecimento inscrito no CNPJ, com ou sem empregados, além do estabelecimento de pessoa física com empregados
	CSLL, Cofins e PIS/Pasep	Pagamento dos valores retidos da CSLL, da Cofins e da contribuição para o PIS/Pasep sobre os pagamentos a pessoas jurídicas ocorridos no período de 1º a 15 de fevereiro (art. 74 da lei nº 11.196/05)

Março

Dia	Obrigações	Fato gerador
7	Cadastro Geral de Empregados e Desempregado (Caged - 1ª via)	Enviar ao Ministério do Trabalho a relação de admissões e desligamentos ocorridos em fevereiro/11.
	GFIP	Guia de recolhimento do Fundo de Garantia e Informações à Previdência Social referente a fevereiro/11, transmitida via Conectividade Social. Deve ser apresentada mensalmente, independentemente do efetivo recolhimento ao FGTS ou das contribuições previdenciárias
	FGTS	Depósitos relativos à remuneração de fevereiro/11
	Salários	Pagamento de salários - fevereiro/11
	Dacon mensal	Dacon de pessoa jurídica obrigada a entregar a DCTF mensal referente a janeiro/11
	GPS	Envio da cópia da Guia da Previdência Social (GPS) relativa a fevereiro/11 ao sindicato representativo da categoria profissional mais numerosa entre os empregados
10	GPS/reclamatória trabalhista - sem reconhecimento de vínculo	Recolhimento das contribuições previdenciárias referentes a fevereiro/11 sobre os pagamentos de reclamações trabalhistas, referente aos códigos 1708, 2801, 2810, 2909, 2917, na hipótese de não reconhecimento de vínculo e do acordo homologado em que não há a indicação do período em que foram prestados os serviços.
15	Previdência Social	Recolhimento em GPS da competência fevereiro/11 das contribuições devidas pelos contribuintes individuais, pelos facultativos e pelo especial que tenham optado pelo recolhimento na condição de contribuinte individual, bem como o empregador doméstico (contribuição do empregado e do empregador)
	CSLL, Cofins e PIS/Pasep	Pagamento dos valores retidos da CSLL, da Cofins e da contribuição para o PIS/Pasep sobre os pagamentos a pessoas jurídicas ocorridos no período de 16 a 28 de fevereiro (art. 74 da lei nº 11.196/05)
18	DCTF mensal	Prazo de entrega da declaração pela internet sem multa referente aos fatos geradores ocorridos em janeiro/11
	GPS/INSS	Recolhimento das contribuições previdenciárias relativas à competência fevereiro/11 devidas pelas empresas, inclusive a retida sobre cessão de mão de obra ou empreitada e a descontada do contribuinte individual que tenha prestado serviço à empresa
	IRRF	Pagamento do Imposto de Renda Retido na Fonte correspondente aos fatos geradores ocorridos em fevereiro de 2011 (conforme redação dada pela lei nº 11.196/05 em seu art. 70, item I, alínea d)
25	INSS - GPS - Sindicatos	Encaminhar cópia da GPS relativa a fevereiro/11 ao sindicato da categoria mais numerosa entre os empregados. Havendo recolhimento de contribuições em mais de uma guia, encaminhar cópias (decreto nº 3.048/1999, art. 225, V)
	Cofins Código: 2172	Pagamento da contribuição cujos fatos geradores tenham ocorrido em fevereiro/11
	PIS/Pasep sobre folha de pagamento (entidades sem fins lucrativos)	Recolhimento PIS/Pasep sobre folha de pagamento de fevereiro/11 das entidades sem fins lucrativos - código 8301 (artigo 2º da lei nº 9.715/98 e art. 13, da MP 2.158-35/2001) - novo prazo fixado pelo art. 1º, inciso II da MP 447/2008
31	Declaração Simplificada de Pessoa Jurídica Inativa	Entrega da Declaração Simplificada de Pessoa Jurídica Inativa relativa ao ano-calendário de 2010
	Contribuição sindical dos empregados	Dos salários de março desconta-se a contribuição sindical devida anualmente pelos empregados aos respectivos sindicatos de classe, associados ou não
	DES	Entrega da Declaração Eletrônica de Serviços (município de São Paulo) correspondente aos fatos geradores ocorridos em janeiro/11
	CSLL, Cofins e PIS/Pasep	Pagamento dos valores retidos da CSLL, da Cofins e da contribuição para o PIS/Pasep sobre os pagamentos a pessoas jurídicas ocorridos no período de 1º a 15 de março (art. 74 da lei nº 11.196/05)

Tabelas práticas			
Contribuições previdenciárias (INSS)			
*1 - Segurado: empregado, empregado doméstico e trabalhador avulso			
Salário de Contribuição		Alíquota para fins de recolhimento ao INSS	Alíquota para determinação da base de cálculo do IRRF
De	Até		
-	R\$ 1.106,90	8%	8%
R\$ 1.106,91	R\$ 1.844,83	9%	9%
R\$ 1.844,84	R\$ 3.689,66	11%	11%
2 - Segurado: empregado doméstico (tabela para orientação do empregador doméstico)			
Salário de Contribuição		Alíquota para fins de recolhimento ao INSS	
De	Até	Empregador	Total
-	R\$ 1.106,90	8%	12%
R\$ 1.106,91	R\$ 1.844,83	9%	12%
R\$ 1.844,84	R\$ 3.689,66	11%	12%
3 - Segurado: contribuinte individual e facultativo			
A partir da competência abril/03, para os segurados contribuintes individual e facultativo, o valor da contribuição deverá ser de 20% do salário-base, caso não preste serviço a empresa(s), que poderá variar do limite mínimo ao limite máximo do salário de contribuição.			
4 - Salário mínimo			
Período			Valor
A partir de março/08			R\$ 415
A partir de fevereiro/09			R\$ 465
A partir de janeiro/10			R\$ 510
A partir de janeiro/11			R\$ 540

5 - IR - Fonte e Carnê Leão (2011)		
Base de cálculo mensal	Alíquota	Parcela a deduzir
Até 1.499,15	-	-
De 1.499,16 até 2.246,75	7,5%	R\$ 112,43
De 2.246,76 até 2.995,70	15%	R\$ 280,94
De 2.995,71 até 3.743,19	22,5%	R\$ 505,62
Acima de 3.743,19	27,5%	R\$ 692,78

**Deduções admitidas:**

- Por dependente, o valor de R\$ 150,69 por mês;
- Parcela isenta de rendimentos provenientes de aposentadoria e pensão, até o valor de R\$ 1.499,15 por mês, a partir do mês em que o contribuinte completou 65 anos de idade;
- As importâncias pagas em dinheiro a título de alimentos ou pensões, em cumprimento do acordo ou decisão judicial, inclusive a prestação de alimentos provisionais;
- As contribuições para a Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; e,
- As contribuições às entidades de previdência privada domiciliadas no País, cujo ônus tenha sido do contribuinte, destinadas a custear benefícios complementares semelhantes aos da Previdência Social, no caso de trabalhador com vínculo empregatício, de administradores, aposentados e pensionistas.

**Cálculo do imposto:**

- Base de cálculo: rendimento bruto diminuído das deduções admitidas;
- Valor do imposto: na base de cálculo, aplica-se alíquota correspondente e do resultado subtrai-se a parcela a deduzir.

Tabelas sujeitas a alterações.



# ATUAÇÃO



Instituições unem forças e realizam parcerias e fusões para aumentar o alcance das ações sociais

Por Paula Craveiro

**P**or muito tempo, o Terceiro Setor foi compreendido como sendo formado por grupos organizados de maneira descompromissada, com a finalidade de prestar auxílios pontuais aos necessitados. Hoje, embora ainda existam entidades que atuem dessa maneira (o que não faz com que tais ações percam seu valor), o setor encontra-se em um estágio mais avançado, sendo composto por organizações sólidas, membros altamente qualificados e especializados, e com missão e valores bem fundamentados.

# CONJUNTA




Diante desse novo cenário de profunda profissionalização, surge a demanda pela criação de alianças setoriais estratégicas como meio de impulsionar e ampliar a abrangência das atividades dessas organizações.

## **Alianças no Terceiro Setor**

Embora muitas instituições ainda encarem seus pares como concorrentes, uma vez que disputam recursos humanos e financeiros, inúmeras organizações não-governamentais, institutos e fundações têm optado pela realização de parcerias entre si para aumentar o alcance e o impacto de seus projetos.





Inúmeras organizações não-governamentais, institutos e fundações têm optado pela realização de parcerias entre si para aumentar o alcance e o impacto de seus projetos

Quando se pensa em atuar com parcerias na realidade das organizações sociais, logo emerge uma indagação entre os gestores: como manter uma aliança sustentável com outra instituição sem perder o foco e a identidade? Como atuar com parceiros diferenciados na maneira de ver e fazer?

“Parcerias devem fazer parte da estratégia de uma organização”, destaca Ana Maria Drummond, diretora executiva da Childhood Brasil. “Ao firmar uma parceria, a organização deve levar em consideração se essa aliança vai contribuir de modo significativo para que seus objetivos sejam plenamente atingidos. O mesmo é válido para o parceiro, que precisa ter suas expectativas atendidas em relação à outra entidade”.

Segundo Deborah Baesse, gestora do Instituto de Cidadania Empresarial do Maranhão (ICE-MA), outro ponto importante para que uma parceria dê certo e gere os frutos desejados é “ter escuta ativa e capacidade de lidar com as diferenças. A aptidão de desenvolver e administrar parcerias é fator primordial”.

### **Criando parcerias**

Pensar na criação de uma aliança entre organizações pressupõe unir forças e competências em prol de uma causa. “Hoje em dia, a formação de parcerias tem muito a ver com a conjuntura internacional e a limitação de recursos”, comenta Lizete Prata, diretora executiva da Associação Mundaréu. “Para que ela ocorra, é de suma importância ter claro quais são os objetivos, o papel a ser desempenhado pelos parceiros, seus direitos e deveres ao longo do processo e, acima de tudo, jamais perder o foco. Isso contribui significativamente para a melhoria da performance das entidades”, assegura.

Segundo Cecília Hartmann Regueira, fundadora e diretora executiva do Instituto Hartmann Regueira, a principal finalidade das parcerias/alianças é potencializar ações e resultados. “Integrando esforços e competências, os parceiros podem fazer mais e melhor. Além disso, as parcerias são fontes de novos conhecimentos e novas aprendizagens. Nossa experiência mostra que parcerias bem construídas e bem geridas são marcadas pela relação ‘ganha-ganha”.

Alessandra França, coordenadora nacional da ONG Criança Segura, conta que “os principais benefícios de se realizar uma aliança residem no intercâmbio de informações e experiências que contribuem de maneira fundamental para a melhoria de nossos projetos e processos, e também para a promoção da prevenção de acidentes com crianças”.



A coordenadora de Comunicação da Fundação Pró-Rim, Andréia Jacopetti, complementa: “As parcerias nos permitem potencializar a captação de recursos, atender de maneira mais ampla e adequada aos públicos beneficiados pelas entidades, promover maior divulgação dos trabalhos desenvolvidos, obter mais representatividade, reforçar a credibilidade e fortalecer a filantropia como um propósito de ação social”.

Para Josiane Masson, coordenadora executiva do Artesanato Solidário (ArteSol), o cenário atual não permite a realização do “mais do mesmo”. “O momento exige inovações e transformações sociais reais. Firmar alianças é um caminho sem volta e os benefícios são inúmeros”.

“Com nosso projeto Espaços Lúdicos, o instituto reuniu forças com duas organizações de Coroadinho, em São Luís. A partir dessa experiência, provou-se que a capacidade de estabelecer parcerias bem-sucedidas aperfeiçoa o modo de fazer, representa estratégia de potencialização de resultados, aprendizagem e, até mesmo, de sobrevivência”, ilustra Deborah, do ICE-MA.

Do ponto de vista da Fundação Dorina Nowill para Cegos, “as parcerias firmadas pela organização, além dos benefícios já mencionados, proporcionam maior conhecimento das carências locais e maior facilidade de distribuição de livros para deficientes visuais”, conta Ricardo Soares, gerente do Livro Digital.

“Sem as parcerias existentes, não teríamos condições de atingir os mais de cem professores e 4 mil alunos com os quais trabalhamos hoje. Também não seria possível que o conhecimento e a experiência em relação à implementação e continuidade do projeto fossem transmitidos da associação para os professores da rede municipal”, explica Patricia Machado, diretora executiva da Associação Sequoia Foundation.

## Impacto social

Questionadas sobre os resultados obtidos a partir da implementação das parcerias, as entidades fizeram sua avaliação.

Para Josiane, da ArteSol, o resultado foi bastante positivo. “Só temos a ganhar com nossas parcerias. Seja pelo maior impacto, alcance e inovações no campo social, seja nos âmbitos profissional e pessoal, nos quais ganhamos com as trocas técnicas e relações de amizade”.

“Em todas as parcerias que firmamos, tivemos a felicidade de obter resultados bastante positivos”, garante Alessandra, da Criança Segura. “Nossos parceiros,



Cecília Hartmann Regueira, diretora executiva do Instituto Hartmann Regueira

independentemente dos projetos executados, contribuíram muito para nossa causa e, temos certeza, a troca de informações e experiências foi de grande valia para todos”.

No caso da Fundação Dorina Nowill, Soares garante que houve ampliação do alcance. “Posso dizer, com segurança, que a disponibilidade e quantidade de livros digitais vêm aumentando e que a possibilidade de atender demandas locais ficou mais facilitada”.

O mesmo ocorre com a Fundação Lemann que, por meio de seus parceiros locais, conseguiu mobilizar um grande número de cursistas. Além disso, os parceiros auxiliam de maneira essencial a negociação com as secretarias municipais, ampliando, assim, o impacto da ação.

“A partir da nossa parceria com a Tekoha, que nos auxilia na comercialização dos produtos confeccionados pelos artesãos ligados à Mundaréu, conseguimos aumentar o número de vendas e, conseqüentemente, contribuir para a geração de renda desses profissionais”, comemora Lizete.

De acordo com Cecília, as parcerias têm gerado escala para os projetos desenvolvidos. “Nossos parceiros, além de suas competências específicas, fazem com que nossos projetos alcancem mais participantes. Eles criam condições para aumentar a capilaridade e a abrangência de nossas ações. Com o apoio da Oi Futuro, nosso PDG.Org On-Line alcançou organizações sociais

Só temos a ganhar com nossas parcerias. Seja pelo maior impacto, alcance e inovações no campo social, seja nos âmbitos profissional e pessoal, nos quais ganhamos com as trocas técnicas e relações de amizade



Ricardo Soares, gerente do Livro Digital, iniciativa da Fundação Dorina Nowill

Como em qualquer instituição, os direitos e responsabilidades dos envolvidos devem ser bem definidos e acordados entre as partes. Sem isso, a parceria não será produtiva

em São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná, Goiás, Espírito Santo e Distrito Federal”.

Andréia, da Pró-Rim, afirma que a fundação não foge à regra. “Nossos resultados têm sido muito positivos. Houve boa aceitação por parte de São Paulo. O impacto foi ampliado e sabemos que, ao longo da maturação da parceria com a Fundação Gol de Letra, será ainda mais. Um ponto importante foi o fortalecimento da credibilidade de ambas as entidades junto à comunidade. Além disso, outro ponto a ser considerado é em âmbito interno. Trata-se do conhecimento e do aprofundamento que cada entidade faz acerca do modelo uma da outra. Antes, a equipe do *call center* da Pró-Rim ligava para falar somente de saúde. Com a Gol de Letra, foi necessário um novo conhecimento e visão sobre um trabalho social voltado à educação”.

### Sinal de alerta

É fato incontestável que a formação de parcerias é muito vantajosa. Entretanto, para que sejam realizadas conforme os anseios dos envolvidos e cumpram sua finalidade a contento, é preciso que se observem alguns pontos.

Ao selecionar um ou mais parceiros, é essencial que se analise se eles têm os mesmos padrões de controle e acompanhamento de projeto, por exemplo, uma vez que a parceria coloca duas ou mais instituições diferentes trabalhando em prol de um objetivo/resultado. Como em qualquer instituição, os direitos e responsabilidades dos envolvidos devem ser bem definidos e acordados entre as partes. Sem isso, a parceria não será produtiva.

“É importante destacar que os acordos firmados entre as organizações devem ser claros e objetivos, ressaltando qual o papel de cada parceiro, a estratégia a ser seguida, os valores de cada entidade e sua missão. Quanto mais transparente for a relação, maiores são as chances de sucesso da parceria”, pontua Ana Maria, da Childhood Brasil.

De acordo com Patricia, da Associação Sequoia Foundation, a revisão dos objetivos das entidades é outro fator de suma importância para parcerias de longa duração. “Devemos nos certificar de que as partes envolvidas estão satisfeitas com os caminhos do projeto. No momento em que um parceiro se sente prejudicado



ou questiona os objetivos do projeto, este tem de ser revisado e rediscutido, ou a parceria perderá força”.

“Existem alguns pontos primordiais que precisam de muito cuidado, como a definição dos objetivos da parceria, a clareza dos objetivos peculiares de cada entidade e o alinhamento dos discursos. No início da parceria, tivemos muito cuidado em conhecer os propósitos de ambas as entidades, combinar uma linha de comunicação e processos posteriores que ocorriam. É preciso ter transparência nas ações, nas prestações de contas e na exposição de informações ao público. O planejamento e o conhecimento mútuo tendem a garantir ainda mais a credibilidade nos princípios, valores e conhecimento do público quanto à atuação prática das entidades parceiras”, conta Andréia.

Há ainda o risco de parcerias mal realizadas, conforme ressalta Cecília. “Parcerias mal construídas e/ou mal cuidadas têm riscos. Um deles é a anulação de um parceiro, ou seja, a perda de sua autonomia e identidade. Parcerias entre ONGs que não comungam propósitos e não definem claramente regras de convivência e corresponsabilidade podem gerar graves distorções. É preciso que as metas e regras sejam claras, e que isso seja pactuado e formalizado entre as partes. Não se pode construir uma boa parceria sem esse alicerce”.

A mesma opinião é compartilhada pela Fundação Lemann, que acredita que, ao criar uma parceria, a mesma deve ser pensada e repensada, de modo a gerar benefícios a todos os envolvidos. Isso inclui transparência nas ações e em todos os itens do acordo que será firmado.

## Limites

Outro aspecto que merece atenção por parte das organizações diz respeito à definição de limites. Um parceiro pode, de alguma maneira, interferir na atuação tradicional do outro? Sim? Até que ponto? Não? Por quê?

“Isso não deve ocorrer, pelo menos não no sentido negativo de uma influência de uma instituição sobre a outra. Mas, em certos momentos, pode haver influência sim, desde que esta vise maximizar o potencial das organizações participantes da aliança ou parceria, beneficiando ambas nesse processo de mútua

influência”, garante Rubén Pecchio, secretário executivo da Aliança Interage.

“Não diria interferir diretamente, mas, com certeza, as melhores parcerias modificam as entidades de alguma maneira. Trocando experiências, temos a possibilidade de perceber erros e acertos e corrigir nosso percurso”, explica Patricia, da Sequoia.

Na opinião de Ricardo Soares, não deveria haver tal interferência, mas ela pode ocorrer. “Os direitos e as responsabilidades devem estar bem definidos e a ideia é não prejudicar ninguém, mas sim aumentar a capacidade de atendimento prestado pela entidade e beneficiar seu público-alvo”.

Já Josiane, da ArteSol, acredita que “interferências são esperadas em toda aliança, principalmente nas atividades operacionais, porém, é importante que cada organização não perca de vista suas atividades tradicionais nesse processo para preservar sua essência”.

“Quando a parceria é bem-sucedida, as boas práticas de uma instituição podem influenciar e ajudar a melhorar o trabalho da outra. Essa troca pode ser benéfica para ambas”, garante Lizete, da Mundaréu.

Cecília completa: “a união, entendida como soma de forças para o alcance de propósitos comuns, pode trazer mudanças para as atividades tradicionais das organizações. E essas mudanças podem ser boas, como novas aprendizagens e conhecimentos. Mas também podem ser negativas, se acontecer a perda de identidade e autonomia de um dos parceiros. Para evitar esse tipo de situação, é preciso cuidar muito bem da parceria”, conclui.

## Fusões

Parceria não é a mesma coisa que fusão. No primeiro caso, as entidades somam esforços, recursos e competências para o alcance de objetivos comuns, mas preservam suas identidades e seguem suas trajetórias com autonomia. Já na fusão, ocorre a união total das organizações filantrópicas, minando as atuais identidades, unindo inteligências, propósitos e recursos e criando uma nova entidade que englobe ambas.

Ao contrário do que ocorre com as empresas, que se unem visando ao lucro, as entidades filantrópicas, que não anseiam riquezas materiais, mas sim espirituais/sociais, volta e meia se questionam acerca da

Ao criar uma parceria, a mesma deve ser pensada e repensada, de modo a gerar benefícios a todos os envolvidos. Isso inclui transparência nas ações e em todos os itens do acordo que será firmado





Alunos do Sequoia Foundation

## Exemplificando...

Em 2008, a União Brasileira de Cegos (UBC) e a Federação Brasileira de Entidades de e para Cegos (Febec), duas entidades representativas dos deficientes visuais no país, uniram-se. Dessa fusão, surgiu a Organização Nacional de Cegos do Brasil (ONCB), criada com o objetivo de conseguir maior representatividade e concentrar esforços na luta por seus direitos.

Outro exemplo, talvez o mais famoso, é a fusão realizada entre a Fundação Abrinq e a organização Save the Children, firmada em julho de 2009. O acordo que uniu as duas organizações proporcionará a ampliação da rede de programas de abrangência nacional, o que fará com que o número de crianças e adolescentes atendidos salte dos atuais 250 mil por ano, para aproximadamente 1 milhão até 2014, principalmente nas áreas de Educação, Saúde e Proteção Integral.

Na fusão, ocorre a união total das organizações filantrópicas, minando as atuais identidades, unindo inteligências, propósitos e recursos e criando uma nova entidade que englobe ambas

viabilidade jurídica de trilharem os mesmos caminhos das empresas capitalistas, quanto à mobilização de recursos para seus fins.

O advogado Marcos Biasioli, especialista em Direito do Terceiro Setor, cita o exemplo das Santas Casas. “Imaginemos, em termos práticos e objetivos, os efeitos de uma fusão entre as Santas Casas de Misericórdia, haja vista que há identidade de causas sociais, mão de obra técnica, insumos, suprimentos em geral, equipamentos e aparelhos médicos, administração (guardadas as devidas diferenças), nuances técnicas etc. Outro exemplo prático seria a centralização da compra de medicamentos. O que poderia baratear o processo? E o aproveitamento médico? E o corte dos serviços terceirizados? E a unificação contábil e jurídica? E o volume de atendimento SUS?”, questiona.

Segundo ele, é de se imaginar o quanto se produziria de economia, sem falar na soma de inteligência diretiva, cujo valor agregado é incomensurável. “Cito, sem fazer juízo de valor, o caso da Santa Casa de Porto Alegre – que é um dos modelos de administração público-privado – e a acareamos com algumas outras Santas Casas radicadas nas demais capitais, que estão numa penumbra cinzenta”.

Ao trabalho social não falta boa vontade, tampouco voluntários. Também não há carência de pessoas em vulneração de risco social, ante os milhares que vivem na linha abaixo da pobreza, e, ainda, não faltam ideias e

inspirações. O que faltam são os recursos para a manutenção da obra.

Quando se fala de elaboração de projetos sociais, muitas vezes falta até mesmo *expertise* para criá-los, associado à falta de recursos, o que torna a instituição, muitas vezes, dependente de doações. “A fusão, via de regra, não ocupa o espaço da genialidade do grupo diretivo, que apenas se vale de casos de sucessos para aplicar na obra, desprezando-se a via concisa da aliança da obra paradigma – o que enfraquece o projeto e retira do tutelado a força motriz do seu desenvolvimento”, afirma o advogado.

Assim, sob o ponto de vista econômico – recursos para elaboração, implementação e manutenção de projetos, principalmente –, não há dúvidas que a união de organizações do Terceiro Setor seria extremamente salutar. “Porém, cabe apreciar a viabilidade jurídica de tal processo. Para tanto, é importante estudar os institutos societários que possibilitam tal alteração”, orienta.

Segundo Ana Maria Drummond, da Childhood Brasil, esse tipo de ação (fusão) não é muito comum, tanto no Brasil quanto no exterior, uma vez que as parcerias costumam atender satisfatoriamente aos anseios das organizações que buscam apoio no desenvolvimento e execução de seus projetos. “Apesar do que vem ocorrendo no mundo corporativo, acredito que essa não seja uma tendência”, diz. ☺

### Links

[www.artesol.org.br](http://www.artesol.org.br)  
[www.childhood.org.br](http://www.childhood.org.br)  
[www.criancasegura.org.br](http://www.criancasegura.org.br)  
[www.fundacaodorina.org.br](http://www.fundacaodorina.org.br)  
[www.ice.org.br](http://www.ice.org.br)  
[www.institutohr.org.br](http://www.institutohr.org.br)  
[www.mundareu.org.br](http://www.mundareu.org.br)  
[www.prorim.org.br](http://www.prorim.org.br)  
[www.sqafoundation.org](http://www.sqafoundation.org)

# Deficientes no mercado de trabalho

As mudanças no setor 20 anos após a criação da lei que garante vagas para profissionais com deficiência



Por Juliana Fernandes

**E**ste ano, a lei nº 8.213/91, conhecida como Lei de Cotas, completa duas décadas de existência. A norma estabelece que as empresas com cem ou mais funcionários reservem uma parcela de seus cargos para pessoas com deficiência (PCD). No entanto, a inclusão de deficientes no mercado de trabalho ainda está longe de alcançar a sua totalidade. Segundo um levantamento realizado pela Superintendência Regional do Trabalho de São Paulo, a cada dez companhias, quatro não conseguem cumprir a legislação.

Para a consultora da Apoena Sustentável, Andrea Goldschmidt, isso acontece porque algumas empresas simplesmente ignoram a existência da lei, mas, de maneira geral, o mercado está mais consciente de sua responsabilidade. “Se ainda não cumprem a cota, é pela dificuldade de encontrar pessoas com o perfil desejado ou de sensibilizar o seu público interno para as necessidades de ajustes que ajudem no processo de inclusão”.

Entre os principais obstáculos enfrentados pelos profissionais com deficiência estão a falta de acessibilidade e a dificuldade de interação com os colegas no ambiente de trabalho. De acordo com o gestor do portal de empregos Deficiente Online,





**Sensibilização é outro ponto fundamental para eliminar preconceitos e estereótipos, permitindo o respeito e a convivência entre todos os envolvidos**

Claudio Tavares, o despreparo existe principalmente por desconhecimento e resistência dos empregadores, que “não sabem como receber uma pessoa com deficiência, gerando desconforto para toda a cadeia hierárquica”.

Essa situação pode ser evitada se as empresas buscarem o apoio de entidades e organizações que trabalham com PCDs. Ou, ainda, se optarem pelo desenvolvimento de programas de inclusão social. Nesse caso, a primeira etapa consiste em mapear os cargos disponíveis para avaliar os requisitos necessários à realização de cada atividade. O objetivo é facilitar o processo de seleção e o treinamento dado a gestores e funcionários da empresa.

A sensibilização é outro ponto fundamental para eliminar preconceitos e estereótipos, permitindo o respeito e a convivência entre todos os envolvidos. “É importante a empresa se dispor a ampliar a visão para que se veja mais que uma pessoa com deficiência, e sim um profissional que poderá ser chefe de equipe ou o maior executivo da companhia”, declara Claudio.

### **Dividindo opiniões**

Wagner Serafim é deficiente auditivo e trabalha em uma instituição financeira. Para ele, a Lei de Cotas

possibilitou o aperfeiçoamento profissional dos portadores de deficiência, mas o “lado ruim foi limitar a quantidade de pessoas por porcentagem, como se fosse um espacinho para os coitados”. Segundo Wagner, as empresas ainda não estão prontas. “Muitas não têm conhecimento de Libras (Língua Brasileira de Sinais) e, nas reuniões, os surdos só conseguem caçar algumas palavras”.

Maria Fernandes também é deficiente auditiva e há oito anos trabalha em um banco. Ela conta que, no começo, teve dificuldades para aprender o serviço. “Foi difícil, muitas vezes somos nós mesmos que colocamos dificuldades. Hoje eu superei”. Maria ainda ressalta que a lei e, conseqüentemente, a abertura do mercado de trabalho, possibilita a superação de traumas, já que “mostra que os deficientes são capazes e muito inteligentes”.

“O certo era não precisar chegar a esse ponto, porém, por causa da discriminação e da falta de conhecimento de alguns, é necessário ter leis para os nossos direitos”, completa o bancário Janilson Mota.

### **O assunto em números**

Segundo a Relação Anual de Informações Sociais (Rais), realizada em 2008, existem no mercado de trabalho 323,2 mil trabalhadores com deficiência. Os



homens têm a maior representatividade, com participação de 64,32%. Os dados ainda apontam que a remuneração média desses profissionais é de R\$ 1.717,00, superior à média dos rendimentos do total de vínculos formais (R\$1.494,66).

Por tipo de deficiência, o levantamento revela que os deficientes físicos representam 55,24% dos trabalhadores. Em seguida, estão os auditivos, com 24,65%; e os visuais, com 3,86%. Os mentais representam 3,37%, e os portadores de deficiências múltiplas, 1,09%. Na situação de reabilitados foram declarados 11,78% dos deficientes com vínculo trabalhista.


Andrea Goldschmidt explica que “as empresas gostam de investir em pessoas que possam, em médio prazo, galgar novos desafios. Nesse sentido, os deficientes mentais ficam em desvantagem em processos seletivos, já que talvez tenham mais dificuldade para atender as demandas presentes e poucas chances de ocupar cargos com maior exigência intelectual no futuro”.

Vale ressaltar que a opção por profissionais com determinada deficiência é considerada um ato discriminatório, já que a legislação garante o direito de todos os deficientes, independentemente da natureza e da severidade de sua limitação.

## Novas perspectivas

Para as empresas, uma nova perspectiva de cumprimento da Lei de Cotas é a Portaria nº 92 do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), publicada em 6 de outubro de 2010. O documento estabelece medidas a serem adotadas no âmbito da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado de São Paulo, visando à celebração de pactos para a inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho.

Caberá ao órgão, por exemplo, mediar as negociações entre entidades sindicais e empresas. O objetivo é estabelecer prazos e condições para que os empregadores cumpram suas cotas legalmente exigidas. De acordo com a ementa, a inclusão das pessoas com deficiência não se limita apenas às contratações.

É necessário oferecer condições dignas para o exercício da função, “com equidade e possibilidade de ascensão profissional dentro de um contexto em que se busque promover as mudanças culturais necessárias para a valorização da diversidade e para a eliminação de qualquer tipo de discriminação”, finaliza o texto publicado no Diário Oficial da União. 

Vale ressaltar que a opção por profissionais com determinada deficiência é considerada um ato discriminatório, já que a legislação garante o direito de todos os deficientes



## A Lei de Cotas em perguntas e respostas

### Quantas pessoas com deficiência a empresa precisa manter contratadas?

Segundo o art. 93 da lei nº 8.213/91, a cota depende do número geral de funcionários e estabelece a seguinte proporção:

- 100 a 200 empregados.....2%
- 201 a 500.....3%
- 501 a 1.000.....4%
- 1.001 em diante.....5%

### As instituições sem fins lucrativos são obrigadas a preencher um percentual de seus cargos com pessoas com deficiência?

Sim, a obrigatoriedade serve tanto para empresas quanto para associações, sociedades e fundações que admitem colaboradores como empregados. (art. 2º, § 1º, da CLT)

### A pessoa com deficiência tem direito à jornada de trabalho especial?

O empregado deve ter um horário flexível e reduzido, com proporcionalidade de salário, quando tais procedimentos forem necessários em razão de seu grau de deficiência – para atender, por exemplo, necessidades especiais de locomoção e tratamento médico. (art. 35 § 2º, do decreto nº 3.298/99)

### Há alguma regra especial quanto à assinatura da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) e a formalização do contrato de trabalho?

Não há nenhuma regra específica. Aplicam-se as normas gerais da CLT.

Fonte: *A Inclusão das Pessoas com Deficiência no Mercado de Trabalho*, elaborado pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), por meio de sua Secretaria de Inspeção do Trabalho.

### Links

[www.apoenasustentavel.com.br](http://www.apoenasustentavel.com.br)  
[www.deficienteonline.com.br](http://www.deficienteonline.com.br)  
[www.mte.gov.br](http://www.mte.gov.br)

# Reconhecimento jurídico para as ONGs internacionais

## ONGs europeias de caráter internacional possuem reconhecimento jurídico



Eduardo Magalhães

elaboreseuprojeto@email.com

Sociólogo, ensaísta e professor. Diretor e fundador de várias ONGs; membro da ISTR (International Society for Third-Sector Research), mestrando em Relações Internacionais pela PUC-SP e blogueiro do Jornal ABCDMaior.

A Convenção Europeia sobre o reconhecimento da personalidade jurídica das organizações não-governamentais, desde 1991, formalizou as ONGs internacionais com origem e atuação no continente europeu. Trata-se de uma importante ferramenta legal, já ratificada por dez países europeus, que pode servir como parâmetro a outros grupos de nações. Por meio de tal instrumento, a ONG que dele puder fazer uso terá a permissão para atuar em qualquer país signatário, conquistando os mesmos direitos e deveres que qualquer outra instituição nativa.

### O que diz a lei

A elaboração da convenção foi resultado de uma longa trajetória. A relevância das ONGs foi atestada pelo Conselho da Europa no início de 1951. Em seguida, várias etapas de formulação e aprovação foram cumpridas até sua adoção, em 24 de outubro de 1985, e realizou-se abertura para assinatura dos países integrantes do conselho em 24 de abril de 1986. Atualmente, 47 países europeus formam o conselho, ou seja, quase todo o continente.

Para se beneficiar da norma, a ONG deve atuar em ao menos dois países europeus, além de não ter fins lucrativos e cumprir as exigências legais de seu país-sede. Respeitando o que se pede, a entidade se torna passível de obter o reconhecimento de sua personalidade jurídica em todas as nações que tenham ratificado a convenção, que, no momento, são: Áustria, Bélgica, Chipre, Eslovênia, França, Grécia, Portugal, Reino Unido, Suíça e territórios da antiga Macedônia.

Alguns dos principais detalhes da convenção são:

- Tanto as associações como as fundações, além de outros tipos de organizações privadas sem fins lucrativos e não-governamentais, são beneficiadas pela norma.
- A ONG que deseja ser certificada internacionalmente deve solicitar o procedimento ao governo de seu

país-sede. Este fará uma primeira análise do pedido e o encaminhará à Secretaria Geral do Conselho da Europa.

- O Estado que ratificar a convenção pode ainda indicar em quais países devem ser reconhecidas as ONGs cuja sede estiver em seu próprio território.

### Por que é importante o reconhecimento legal das ONGs internacionais?

A origem do que entendemos hoje por ONGs Internacionais é religiosa. Por exemplo, a Companhia de Jesus atua há séculos em todo o mundo e, no Brasil, iniciou suas ações nas primeiras décadas logo após o descobrimento. Assim, desde os primórdios, as Organizações Não-Governamentais de Alcance Transnacional (ONGAT – como também são conhecidas as ONGs Internacionais) são caracterizadas pelo espírito de operação global.

O reconhecimento legal de qualquer organização, em nível internacional, está se tornando cada vez mais importante devido ao aprofundamento da globalização. A intensificação das relações sociais, econômicas, políticas e culturais transformou os problemas e soluções nacionais em soluções e problemas mundiais. Por exemplo, questões como a paz, o efeito estufa, as crises financeiras, a fome, o abastecimento de água, o controle e a cura de doenças, a imigração e a pesquisa científica, entre outros, não podem ser resolvidas em nível nacional.

Mesmo nacionalmente, há muitas questões que devem ser encaminhadas conjuntamente entre Primeiro, Segundo e Terceiro Setores. Isoladamente, as soluções tornam-se mais difíceis. As ONGs internacionais, dessa forma, devem igualmente articular-se com os outros dois setores para que possam dar conta de sua missão.

É, portanto, vital também o desenvolvimento da globalização jurídica para as instituições. Nas últimas décadas e, especialmente, nos anos mais recentes, os atores mundiais

deixaram de ser somente os Estados, multiplicando-se em diversos tipos. Além das poderosas empresas multinacionais, muitas vezes com receitas maiores do que o PIB de vários países, há também os sindicatos mundiais, com milhões de trabalhadores associados e, finalmente, um conjunto razoável de ONGs com impactos em todo o planeta.

Estando fortalecidas pelo reconhecimento jurídico internacional, as ONGs se convertem em atores planetários fundamentais para a criação de um mundo onde se busque a simetria das forças políticas e ideológicas, e não o cenário de hegemonia assimétrica de um ou poucos atores. As ONGs internacionais podem, nesse sentido, contribuir efetivamente não só para um mundo mais justo, mas também mais democrático. Diga-se de passagem, justiça e democracia se completam e dificilmente são obtidas separadamente.

## As ONGs segundo a ONU

A Organização das Nações Unidas (ONU), por meio do Economic and Social Council (Conselho Econômico e Social), reconhece a existência das ONGs desde 1950. Esse conselho é um dos mais importantes da ONU na medida em que é responsável pela coordenação de suas 14 agências especializadas (Organização Internacional do Trabalho, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – Unesco, Fundo Monetário Internacional, Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento, Organização Mundial do Comércio etc.), além de todos os outros comitês e comissões especiais, técnicos e econômicos.

Ao longo das últimas décadas, o conselho alterou algumas vezes os critérios para o reconhecimento de uma ONG pela ONU, como após a ECO-92, no Rio de Janeiro. A última resolução referente a tais princípios é de 25 de julho de 1996, e inovou no sentido de reconhecer enquanto instituição não somente as de nível internacional, mas também as regionais, sub-regionais e nacionais.


Outra referência muito importante da ONU em relação às ONGs está na própria Carta das Nações Unidas, na qual estão estabelecidos os propósitos e princípios da entidade desde sua fundação, em 1945. No artigo 71 desse documento está estabelecido claramente que o conselho poderá consultar não somente suas estruturas orgânicas, mas também ONGs internacionais e nacionais.

## Para o Brasil e a América do Sul

Uma sugestão para a Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais (Abong) e outras entidades que defendem as ONGs é a luta pela construção de um marco legal internacional para os países que formam, por exemplo, o Mercosul (Mercado Comum do Sul). E por que não, quem sabe, em um futuro não tão distante, o desenvolvimento de um projeto, junto à ONU, que vise obter reconhecimento legal para as ONGs internacionais em todo o mundo? No caso do Brasil, pode-se até pensar em uma ação conjunta entre os BRICs (Brasil, Rússia, Índia e China) ou até mesmo entre os países que fazem parte da OEA (Organização dos Estados Americanos) ou Unasul (União das Nações Sul-Americanas).

## Interdependência

A tendência do mundo é a consolidação de uma sociedade planetária multifacética no que se refere às suas instituições e poder político e econômico. Essa realidade está se impondo por vários fatores, entre eles o acesso à comunicação em escala jamais vista e o aumento do nível de organização da sociedade civil. Hoje está muito mais difícil enganar e esconder.

A perpetuação de um único Estado e pequeno grupo de multinacionais dando as cartas no jogo mundial é uma ideia que está se enfraquecendo. Um conjunto muito maior e mais diverso de atores se fortalece no papel de protagonistas da governança global e, entre eles, estão as ONGs transnacionais. 

O reconhecimento legal de qualquer organização, em nível internacional, está se tornando cada vez mais importante devido ao aprofundamento da globalização

MARKET



ANALYSIS

## EMPRESA DE PESQUISA DE MERCADO ESPECIALIZADA EM ESTUDOS DE INTELIGÊNCIA EM SUSTENTABILIDADE

Monitore os impactos dos programas em investimento social

Entenda as expectativas dos consumidores, *stakeholders* e públicos de interesse

Identifique os indicadores chave de reputação

Responsabilidade Social Corporativa

SponsorTracker

Monitor de Reputação Empresarial

Líder Barômetro

Media Reputation

Barômetro Ambiental

info@marketanalysis.com.br  
+55 48 3234 8573

www.marketanalysis.com.br



# Sustentabilidade criativa

## Inovar com maturidade sem perder a atratividade



Fernando Credidio

fernandocredidio@sustente.org

Professor, ensaísta, palestrante, facilitador de cursos em empresas e organizações e consultor associado em Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental da Sustente Ecorrelações.



Joana Mao

joanamao@sustente.org

Gestora ambiental e consultora em Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental da Sustente Ecorrelações

Quando pensamos em organizações que orientam o nosso cotidiano nos dias de hoje, é difícil imaginar como foi no passado, seja na iniciativa privada, no Estado ou até mesmo na Igreja. Atualmente, as orientadoras do nosso estilo de vida são as marcas. Isso é consequência de uma cultura implantada pela revolução industrial, em que o ato de consumir aproxima-se cada vez mais da expressão de ser no mundo e de nossa própria identidade no meio social. Com o crescimento financeiro das empresas, é um equívoco pensar que as marcas não tenham papel fundamental na resolução de questões socioambientais, que não venham a atingir a sociedade.

Felizmente, uma das vertentes da sustentabilidade é a abordagem voltada para traçar o futuro dessas marcas, construído de forma coletiva, com saber compartilhado e estudado em rede. Nesse cenário, uma marca passa pelo crivo de pelo menos quatro lentes: a econômica, a social, a cultural e a ambiental. Entretanto, é comum a sustentabilidade negligenciar outra lente muito importante: a estética. Não é possível tornar marcas, produtos ou ideias atraentes apenas pelo apelo ambiental, pelo discurso social ou pela lógica. Os consumidores são atraídos pelo subjetivo, pelos aspectos emocionais e, por isso, a marca necessita ser também sensorial, carregar significados, ser atrativa, além de agradar aos públicos aos quais se destina.

Agradar, no contexto sustentável, significa delinear uma estratégia inteligente de imagem da própria marca diante da sociedade. É tomar responsabilidade sobre o que se é e, mais do que isso, o que de fato representa. A partir disso, um processo de linguagem corporal se desencadeia na vida das marcas. Na incorporação da sustentabilidade à identidade das marcas, comunicar é importante, mas realizar é muito mais. Nesse aspecto, todos parecem estar fazendo a mesma coisa. O que torna o ambiente “ecochoato”.

As marcas costumam seguir a agenda das consultorias de sustentabilidade, lançando produtos meramente

verdes pautados em processos de engenharia e em número de redução de impacto. Não se dão conta se há, na sua própria identidade, oportunidades sustentáveis mais genuínas e atraentes a serem exploradas. O resultado dessa falta de cuidado é uma invasão de “ecomarcas” e de “ecoprodutos” idênticos, que fazem com que o consumidor deixe de acreditar no discurso de sustentabilidade que todos estão apregoando.

Ao tentar vestir a roupa sustentável, as marcas parecem fugir da sua linguagem corporal primeira. Uma coisa não encaixa na outra. É banco protegendo a Amazônia e detergente replantando floresta. Isso não faz sentido no coração do consumidor. As empresas fazem suas lições verdes sem nenhum critério, sem olhar para dentro. Isso só acontece porque a cultura da sustentabilidade nas corporações ganhou força a partir do que parece ser um acerto de contas entre elas e a sociedade, em um ambiente de total conflito de interesses. As empresas passaram a ouvir seus *stakeholders* (palavra traduzida nesse contexto como “partes interessadas”) de forma compulsória, fato que gerou uma cultura de prestação de contas, o que é desconfortável para quem não estava acostumado a fazer isso. Gerou-se, a partir daí, um clima de receio, apreensão e hostilidade desde o momento em que passou a existir o risco de serem identificados passivos ambientais e sociais que impactem os resultados ou que as obriguem a modificar as práticas nas operações.

Da fase de prestação de contas é que surgiu a prática da elaboração e publicação dos balanços sociais, renomeados, posteriormente, para relatórios socioambientais, evoluindo, hoje, para os relatórios de sustentabilidade. Concomitantemente, passaram a ser adotadas inúmeras “práticas verdes”, cuja intenção não é outra senão a de desviar a atenção para o que é a operação de verdade e qual é o impacto positivo potencial ali existente. Em termos de linguagem corporal, as marcas das empresas assemelham-se a adolescentes imaturos, reprimidos,

sem o jogo de cintura necessário, aprendendo a adquirir a competência de prestar contas e a fazer coisas erradas.

É hora de amadurecer em vez de prestar contas. Ser proativo e criar valor, ou seja, substituir o comportamento impulsivo e, por vezes, imprudente de um jovem por atitudes adultas e maduras, experientes, devidamente sedimentadas, peculiares àqueles que têm consciência de que não sabem tudo, mas que, no entanto, sabem muito bem dar valor àquilo que têm de bom, na medida certa. Com tal postura, certamente, as empresas passarão a ter maior zelo em suas decisões, procurarão desenvolver um relacionamento mais próximo com seus consumidores, colaboradores, acionistas e com o próprio meio ambiente, uma vez que passarão a valorizar essas relações, atuando com a máxima transparência.

O resultado dessa mudança de atitude é que as organizações passarão a encontrar em si aquilo o que há de único na sua identidade, a fim de contribuir para a construção de um mundo mais sustentável. Espera-se, assim, que as marcas deixem de ser adolescentes, desenvolvam “ecoprodutos” ou de engajarem-se em movimentos e campanhas sustentáveis somente porque “é a onda do momento”. Devem, isso sim, lançarem-se a esse caminho por possuírem – ou desenvolverem –, na sua essência, um propósito de existir em benefício das pessoas que a elas estão relacionadas, direta ou indiretamente. Certamente, esse tipo de atitude abrirá novos rumos, mais seguros e críveis, para a construção genuína das marcas na pauta socioambiental.


Dessa maneira, as marcas devem se repositonar nesse novo paradigma de negócios, que necessita gerar valor à sociedade, às empresas e ao planeta. Sem buscar a competição. Contudo, é importante que se diga que, nesse contexto, a cooperação é a forma mais coerente de se trabalhar. Ter a noção exata de que ser é mais importante do que ter e parecer. Preferir experiências de sustentabilidade mais duradouras a picos de sucesso. Relacionar-se com as

Os consumidores são atraídos pelo subjetivo, pelos aspectos emocionais e, por isso, a marca necessita ser também sensorial, carregar significados

pessoas, buscar o que é verdadeiramente necessário a elas, o que nem sempre significa apelar para altas tecnologias. Querer conquistar pela igualdade e pelo diálogo, sem estabelecer hierarquias e mais diferenças sociais. E, finalmente, assumir uma postura de marca que busque respeitar a sociedade e impactar positivamente o mundo.

Para tanto, a criatividade é ferramenta fundamental. Ela se dá justamente no instante em que atingimos uma liberdade maior no ato de pensar e de decidir. Tal qual ocorreu na época do movimento renascentista, este é um momento muito rico da história, em que, criativamente, diversas áreas do conhecimento se unem para solucionar problemas de forma transdisciplinar, designando uma nova onda criativa em que os valores são os humanos, em contraposição ao “fordismo” (modelo de produção em massa idealizado por Henry Ford, que vigorou durante os anos de 1930 a 1970), em que as atenções eram direcionadas ao utilitário, quando os carros eram produzidos apenas para o transporte.

Na produção criativa, as energias serão voltadas para o intangível, isto é, à forma como a sociedade se relaciona entre si, com os produtos e com o mundo. Ela reverá como lidamos com o que existe ao nosso redor. Se, no fordismo, as atenções eram voltadas para a produção do veículo, agora se voltam para a sua reinvenção, uma vez que seu uso passa a ser questionado. Os produtos em si não estão em questão. Ninguém vai deixar de usar veículos. A questão é como nos relacionamos com eles, quais deles escolheremos e de que forma iremos utilizá-los. As marcas, representantes desses produtos, endereçarão as nossas escolhas à medida que a sustentabilidade vai se tornando o único caminho possível. Isso é ecorrelação de marca.

A criatividade a serviço do ecorrelacionamento das marcas é o próximo passo para se fazerem vitais no mercado, desempenhando um papel social na sua essência, de maneira engajada e comprometida, para, dessa forma, se tornarem realmente indispensáveis. 

# ECONÔMICA Desenvolvimento Empresarial

- Congressos
- Seminários
- Cursos (inclusive *In Company*)
- Consultoria em responsabilidade social





# Mudanças na área de Sustentabilidade

Estudo realizado pela DOM Strategy Partners mostra as grandes mudanças de atribuição e responsabilidades que a área de Sustentabilidade sofrerá nas empresas, na visão dos próprios gestores

Por Daniel Domeneghetti

**E**m meio aos turbilhões vividos pelas organizações nos últimos anos causados por vetores irreversíveis, como a globalização, as novas tecnologias, as imposições de *compliance* e governança – e os riscos associados –, a interação intermitente com os diversos *stakeholders* e suas demandas, os novos padrões de consumo e a pressão por resultados concretos e mensuráveis, a área de Sustentabilidade vem deixando de ser vista apenas como responsável por atividades ligadas à manutenção de uma boa imagem corporativa e um conjunto de melhores práticas. Ela passa a ser vista como um pilar central de geração e proteção de valor para os acionistas, para a empresa e para todos os *stakeholders*.

Entre as principais atribuições da área, pode-se destacar: colaboração no processo de geração e

proteção de valor corporativo, integrando políticas e valores; práticas de gestão no tripé econômico-ambiental-social; inovação em produtos e serviços e relacionamento diferenciado com os diversos colaboradores, tornando-se cada vez mais estratégica e símbolo de representatividade do pensamento; e *modus operandi* da empresa e de seus gestores frente aos temas críticos de seu setor, mercados e sociedade em geral.

Tais dados foram apontados pelo estudo exclusivo conduzido pela DOM Strategy Partners, primeira consultoria 100% nacional focada em estratégia corporativa, que avalia, entre outros pontos comuns às pesquisas de mercado, também a visão dos gestores quanto às mudanças necessárias para resultados mais concretos. Intitulado de *O Novo Papel da Sustentabilidade Corporativa: do Valor Intangível aos*



*Resultados Concretos*, o estudo aponta que, para 82% dos CEOs, presidentes e VPs das 294 empresas pesquisadas (dentre as mil maiores brasileiras), a área de Sustentabilidade passa a ser muito mais do que uma gestora de boas práticas de responsabilidade social (ou mesmo de filantropia corporativa), para se integrar efetivamente ao *core business* e à matriz de negócios das empresas. Ou seja, sua introdução no modelo de negócios das empresas e em todo seu processo de escolhas estratégicas e decisões do cotidiano (*mind-set*).

O que muda, de fato, é a introdução do conceito de valor às atividades de sustentabilidade, tratada, a partir de agora, como ativo intangível associado a outros intangíveis, como marca, inovação, modelo de gestão, valores, cultura corporativa, conhecimento, tecnologias, relacionamento com *stakeholders* e governança corporativa. Com isso, fortalece-se a obrigação de alinhamento estratégico entre as práticas, projetos e programas de Sustentabilidade aos negócios das empresas (produtos, serviços, marcas etc.) e a decorrente obrigação de gestão e mensuração, o que impacta, por exemplo, em questões tão práticas quanto a alocação orçamentária e a distribuição de bônus e premiações.

Os executivos de sustentabilidade, relações com mercado e comunicação corporativa abordados no estudo, geralmente responsáveis pela gestão do tema nas empresas, apontam também que a principal tendência para os próximos três anos é que as empresas desenvolvam, com clareza de propósito, gerenciabilidade (métrica e responsável) e metas (métricas e indicadores), o modelo ideal de integração da sustentabilidade à matriz de negócios. Isso quer dizer, em termos de escolhas, em que proporção e com que representatividade a empresa irá defender causas setoriais (ou genéricas) e bandeiras específicas, como irá associar isso ao marketing e ao *branding* da empresa, se irá operar com organizações próprias (como institutos e fundações) ou se irá apoiar ONGs existentes (e com que perfil de relação), como esse processo se traduzirá em programas e projetos, que tipo de integração terá particularmente com cada *stakeholder*, como se integrará ao modelo de gestão estratégica (BSC, por exemplo) e de performance (avaliação, inclusive), dentre outros fatores.

Outro ponto importante destacado no estudo é que as corporações precisam definir claramente a separação entre investimento social privado, cidadania


## Índices mais relevantes do ponto de vista dos gestores:

Integração ao modelo de negócios da empresa	82%
Separação da cidadania corporativa, investimento social privado, filantropia etc.	79%
Estruturação de áreas, competências e programas definidos e claros de sustentabilidade	77%
(Re)desenvolvimento de políticas específicas para sustentabilidade no <i>Triple Bottom Line</i>	71%
(Re)mapeamento e desenvolvimento de modelos de gestão com <i>stakeholders</i>	67%
(Re)desenvolvimento de (novos) produtos e serviços à luz da sustentabilidade	65%
Desenvolvimento de modelos de mensuração de valor, de performance e adequação orçamentária	62%
Definição clara de bandeiras, causas e modelos de integração com os atributos da marca e comunicação da empresa	60%
Integração e maximização dos projetos de sustentabilidade aos diversos canais e tecnologias das empresas	55%

corporativa, filantropia corporativa e outras atividades cada vez menos correlacionadas a essa nova sustentabilidade com cara de negócios.

O estudo da DOM mostra também que, hoje, as empresas estão forçadas a administrar sua “Conta Corrente Diária de Reputação” (corporativa e de suas marcas), que se torna negativa ou positiva em função da resultante da somatória de opiniões, análises, percepções e expectativas que os diversos *stakeholders* da empresa e geradores de mídia, que constroem e reverberam de forma global e instantânea na chamada Web 2.0, ou mesmo que replicam imediatamente nas mídias tradicionais, como TV e rádio, já que os temas da sustentabilidade – para o bem (oportunidades e acertos) ou para o mal (riscos e erros) – são altamente trafegados, analisados e opinados nessas redes e comunidades.

## Sobre a DOM Strategy Partners

A DOM Strategy Partners® é a primeira consultoria focada em estratégia corporativa 100% nacional. Pertencente ao Grupo ECC, a empresa oferta em seu portfólio práticas e metodologias para planejamento estratégico corporativo, gestão de ativos intangíveis, gestão do conhecimento e da inovação, inteligência competitiva, sustentabilidade corporativa, estratégia de marketing & branding e gestão de valor em TI. 

A principal tendência para os próximos três anos é que as empresas desenvolvam, com clareza de propósito, gerenciabilidade (métrica e responsável) e metas (métricas e indicadores), o modelo ideal de integração da sustentabilidade à matriz de negócios



Por Dal Marcondes

**O** Brasil viveu mais eventos climáticos extremos em 2010 do que em qualquer outro ano de sua história. O ano começou com a destruição da cidade histórica de São Luiz do Paraitinga, em São Paulo, por conta das chuvas. Avançou com as inundações no Nordeste, que atingiram de forma impiedosa populações de Alagoas e Pernambuco, mas que também castigaram outros Estados da região.

Foram meses de discussões entre as autoridades, principalmente em relação à capacidade dos Estados de atuar nessas tragédias ambientais. As estruturas de defesa civil demonstraram grande capacidade de superação, e a solidariedade dos brasileiros de outros Estados tornaram menos sofridas as vidas de quem perdeu tudo.

No entanto, ficou claro que o país não pode mais depender de um modelo de defesa civil baseado em recursos locais para superar os eventos extremos que estão sendo cada vez mais frequentes.

### Seca e queimadas

Há indícios de que os próximos anos vão surpreender as populações de quase todas as regiões com eventos climáticos dos mais díspares, como a seca na

Amazônia, que baixa o nível dos rios e resseca a mata, criando condições para grandes incêndios florestais. Em 2010, o volume de queimadas na região foi recorde, maior do que a média entre 1998 e 2007, quando o fogo aumentou 59% na região. E essa situação coloca por terra todos os esforços do país para reduzir suas emissões de gases estufa.

O ano também deixou uma marca de morte no Centro Oeste e Sudeste do país, com uma das mais prolongadas secas que as regiões já viveram. A umidade relativa chegou a menos de 10% em muitos dias, o que levou aos hospitais milhares de crianças e idosos. Não houve um trabalho de divulgação sistemática dos atendimentos hospitalares e das mortes provocadas por essa situação, mas muitas notícias deram conta de óbitos e da lotação das emergências.

Ou seja, não houve região do Brasil que tenha ficado livre de problemas relacionados a eventos climáticos extremos. Da mesma forma que uma tempestade despeja o volume de água esperado em um mês em apenas uma tarde, a seca por meses a fio também é um evento extremo.

No Ano Internacional da Biodiversidade é preciso lembrar que a vida na Terra é um evento de milhões

O elo entre o  
**ontem**  
e o  
**amanhã**



de espécies, e não apenas de humanos, e que o clima muda para todos. Enquanto a humanidade tem a pressunção de usar a ciência e a tecnologia para mitigar os efeitos sobre as populações, nos últimos 15 anos aumentou em três vezes o número de espécies em risco de extinção, e algumas já são consideradas extintas na natureza.

## Desertificação

No Nordeste aumenta grandemente o risco de desertificação do semiárido, com graves consequências para a segurança alimentar da região. Para minimizar os impactos das mudanças climáticas sobre a sociedade e a economia brasileira será preciso investir fortemente em dois aspectos.

O primeiro é fortalecer a capacidade de resposta das organizações de defesa civil, criando, talvez, uma Defesa Civil Nacional, capaz de mobilizar recursos das forças armadas e de corporações estaduais e, também, fazer um sistemático mapeamento das áreas de risco e tomar providências para minimizá-los.

Na outra ponta, é preciso investir na transformação da economia brasileira em uma economia de baixo

carbono. Para isso, será preciso aplicar cerca de US\$ 20 bilhões por ano até 2030, de acordo com uma pesquisa elaborada pelo Banco Mundial. Somente o setor energético terá de investir US\$ 7 bilhões por ano para manter uma matriz de geração limpa, hoje baseada principalmente em hidrelétricas, mas que precisa incorporar a energia eólica e a solar. E isso representa imensas oportunidades de negócios.

A situação presente do Brasil é mais favorável à transição para uma nova economia baseada em produção de biomassas para energia, alimento e indústria do que qualquer outro país do mundo. A nação vive o elo entre o ontem, que se baseou em crescimento econômico às custas de exportação extrativista e de produtos primários, e o amanhã, que pode ser baseado em uma economia com forte enfoque em serviços, cultura, biodiversidade e tecnologias limpas. A atual geração é o elo entre esses dois modelos de desenvolvimento, com escolhas claras a serem feitas e com um potencial de riquezas a serem exploradas. As fórmulas do passado não servem mais, e as soluções do amanhã esperam para serem implantadas.

Dal Marcondes é diretor de redação da Envolverde, recebeu o Prêmio Ethos de Jornalismo em 2006 e 2008 e é Jornalista Amigo da Criança pela Agência Andi de Notícias.

Link   
www.envolverde.org.br







Mirian Mesquita, responsável pela área de Responsabilidade Social e Ambiental da Porto Seguro

# Um porto seguro para as próximas gerações

Companhia investe em projetos socioambientais e na conscientização de clientes, colaboradores e parceiros como meio para garantir um futuro melhor

Por Paula Craveiro

**A** Porto Seguro, uma das maiores companhias de seguros do país, foi fundada em 1945. Sua missão é “assumir riscos e prestar serviços, garantindo agilidade, por meio de um atendimento familiar que supere as expectativas, a custos competitivos”. Já os valores fundamentais da seguradora são: cooperação, trabalho, sinceridade e justiça, associados a outros, como interdependência (entre funcionários, dirigentes, acionistas, corretores e prestadores de serviços); busca da concórdia interna e externa, por meio de princípios éticos; diálogo e participação; e dedicação.

A corporação emprega atualmente, de forma direta, mais de 7,2 mil funcionários, distribuídos em 120 sucursais e escritórios regionais em todo o Brasil. Conta ainda com mais de 20 mil corretores independentes cadastrados, sendo mais de 10 mil corretores ativos que vendem seus produtos pelo Brasil. “Quanto ao número de voluntários, é importante destacar que não se trata de um grupo fechado. Assim, não conseguimos dizer quantos voluntários fazem parte. Cada pessoa é livre para contribuir quando pode, então, é possível que participe de ações esporadicamente. Nossa métrica é o número de participações voluntárias, que é o número de vezes em que os voluntários atuaram”, explica Mirian Mesquita,

responsável pela área de Responsabilidade Social e Ambiental da Porto Seguro.

## Desenvolvimento social

Segundo Mirian, para a Porto Seguro, ser uma empresa socialmente responsável é ter a capacidade de ouvir os interesses dos mais diversos segmentos da sociedade e conseguir incorporá-los ao seu planejamento. “Por conta disso, a corporação, em busca de um país melhor para as gerações atuais e futuras, preocupa-se em planejar ações sustentáveis, conscientizando as pessoas – sejam clientes, funcionários, parceiros de negócios – sobre a importância das causas sociais e ambientais. Esses valores fazem parte da filosofia e da visão da Porto Seguro”.

## Projetos socioambientais

A ideia de desenvolver projetos socioambientais surgiu em 1998, durante um almoço entre o presidente da companhia, Jayme Garfinkel, e alguns funcionários. Em meio ao bate-papo nasceu a primeira iniciativa, que consistiu na criação de um grupo para ajudar a comunidade do bairro de Campos Elíseos, região central de São Paulo, onde está a matriz da Porto Seguro. “A partir de

então, os colaboradores envolvidos passaram a se reunir voluntariamente, a cada 15 dias, para discutir ações de melhoria para a região. Esses encontros resultaram na criação da Ação Social Porto Seguro, que, em 2001, passou a atuar de maneira mais sistemática e definida”, explica Mirian.

Com base na Visão Estratégica de 2005, que definiu o desejo de fazer da Porto Seguro “uma empresa caracterizada por suas ações consistentes e institucionalizadas, de caráter social na comunidade, e por auxiliar e inspirar a sociedade em relação aos temas sociais”, foi criada a Casa Campos Elíseos Melhor, espaço que concentra grande parte das ações de Responsabilidade Social da companhia, sobretudo aquelas destinadas à qualificação e capacitação profissional, geração de renda, educação e cidadania, por meio de diversos cursos e oficinas.

“Dois anos mais tarde, iniciaram-se as atividades da área de Responsabilidade Social e Ambiental, criada com o intuito de fortalecer os projetos desenvolvidos até então e expandir as iniciativas para outras frentes, como sensibilização e preservação ambiental”, conta. Atualmente, a área coordena as ações socioambientais promovidas pela seguradora.

As iniciativas estão estruturadas em projetos sociais e ambientais, conforme detalhado a seguir:

## Projetos sociais

A Casa Campos Elíseos Melhor é um espaço destinado à capacitação profissional, geração de renda, educação e cidadania, com atividades que abrangem cursos, oficinas culturais, práticas esportivas, palestras, entre outras, dirigidas a moradores dos bairros de Campos Elíseos, Santa Cecília, Marechal Deodoro, Santa Ifigênia, Bom Retiro e Luz, todos na região central de São Paulo.

Na área de capacitação profissional, a casa oferece cursos de informática, telemarketing, cabeleireiro e manicure, montagem e manutenção de micros, técnica administrativa, refrigeração residencial, mecânica e eletroeletrônica, funilaria e pintura. As iniciativas para promover geração de renda incluem principalmente oficinas de artesanato, como pintura em tecido, biscuit e bijuteria.

Por fim, as ações em Educação e Cidadania envolvem o programa Esporte em Ação e Ginástica na Praça, com práticas realizadas na Quadra da Casa e na Praça Princesa Isabel; o Espaço de Aprendizagem, com livros e outros materiais para estimular o hábito da leitura e

## Número de pessoas beneficiadas pelos projetos

Os números abaixo são referentes a alguns dos resultados de 2009, somando todas as ações sociais e ambientais da Porto Seguro, dentre elas, o atendimento à comunidade na Casa Campos Elíseos Melhor:

- 63 ações pontuais e encontros de voluntariado
- 1.791 participações voluntárias
- 36 novas instituições adotadas
- 32.537 pessoas beneficiadas
- 59.826 donativos arrecadados
- 738 pessoas capacitadas em cursos e oficinas
- 180 pessoas atendidas nos programas de Educação e Cidadania
- 72 pessoas inseridas no mercado de trabalho
- 10 novas sucursais participantes do programa de voluntariado
- 1.137 crianças adotadas na campanha “Seja um Papai Noel”
- 10 mil litros de óleo de cozinha reciclados
- 3 toneladas de pilhas, baterias e cartões plásticos reciclados
- 300 toneladas de resíduos reciclados
- 132.255,96 kwh economizados com o programa “Hora da Terra”

amparar os estudantes em suas tarefas e trabalhos escolares, além de oficinas de teatro, capoeira e dança.

O Programa de Voluntariado conta com a participação de funcionários e corretores da companhia. “O programa tem o objetivo de estimular, cada vez mais, a participação desse público nos projetos de responsabilidade social. Assim, quinzenalmente, são realizados encontros de voluntariado, no qual o grupo debate ideias e sugestões para os projetos, e ações pontuais, nas quais os voluntários podem atuar na prática, em visitas a instituições e apoio à comunidade”, explica Mirian Mesquita.

## Projetos ambientais

No tocante à gestão ambiental, a Porto Seguro conta com uma série de iniciativas para promover a reciclagem e a destinação correta dos diversos materiais utilizados nas dependências da corporação, tais como: gerenciamento de resíduos dos Centros Automotivos Porto Seguro e oficinas referenciadas, gestão de resíduos eletrônicos, reciclagem de resíduos sólidos, além de programas de redução do consumo de água e energia elétrica e uso de ar condicionado ecológico.

Mirian conta que, no âmbito da educação ambiental para funcionários, “a seguradora visa conscientizar



seus colaboradores sobre a importância de adotar práticas que favoreçam a preservação ambiental, por meio de iniciativas como a Hora da Terra, em que as luzes do complexo matriz da corporação permanecem apagadas em determinado horário durante o dia; coleta seletiva interna; campanhas e palestras; incentivo ao consumo consciente, com ações para promover o uso de sacolas alternativas ao plástico, por exemplo, entre outras”.

A educação ambiental em comunidades envolve o apoio a projetos como o Abrigo Dom Bosco, núcleo de catadores de materiais recicláveis mantido pelo Liceu Coração de Jesus, dos Salesianos; e ações como a campanha Aprendendo com Brinquedos, dirigida a crianças de escolas públicas da região do bairro de Campos Elíseos, a fim de mostrar a importância da preservação do meio ambiente por meio de atividades recreativas, teatro, leitura, entre outras. “A companhia atua ainda na conservação de praças e áreas verdes da capital paulista, em bairros como Campos Elíseos, Pacaembu e Pirituba”, completa Miriam.

Além das ações já citadas, a Porto Seguro promove atitudes sustentáveis em duas rodas. “Aqui estão incluídas as iniciativas para explorar as diversas possibilidades de uso das bicicletas, em serviços como o Bike Socorro e a Bike Vistoria, destinados ao atendimento a segurados”, afirma. Também são realizadas campanhas de coleta e análise de poluentes, que

incluem ações de coleta de materiais como pilhas, baterias, cartões magnéticos e óleo de cozinha usado, dirigidas ao público em geral e realizadas nas cidades de São Paulo, Campinas e Santos. “Envolvem ainda iniciativas como o serviço de análise de emissão de poluentes, disponível nos Centros Automotivos Porto Seguro da Grande São Paulo e nas Linhas de Inspeção Móvel, que percorrem diversas cidades durante o ano. A análise também é realizada em cidades do interior e litoral do Estado de São Paulo, com ação denominada Eco Check-up”, destaca.

## Prestação de contas

“Os resultados das ações socioambientais promovidas pela companhia são divulgados principalmente em veículos de comunicação internos, como intranet e publicações corporativas, destinados tanto a funcionários quanto a corretores, e também por meio de eventuais pautas tratadas na imprensa sobre esse tema”, explica Miriam.

No site da Porto Seguro, menus Corporação Porto Seguro e Responsabilidade Social e Ambiental, encontram-se informações completas sobre as iniciativas, disponíveis a todos os públicos.

## Conquistas e metas

Apesar dos números bastante positivos, “nosso grande desafio é sensibilizar ainda mais as pessoas quanto aos temas sociais e ambientais, a fim de estimular atitudes que, inúmeras vezes, estão adormecidas em nosso cotidiano e são tão necessárias”, conclui Miriam.

Link   
www.portoseguro.com.br

## Precisa se comunicar com públicos relacionados a iniciativas ambientais?



Para gerenciamento de crises, ações de comunicação, relacionamento com entidades de classe e comunitárias, entre outras atividades, a Maxpress disponibiliza ao mercado o Ambiental.

Dentro de uma plataforma on-line, o Ambiental agrega todos os públicos para o seu relacionamento corporativo com as mais diversas áreas ambientais. Dessa maneira sua ação será focada e ágil, com resultados assertivos e diretos.

Maxpress - Tecnologia para Relacionamentos com Públicos Estratégicos

(11) 3341-2800  
www.maxpress.com.br

**Maxpress**

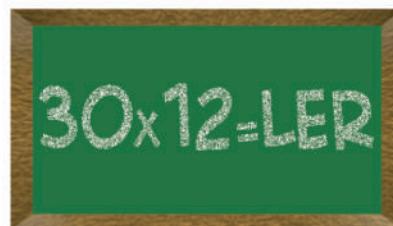


# Dividir conhecimento para multiplicar oportunidades

Andréia Tenório dos Santos  
Alfabetizadora da Alfabetização Solidária

Robson Martins da Silva  
Aluno da Alfabetização Solidária

Com apenas R\$ 30,00 por mês durante 12 meses, você adota um aluno. A AlfaSol já atendeu mais de 5 milhões de pessoas e capacitou cerca de 254 mil alfabetizadores em mais de 2,4 mil municípios brasileiros. Escreva essa história de sucesso no seu coração!



Ligue **0800 727 17 21**  
[www.alfasol.org.br](http://www.alfasol.org.br)

# Estamos mesma

## Como os formadores de opinião e o público

### Público geral

• Processo racional de descarte/reciclagem	1°
• Economia de recursos escassos/Busca por recursos renováveis	2°
• Educação de consumidores para a sustentabilidade	3°
• Preservação de rios, mares, praias, matas e florestas	4°
• Educação dos estudantes para a sustentabilidade	5°
• Desenvolvimento de produtos ou serviços sustentáveis	6°
• Ações e projetos sociocomunitários	7°
• Educação de colaboradores para a sustentabilidade	8°
• Sustentabilidade na gestão e nos valores organizacionais	9°
• Controle de emissão de poluentes	10°

### Ficha Técnica

#### Comunicação e Educação para a Sustentabilidade

Público geral: amostra de 250 casos, entrevistas realizadas no período de 22 a 28 de julho de 2010, por telefone, com adultos de 18 a 69 anos.

Público especializado: amostra de 42 casos, entrevistas realizadas no período de 9 e 30 de julho, por telefone, com representantes dos seguintes setores: agências de comunicação corporativa, assessorias de imprensa voltadas para sustentabilidade empresarial, agências de publicidade, consultores da área, *experts* acadêmicos e estudiosos da comunicação em sustentabilidade, além da mídia especializada e grandes empresas privadas.

**O**uvimos quase diariamente a palavra “sustentabilidade”, termo que provém do latim *sustentare* (sustentar; defender; favorecer, apoiar; conservar; cuidar). Presente de várias formas em nosso cotidiano, seja no ambiente do trabalho ou no de lazer, a sustentabilidade aparece no mundo corporativo, nas capas das revistas, nas manchetes dos jornais, nos comerciais de televisão, nas discussões acadêmicas e até nas conversas com amigos.

Em 1987, a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente apresentou na Organização das Nações Unidas (ONU) um diagnóstico dos problemas ambientais, cujo documento ficou popularmente conhecido como Relatório Brundtland. Ele propunha que o desenvolvimento econômico fosse integrado à questão ambiental. Assim apareceu, pela primeira vez, o conceito de sustentabilidade. Segundo o relatório, o uso sustentável dos recursos naturais deve “suprir as necessidades da geração presente sem afetar a possibilidade das gerações futuras de suprirem as suas”.

Sustentabilidade significa, em outras palavras, sobrevivência. Sobrevivência do planeta, dos recursos naturais, dos empreendimentos e da própria vida em sociedade. Não por acaso, ela está baseada no chamado *Triple Bottom Line*, constituído por três pilares: econômico, social e ambiental (há ainda quem acrescente um quarto aspecto, o cultural). Assim, para qualquer empreendimento se tornar viável e sustentável, terá de ser socialmente justo, ambientalmente responsável e economicamente lucrativo.

A pesquisa *Comunicação e Educação para Sustentabilidade*, fruto de mais uma parceria entre o Instituto de Pesquisa, Mercado e Opinião, a Market Analysis e o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), trouxe entrevistas com a população geral e formadores de opinião de diversos segmentos em São Paulo. Na pesquisa, verificou-se que consumidores e formadores de opinião falam a mesma língua quanto à percepção de que prevalece um tom favorável na informação que circula sobre sustentabilidade empresarial. Entretanto, divergem quanto ao nível de concretização percebido nas ações de sustentabilidade do mundo corporativo.



# falando a língua?



*geral veem a questão da sustentabilidade*

## Informação versus Concretização

Em relação à pergunta: “considerando a informação disponível hoje sobre o comportamento das grandes empresas em termos de sustentabilidade, você diria que há mais informação positiva ou negativa sobre a sua atuação?”, 59% do público em geral tem uma visão positiva da informação sobre sustentabilidade empresarial; 24% possui uma visão negativa; e 15%, as duas visões. Os formadores de opinião têm uma visão positiva mais elevada, com 67%, e apenas um pouco mais negativa, com 26%. Além disso, 7% possuem uma visão dividida entre positiva e negativa.


O ponto de discordância está na concretização das ações de sustentabilidade empresarial: 57% dos entrevistados acreditam em um nível de concretização médio; 28% em um nível de concretização baixo; e 15% na concretização alta. Para os formadores de opinião, não há concretização alta. A maioria deles (90%), porém, acredita na concretização média, e 10% creem na concretização baixa.

Outro aspecto sobre o qual formadores de opinião e público geral não falam a mesma língua diz respeito aos indicadores espontâneos (comunicação indireta ou implícita) de sustentabilidade empresarial.

## Indícios de compromisso com a sustentabilidade

Essas lacunas podem representar um problema se levarmos em conta que são os formadores de opinião que influenciam a agenda pública sobre sustentabilidade, mas são os consumidores que constroem e premiam mercados e empresas sustentáveis. Enquanto os formadores de opinião privilegiam sinais de sustentabilidade na gestão e valores organizacionais, esse item é considerado sem importância para os consumidores.

## Quando o assunto é educação

Pensando em temas que as escolas e as universidades poderiam abordar com seus alunos, qual você acha que é mais relevante? Enquanto os formadores de opinião esperam que as empresas priorizem a educação dos consumidores para a sustentabilidade, os consumidores preferem ver ações educativas a respeito dos esforços das próprias empresas para serem sustentáveis. 

## Formadores de opinião

• Processo racional de descarte/ reciclagem	2°
• Economia de recursos escassos/Busca por recursos renováveis	5°
• Educação de consumidores para a sustentabilidade	8°
• Preservação de rios, mares, praias, matas e florestas	9°
• Educação dos estudantes para a sustentabilidade	10°
• Desenvolvimento de produtos ou serviços sustentáveis	3°
• Ações e projetos sociocomunitários	4°
• Educação de colaboradores para a sustentabilidade	6°
• Sustentabilidade na gestão e nos valores organizacionais	1°
• Controle de emissão de poluentes	7°

Link 

[www.marketanalysis.com.br](http://www.marketanalysis.com.br)

e-mail 

[info@marketanalysis.com.br](mailto:info@marketanalysis.com.br)

Telefone 

(48) 3234-8573





### Instituto C&A

O site do Instituto C&A está de cara nova. Além das mudanças no *layout*, a página inaugura novas seções. Na 'Nossa Causa', por exemplo, o visitante conhece o posicionamento do instituto e as normativas legais nas quais a organização se ampara. Já na 'Midioteca' são disponibilizados documentos e publicações para *download*. O blog é atualizado semanalmente com informações sobre cada programa desenvolvido pela instituição. A seção 'Notícias', uma das campeãs de acesso no site anterior, segue publicando matérias sobre ações realizadas, direitos da criança e do adolescente e voluntariado.

[www.institutocea.org.br](http://www.institutocea.org.br)

### Radar

### Voluntariado: uma dimensão ética

A experiência de seis anos no programa de voluntariado da HP Brasil inspirou Rachele Ferrari a escrever o livro *Voluntariado: uma dimensão ética* (156 págs., R\$ 29,45). A obra discute as ações de voluntariado à luz da psicanálise. Impasses frequentes nesse campo, como a baixa fidelização do voluntário e as motivações para se fazer o bem, são tratados de forma clara e inovadora, apresentando ideias e ações efetivas. Segundo a autora, a publicação procura compreender o que motiva as pessoas a se engajarem em favor dos outros, "geralmente estranhos a seu meio e normalmente carregados de sofrimentos e situações de vida muito tumultuadas".

[www.editoraescuta.com.br](http://www.editoraescuta.com.br)



### Responsabilidade Social Empresarial: Por que o guarda-chuva ficou pequeno?

O livro digital *Responsabilidade Social Empresarial: Por que o guarda-chuva ficou pequeno?* (66 págs., *download* gratuito) sintetiza a percepção atual no Brasil sobre o desenvolvimento mais recente dos movimentos de responsabilidade social empresarial e investimento privado. Publicado a partir de uma parceria entre Ashoka-Brasil, Fundação Avina, Gife e Instituto Ethos, é resultado de três encontros, realizados entre 2007 e 2008, com as principais lideranças das organizações da sociedade civil brasileira nos últimos 20 anos. A obra não traz uma visão única desses movimentos, mas perspectivas multifacetadas que desenham um cenário mais real e rico.

[www.ethos.com.br](http://www.ethos.com.br)



### EcoDesenvolvimento

O EcoDesenvolvimento.org, também conhecido como EcoD, é um veículo de comunicação on-line especializado em sustentabilidade. A missão é produzir, integrar e promover conteúdos relevantes para a conscientização e a mobilização da sociedade em prol do desenvolvimento sustentável. O portal é uma iniciativa do Instituto EcoD, organização sem fins lucrativos que tem como propósito sensibilizar, mobilizar e educar pessoas e organizações a incorporarem princípios e práticas que contribuam para um mundo melhor e mais justo. As atividades foram iniciadas em novembro de 2008 e, hoje, o EcoD é considerado um dos maiores provedores de conteúdo sobre o tema.

[www.ecodesenvolvimento.org.br](http://www.ecodesenvolvimento.org.br)

### Unifem lança site sobre a Lei Maria da Penha

O Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (Unifem) lançou recentemente o portal Quebre o ciclo, que oferece informações sobre a Lei Maria da Penha e orientações de combate à violência contra as mulheres. O site disponibiliza *podcasts*, publicações, materiais para educadores, fórum de discussão, depoimentos, além de um espaço para que os participantes relatem suas histórias. A iniciativa, que contou com investimento de R\$ 1,5 milhão do Instituto Avon, faz parte da campanha mundial Una-se Pelo Fim da Violência Contra as Mulheres, convocada pelo secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), Ban Ki-Moon.

[www.quebreociclo.com.br](http://www.quebreociclo.com.br)

### Marketing para o Terceiro Setor

Independentemente de seu porte, para atingirem seus objetivos as instituições beneficentes precisam cada vez mais se estruturar e fazer uso das técnicas de gestão. Por isso, o livro *Marketing para o Terceiro Setor* (160 págs., R\$ 29,90) faz de maneira clara e didática uma adaptação dos conceitos do marketing clássico, a fim de ajudar as organizações do Terceiro Setor. Gestores de entidades sociais encontram nessa publicação um manual rico em procedimentos e exemplos, que podem ser aplicados sem altos investimentos. A obra também é indicada a estudantes, professores, voluntários, interessados e profissionais ligados ao Terceiro Setor.

[www.novatec.com.br](http://www.novatec.com.br)



### Mídias Sociais Transformadoras – Ação e Mudança no Terceiro Setor


Empresas e profissionais de diferentes áreas têm usado cada vez mais o Facebook, o Twitter, os blogs e outras mídias sociais para muitas finalidades em seus negócios, e têm alcançado excelentes resultados. Entretanto, o mesmo ainda não se pode dizer das organizações sem fins lucrativos nem de seus líderes e colaboradores. Inovador, o livro *Mídias Sociais Transformadoras – Ação e Mudança no Terceiro Setor* (256 págs., R\$ 49,90) mostra como as entidades podem fazer uso dessas ferramentas para obter resultados mais rápidos e melhores em projetos e causas de mudança social e ambiental.

[www.editoraevora.com.br](http://www.editoraevora.com.br)



## Cozinha Brasil está com agenda aberta para 2011

O Programa Sesi Cozinha Brasil está com a agenda aberta para 2011. O curso gratuito tem como objetivo informar e conscientizar sobre a importância de cada alimento para a saúde e sobre o aproveitamento de todas as suas partes, de forma que não haja nenhum tipo de desperdício. Além disso, são repassados métodos para elaboração de lista de compras, noções de educação alimentar, microbiologia, entre outros. Em 2010, mais de 5 mil pessoas foram capacitadas pelo programa em 55 municípios do Rio Grande do Sul. Os interessados devem entrar em contato pelo telefone 0800-518-555 ou pelo e-mail [cozinhabrasil@sesis.org.br](mailto:cozinhabrasil@sesis.org.br)

 [www.cozinhabrasil.org.br](http://www.cozinhabrasil.org.br)



## Fórum Social de São Paulo

O Fórum Social de São Paulo é um grande encontro de organizações e movimentos. O evento é realizado com o objetivo de garantir uma ampla mobilização da sociedade civil a fim de fortalecer a resistência, aprofundar as alianças e produzir conteúdo na construção de alternativas para a crise global, em especial nas questões das cidades. A iniciativa ainda pretende viabilizar os encontros e facilitar a criação e a multiplicação das redes de relações e das alianças com as quais o Fórum se concretiza. O encontro acontece a cada dois anos na cidade de São Paulo. Em 2011, a iniciativa será realizada nos dias 21 e 22 de maio. Outras informações estão disponíveis no site do evento.

 [www.forumsocialsp.org.br](http://www.forumsocialsp.org.br)

## Pesquisa revela o perfil de doadores on-line

Um estudo baseado em US\$ 381 milhões em doações realizadas através de sites, portais e redes sociais em todo o mundo revelou dados importantes sobre a filantropia digital. De acordo com a pesquisa, as doações são realizadas quando a experiência é mais íntima e emocionalmente coerente. Segundo o Estudo de Doações On-line, a demanda aumenta nas datas comemorativas ou quando acontecem desastres naturais. Mais de 20% de todas as colaborações são feitas entre as últimas 48 horas do ano, ou seja, nos dias 30 e 31 de dezembro. A pesquisa foi desenvolvida em uma parceria entre as organizações Good and TrueSense Marketing, com o patrocínio da AOL.

 [www.portalsocial.org.br](http://www.portalsocial.org.br)

## Doação para projetos com foco em direitos humanos

Organizações da sociedade civil e indivíduos que atuam no combate à discriminação e à violência institucional podem contar com o apoio do Fundo Brasil de Direitos Humanos. Por meio do Edital 2011, a fundação irá apoiar financeiramente projetos voltados à defesa e à promoção de direitos humanos em todo o país. As iniciativas selecionadas receberão entre R\$ 10 e R\$ 25 mil, totalizando um repasse de R\$ 800 mil a ser distribuído ainda no segundo semestre deste ano. Desde 2007, o Fundo Brasil já investiu R\$ 2,6 milhões em 108 projetos selecionados. Os interessados têm até o dia 28 de fevereiro para encaminhar suas propostas.

 [www.fundodireitoshumanos.org.br](http://www.fundodireitoshumanos.org.br)

## Ferramenta mostra postos de coleta de lixo eletrônico

O *e-lixo* é um site que usa a plataforma do Google Maps para ajudar o usuário a encontrar pontos de coleta de celulares, carregadores, pilhas e outros materiais eletrônicos. Para localizar determinado ponto, basta digitar o seu Código de Endereçamento Postal (CEP) e o tipo de material a descartar. A partir dessas informações, a ferramenta fornece o endereço completo e o número de telefone dos postos mais próximos. Todo lixo recolhido é encaminhado a depósitos de sucata, onde acontece o processo de reciclagem ou reaproveitamento. O projeto é fruto de uma parceria entre o Instituto Sergio Motta e a Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo.

 [www.e-lixo.org](http://www.e-lixo.org)

## Pnud abre conta para Ajuda Humanitária

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) abriu uma conta bancária para arrecadar recursos e financiar ações humanitárias das Nações Unidas em países atingidos por calamidades naturais e sociais. A primeira nação beneficiada pela iniciativa será o Haiti, que ainda se reconstrói do terremoto que atingiu o país no dia 12 de janeiro de 2010. Além das campanhas de arrecadação para o financiamento das ações humanitárias, o dinheiro também será usado para o atendimento imediato das populações vulneráveis afetadas pelas calamidades. Os fundos serão transferidos para a Coordenação de Assuntos Humanitários das Nações Unidas (Ocha) e a Organização Pan-Americana da Saúde (Opas).

 [www.pnud.org.br](http://www.pnud.org.br)

## Emprego PPDs

Os profissionais deficientes, assim como as empresas que buscam colaboradores com esse perfil, têm à disposição um projeto pioneiro no Rio Grande do Sul. Trata-se do portal Emprego PPDs, desenvolvido com a proposta de reunir um amplo banco de currículos de profissionais com deficiência aptos ao trabalho. "O site serve como um facilitador entre profissionais que procuram a inclusão e empresas comprometidas quanto à responsabilidade social", explica o sócio-diretor Fernando Carvalho Marques. Além de servir como mediador nessa relação, o portal tem como missão colaborar para a qualificação profissional e a melhoria de qualidade de vida dos portadores de deficiência.

 [www.empregoppds.com.br](http://www.empregoppds.com.br)

## Fevereiro

Dia	Evento	Local	Realização	Info
14 a 18	Oficina: Elaboração e Avaliação de Projetos Sociais e Culturais e sua Captação de Recursos	São Paulo/SP	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
19	Curso de Extensão em Terceiro Setor	Belo Horizonte/MG	Centro de Estudos Jurídicos de Minas Gerais (Ceajufe)	www.ceajufe.com.br
21	Gestão de Pessoas na Administração Pública - Tendências e Casos Práticos	São Paulo/SP	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
24	Direito do Trabalho e vínculo empregatício no Terceiro Setor	São Paulo/SP	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
26 de fevereiro a 26 de novembro	Curso Extensivo de Formação em Mobilização de Recursos na prática (10 meses)	São Paulo/SP	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
28 de fevereiro a 4 de março	Imersão em Captação e Mobilização de Recursos no Nordeste	Fortaleza/CE	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
28	Programa de Gestão da Sustentabilidade para Empresas Incorporadoras e Construtoras	São Paulo/SP	Sindicato da Habitação de São Paulo (Secovi-SP) e o Centro de Tecnologia de Edificações (CTE)	www.cte.com.br (11) 2149-0300

## Março

Dia	Evento	Local	Realização	Info
3	Monitoramento de Indicadores e Avaliação de Impacto de Projetos Sociais	São Paulo/SP	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
3 a 6	Curso de formação em terapia comunitária	Araraquara/SP	Centro de Pesquisas da Infância e da Adolescência Dante Moreira Leite (Cenpe)	www.fclar.unesp.br (16) 3301-6225
10	Desenvolvimento comunitário e o impacto do trabalho com famílias	São Paulo/SP	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
14 a 15	Elaboração e Avaliação de Projetos Sociais e Culturais e sua Captação de Recursos	Brasília /DF	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
15 de março a 5 de julho	Extensão em Gestão de ONGs e Causas Sociais	São Paulo/SP	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
17	Marketing Digital, Redes sociais e web 2.0: oportunidades e ameaças	São Paulo/SP	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643



**MONELLO**  
**CONTADORES**

CONSULTORIA CONTÁBIL E FISCAL PARA O 3º SETOR

ESCRITÓRIO CONTÁBIL DOM BOSCO

*Mais de 40 anos  
de exclusivo  
compromisso com as  
entidades do 3º setor*

[www.sergiomonello.com.br](http://www.sergiomonello.com.br)



18 a 20	Liderança para Gestores Sociais: Desenvolvendo sua liderança por meio de suas emoções	Atibaia/ SP	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
20 a 22	Congresso AFP 2011	Chicago/EUA	Association of Fundraising Professionals	www.afpnet.org
31	Prestação de Contas Siconv	São Paulo/SP	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643

## Abril

Dia	Evento	Local	Realização	Info
7	Implantação de Políticas de Responsabilidade Social Corporativa e Sustentabilidade na Gestão dos Negócios	São Paulo/SP	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
14	Fumcad em 4 etapas: registro, projeto, captação e prestação de contas	São Paulo/SP	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
27	Incentivo ao esporte: a captação de recursos por meio de incentivos fiscais	São Paulo/SP	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
30	Administração de projetos pelo método do Marco Lógico (Logical Framework Approach)	São Paulo/SP	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643

## Maio

Dia	Evento	Local	Realização	Info
5	Formação de Conselheiros Tutelares	São Paulo/SP	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
19	Controladoria e Planejamento para a administração financeira de projetos	São Paulo/SP	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
14 a 22	Fórum Social de São Paulo	São Paulo/SP	Grupo Facilitador	www.forumsocialsp.org.br (11) 3151-2333
24 a 27	Feira Hospitalar 2011	São Paulo/SP	Mes Eventos	www.hospitalar.com (11) 3897-6199
26 a 27	V Enapegs	Florianópolis/SC	UFC Cariri	www.rgs.cariri.ufc.br/enapegs2011

- Especializado em contabilidade de entidades do 3º setor
- Assessoria *in company*: tenha o departamento contábil com a qualidade Dom Bosco em sua entidade. Terceirização da gestão fiscal e financeira com sistema ERP
- Assessoria na obtenção e gerenciamento das certificações
- Assessoria em departamento pessoal
- Assessoria na elaboração e gestão de programas, projetos e gratuidades.

**São Paulo/SP**  
Av. Gal. Olímpio da Silveira, 655  
1º e 2º andar  
Perdizes – CEP 01150-001

**Brasília/DF**  
Centro Multiempresarial  
SRTVS, Quadra 701, Bloco O,  
sala 611 – CEP 70340-000

**(11) 3872.1195**



Itens à venda em prol da Casa Hope

## Casa Hope

Fundada em 1996, a Casa Hope é uma instituição de iniciativa 100% filantrópica que oferece apoio biopsicossocial e educacional a crianças e adolescentes carentes portadores de câncer e a transplantados de medula óssea, rim e fígado, além de seus acompanhantes vindos de todo o Brasil e de outros países sul-americanos. São 188 leitos, cozinha industrial, ampla área de lazer, dois refeitórios, consultórios, salão para eventos, biblioteca, brinquedoteca, sala de artes, três salas de aula, duas salas de TV, duas salas de convivência, entre outros espaços distribuídos em mais de 6 mil m<sup>2</sup> de área construída. A fim de dar continuidade aos trabalhos realizados e ampliar cada vez mais o número de pacientes atendidos, a entidade conta com a colaboração de parceiros, patrocinadores e voluntários, que, além de seu tempo e carinho, contribuem com doações. A Casa Hope também mantém um bazar permanente, situado na Vila Mariana, em São Paulo, e uma loja virtual que comercializa produtos da marca Casa Hope, tendo sua renda integralmente revertida para os projetos desenvolvidos pela entidade.

 [www.hope.org.br](http://www.hope.org.br)



## Fundação Pró-Rim

Salvar vidas é a missão mais nobre de uma instituição. A Fundação Pró-Rim, criada há 23 anos, trabalha para garantir um tratamento digno aos pacientes renais, pois sabe que o atendimento feito com amor resulta em benefícios físicos e emocionais. Maior entidade filantrópica do Brasil na área de Nefrologia, a Pró-Rim recebe 99% de pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS). Isso significa que seu compromisso com a defesa da vida não depende da condição social. Ao contrário: a Pró-Rim foi criada justamente para dar qualidade ao atendimento de quem não pode pagar por ele. Com administração privada e sem fins lucrativos, é reconhecida como instituição de utilidade pública municipal, estadual e federal, realizando anualmente mais de 30 mil atendimentos ambulatoriais e 100 mil hemodiálises. A entidade também já ultrapassou a marca de 800 transplantes renais. A Pró-Rim conta ainda com o programa Educar para Prevenir e o Instituto Pró-Rim de Educação e Pesquisa em Saúde, que disseminam e compartilham o conhecimento acumulado ao longo de sua existência. Para se manter, a fundação conta com doações e com a ajuda de voluntários que, entre outras coisas, colaboram com a produção e comercialização de produtos cuja renda é integralmente revertida para a Pró-Rim.

 [www.prorim.org.br](http://www.prorim.org.br)



Venda de produtos tem recursos revertidos para a fundação

## Rede Asta

Nascida há três anos, a Rede Asta é um dos projetos do Instituto Realice, organização sem fins lucrativos criada com o objetivo de gerar renda para comunidades populares do Estado do Rio de Janeiro. Hoje, a rede conta com 32 grupos, que incluem mais de 600 artesãos que desenvolvem produtos exclusivos criados a partir de materiais ecológicos, como bambu, piaçava e fibra de bananeira, retalhos e jornal, sempre obtidos a partir da otimização de recursos, da reciclagem e do reaproveitamento. As peças desenvolvidas são selecionadas pelo Departamento de Criação da Asta e, se necessário, são adaptadas, junto dos grupos, por meio de uma metodologia participativa de criação. Assim, os produtos têm seu valor agregado aumentado significativamente. Com os produtos selecionados, inicia-se o processo de produção do catálogo de vendas, que é emitido trimestralmente e traz uma média de 40% de renovação, ou seja, a cada catálogo entram cerca de 40 novos produtos. Os que vendem mais permanecem nos próximos catálogos. Tudo isso é feito por meio de um minucioso planejamento com uma equipe especializada em marketing de produtos.

 [www.redeasta.com.br](http://www.redeasta.com.br)



Materiais ecológicos feitos no Instituto Realice

## Instituto Marquês de Salamanca

O Instituto Marquês de Salamanca (IMDS), fundado em 1997 pelo empresário carioca Olavo Monteiro de Carvalho, aposta na educação e na consolidação da família como os principais motores da transformação social. Desde o início, o IMDS vem articulando meios que possibilitem promover o desenvolvimento humano e a inclusão social de famílias de baixa renda das comunidades do bairro de Santa Tereza, na cidade do Rio de Janeiro, e do município de Três Rios, centro-sul Fluminense. Entre os projetos desenvolvidos está o Grupo Toque de Mão, uma iniciativa de nove mulheres do entorno de Santa Tereza que participaram das Oficinas Compartilhar, realizadas no instituto. O grupo é uma confecção de produtos artesanais que, hoje, já fornece seus produtos para grandes lojas, como Alfaias e Corpo e Alma, por meio do apoio da BG Brasil, a ONG Pró-Social, organização de gestão de iniciativas sociais e o IMDS. O grupo frequenta continuamente aulas de pintura, corte e costura e empreendedorismo. Além das aulas, as artesãs participaram recentemente de cursos de costura e corte industrial do Senai Cetiqt. Em 2009, o Sebrae se tornou parceiro da confecção e durante três anos prestará consultorias sobre gestão, qualidade e comércio justo, além de pesquisa de oportunidades de exportação.

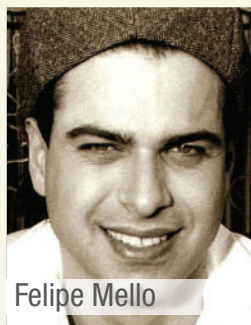
 [www.imds.org.br](http://www.imds.org.br)



Produtos artesanais do Grupo Toque de Mão



# Faustão Iscariotis



Felipe Mello

[felipe@cantocidadao.org.br](mailto:felipe@cantocidadao.org.br)

Radialista, palestrante e diretor da ONG Canto Cidadão, fundada para produzir e democratizar informações sobre cidadania e direitos humanos

**P**edro Collor por ter traído seu irmão Fernando no episódio que culminou com o *impeachment* em 1992? O caseiro Francenildo que traiu o esquema e derrubou o ex e atual ministro Palocci? Os últimos presidentes que subestimaram as oportunidades que tiveram? Não, o verdadeiro Judas do início deste milênio se chama Faustão. Faustão Iscariotis. Quem ele traiu? Todos os gordos.

Eu levei um baita susto outro dia. Olho para o aparelho num domingo à tarde e percebo um cara meio magro apresentando o Domingão do Faustão, com a cara do Faustão, as roupas do Faustão, as piadas manjadas do Faustão e, ainda por cima, falando “ô louco, meu!”. A ausência da protuberância abdominal deixava claro que só podia ser uma farsa. Pensei em avisar a Rede Globo de que ali havia um larápio, gatuno e oportunista se fazendo passar pelo ex-apresentador do multimilenar “Perdidos na noite”.

Mas eu estava errado. Era o Faustão, Fausto Silva, ou melhor, o Iscariotis pós-moderno. Percebendo minha expressão atônita, pessoas próximas me atualizaram com a informação de que ele havia se submetido a uma cirurgia que o vem fazendo galopar cada vez para mais longe da terra dos gordos.

Só consegui pensar em algo: como ele pôde fazer aquilo? Será que ele não sabe que, durante mais de 20 anos, ele fora o perfeito bode expiatório de milhões de pessoas? Sim, porque depois de terminar a semana comendo mais do que a média dos dias anteriores, indivíduos bovinificados pelo cardápio calórico se acomodavam em seus sofás e dali saíam para dormir apenas após um dos *reality shows* chatos que parecem imortais. Faustão transpirava sucesso, demonstrando que o peso não era um impedimento para a fama, dinheiro, poder e vários pontos de audiência.

Acabou. No lugar daquele parceiro glutão, um quase magrão. Ao choque inicial se seguiu uma reflexão. Algo muito importante estava no ar: em torno dos 60 anos, Faustão decidiu deixar de ser gordo. Vaidade? Busca por um estado mais elevado de autoestima? Não, senhoras e senhores do auditório mais amado desse Brasil varonil. A questão é mais séria: saúde, saúde e saúde.

O Brasil está caminhando em direção a uma epidemia de sobrepeso e obesidade. Pesquisas recentes indicam que, em dez anos, estaremos tão desastrosos nesse quesito quanto os estadunidenses. Bela importação, do tipo capaz de pesar de verdade na balança comercial.

Com o perdão do trocadilho, valho-me de mais argumentos: segundo pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), quase metade da população brasileira (49%) com 20 anos ou mais está com excesso de peso. No sexo masculino, o sobrepeso saltou de 18% em 1974-1975 para 50% em 2008-2009 e, no sexo feminino, de 28,7% para 48%. Para o mesmo instituto, a obesidade em todas as idades é tão grave quanto a desnutrição. Com as crianças a coisa não é muito diferente: entre cinco e nove anos, uma em cada três tem excesso de peso (33,5%) e 14,3% são obesas. O excesso de peso e a obesidade infantil foram encontrados a partir de cinco anos em todos os grupos de renda e em todas as regiões brasileiras.

Outros tantos cientistas atentos vêm vaticinando que as crianças que estão chegando ao mundo nos últimos anos terão a honra às avessas de fazer parte da primeira geração que viverá menos que seus pais, muito em função das complicações do exagero calórico. Nunca isso aconteceu. Viemos caminhando há milênios com avanços progressivos em termos de longevidade. Apesar de não ser o único critério para definir a qualidade de vida, ao menos é forte indício de um avanço em direção à proteção da vida.

Mas no meio do caminho tinha uma pedra. E a pedra vinha com cobertura de chantilly, refrigerante duplo e outras bugigangas que pedimos pelo número e nos dão dentro de um saco de papelão.

E vamos comendo, comendo e ampliando, mas não para melhor atender. Afinal, obesidade mata. “Mata mais que bala de carabina, que veneno estriquinina, que peixeira de baiano”. Obesidade mata mais que atropelamento de “automóvel”, mata mais que bala de “revólver”. Cometo até a heresia bem intencionada de afirmar que obesidade mata mais que o olhar da dama da música do imortal Adoniran, que, no ano que há pouco se despediu, teria completado 100 anos de vida.

Viva, Adoniran. Tchau, obesidade.

E quanto a você, Faustão, parabéns pelo esforço. É respeitável a decisão de procurar saúde, não aceitando o passado como argumento inviabilizador do futuro. Tá liberado para continuar mandando os seus “ô, louco meu!”.

Só não me peça para assistir.

# O melhor de tudo é ter **AUDISA**



Auditoria e Consultoria para o Terceiro Setor

## O melhor de tudo é ter

Tranquilidade  
Confiança  
Reconhecimento  
Eficiência  
Retorno

Só quem é cliente AUDISA sabe o quanto uma auditoria completa e experiente é fundamental. A longa atuação da AUDISA na área filantrópica faz da sua Auditoria uma ferramenta incomensurável de recursos, informações, cursos e atualizações permanentes para que a Entidade possa desempenhar o seu melhor papel no pleno desenvolvimento do Terceiro Setor no Brasil.

- ▶ Auditoria Independente para Entidades do Terceiro Setor Atuantes nas Áreas de Educação, Assistência Social, Saúde e Meio Ambiente;
- ▶ Auditoria de Recursos Específicos (termos de parceria, contratos de gestão entre outros);
- ▶ Consultoria Contábil e Filantrópica para as Entidades do Terceiro Setor.



[www.audisaauditores.com.br](http://www.audisaauditores.com.br)

**SEDE – São Paulo/SP**  
Alameda Olga, 422 – 2º andar – Bloco B  
Perdizes – 01155-040  
Fone: (11) 3825-9671  
[saopaulo@audisaauditores.com.br](mailto:saopaulo@audisaauditores.com.br)

**Rio de Janeiro/RJ**  
Rua Xavier da Silveira, nº 45 / sala 310  
Copacabana – 22061-010  
Fone/Fax: (21) 2586-6376  
[riodejaneiro@audisaauditores.com.br](mailto:riodejaneiro@audisaauditores.com.br)

**Porto Alegre/RS**  
Av Getúlio Vargas, 901 – cjto 1504  
Menino Deus – 90150-002  
Fone/Fax: (51) 3062-8922  
[portoalegre@audisaauditores.com.br](mailto:portoalegre@audisaauditores.com.br)

**Recife/PE**  
Av. Conselheiro Aguiar, 2333/106  
Boa Viagem – 51020-020  
Fone/Fax: (81) 3463-1862  
[recife@audisaauditores.com.br](mailto:recife@audisaauditores.com.br)

Atibaia-SP  
11 a 13 de fevereiro

### Liderança para Gestores Sociais: Desenvolvendo sua liderança por meio de suas emoções

Willian Ferraz , Kelly Cristina Soares , Maria Alice Soares, Sérgio Soares

Fortaleza-CE  
28 de fevereiro a 04 de março de 2011

### Imersão em Captação e Mobilização de Recursos no Nordeste

Marcelo Estraviz

Rio de Janeiro-RJ  
14 de fevereiro

### Captação de recursos por meio de incentivos fiscais federais

Danilo Brandani Tiisel, Michel Freller

São Paulo-SP  
12 de fevereiro

### Curso de Expressão e Comunicação com técnicas teatrais

Eliane Rizk, Reinaldo Rizk

14 a 18 de fevereiro

### Oficina: Elaboração e Avaliação de Projetos Sociais e Culturais e sua Captação de Recursos

Ricardo Falcão

24 de fevereiro

### Direito do Trabalho e vínculo empregatício no Terceiro Setor

Rogério Martir

26 de fevereiro a 26 de novembro de 2011

### Curso Extensivo de Formação em Mobilização de Recursos na prática (10 meses)

Marcelo Estraviz (Coordenação Pedagógica)

03 de março

### Monitoramento de indicadores e avaliação de impacto de projetos sociais

Carol Zanoti

10 de março

### Desenvolvimento comunitário e o impacto do trabalho com famílias

Maria Iannarelli

# Treinamentos em Gestão Social



diálogo  
social

Inscrições e informações  
[www.dialogosocial.com.br](http://www.dialogosocial.com.br)  
(11) 2281-9643  
[dialogo@dialogosocial.com.br](mailto:dialogo@dialogosocial.com.br)

Apoio:

REVISTA  
filantropia  
& gestão social